

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Mestrado em Economia ▪ Especialização Análise Económica



Elaborado por:
Anabela Marques Santos

Análise dos efeitos do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER na região Alentejo, entre 1991 e 2006



Orientadores:

Profª Doutora Esmeralda de Jesus Ratinho Lopes Arranhado Ramalho

Prof. Doutor Paulo Alexandre Neves Martinho Neto



Évora, Setembro 2012



ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Economia
Especialização Análise Económica

Dissertação

**Análise dos efeitos do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER
na região Alentejo, entre 1991 e 2006**

Elaborado por:
Anabela Marques Santos

Orientadores:
*Prof^a Doutora Esmeralda de Jesus Ratinho
Lopes Arranhado Ramalho*
*Prof. Doutor Paulo Alexandre Neves Martinho
Neto*

“Esta Dissertação não está elaborada ao abrigo do novo acordo ortográfico”

Évora
(Setembro 2012)

Agradecimentos

Aos meus orientadores, Prof^a Doutora Esmeralda de Jesus Ratinho Lopes Arranhado Ramalho e Prof. Doutor Paulo Alexandre Neves Martinho Neto, pelo estímulo, apoio e disponibilidade demonstrados ao longo da elaboração desta dissertação.

Ao Chefe do Projecto PIC LEADER +, Rui Veríssimo Batista, Gabinetes de Acção Local do Alentejo, Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Instituto Financeiro para o desenvolvimento Regional, I. P. e Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas pelos contributos e informação disponibilizada.

Índice

Resumo	5
Abstract	5
Résumé	6
Resumen	6
Índice de Quadros	7
Índice de Figuras	9
Índice de Anexos	10
Lista de abreviaturas	11
Introdução	12
1. Políticas de Desenvolvimento Rural	14
1.1. Do reconhecimento da problemática à implementação das acções	14
1.2. O Programa de Iniciativa Comunitário LEADER: metodologia e evolução do território de intervenção	20
1.3. Novas perspectivas e tendências internacionais	27
2. Avaliação de políticas públicas	28
2.1. O conceito e sua evolução	28
2.2. Metodologias de análise da informação	30
2.3. Critérios e dimensão da avaliação	32
2.4. Os factores críticos de sucesso de uma avaliação – <i>Benchmarking</i> Internacional	36
2.5. Avaliação do Programa de Iniciativa Comunitário LEADER: metodologias de análise utilizadas	38
3. Caracterização da região Alentejo	43
3.1. Evolução da delimitação geográfica da região Alentejo	43
3.2. Evolução e caracterização económico-social da região Alentejo	44
4. Descrição do modelo econométrico	47
4.1. A elaboração da base de dados: metodologia utilizada	47
4.2. Estruturação da variável de interesse e das variáveis explicativas	48
4.3. Análise descritiva dos dados	50
4.4. Especificação e estimação do modelo econométrico	56
4.5. Avaliação e interpretação do modelo	56
5. Conclusões e contributos para a análise e avaliação do PIC LEADER no Alentejo	61
6. Sugestões e recomendações sobre a metodologia a adoptar na avaliação do PIC LEADER	67
Conclusão	70
Bibliografia	73
Anexos	84

Análise dos efeitos do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER na região Alentejo, entre 1991 e 2006

Resumo

A presente dissertação assenta no desenvolvimento de um estudo empírico baseado na apreciação dos resultados do Programa de Iniciativa Comunitário LEADER no Alentejo, entre 1991 e 2006, com recurso a modelos de regressão. Esta análise encontra o seu fundamento na análise do comportamento do investimento realizado por projecto no âmbito deste Programa, para a qual foram utilizadas variáveis explicativas que se identificam com os objectivos deste instrumento de Política Desenvolvimento Rural. Para a estimação do modelo recorreu-se o modelo exponencial de Poisson, utilizando o programa STATA e o método da quasi-máxima verossimilhança.

O estudo permitiu concluir, entre outros, que ao longo das três fases do PIC LEADER que decorreram entre 1991 e 2006, o programa permitiu fomentar o empreendedorismo na região Alentejo e originou uma especialização do investimento realizado em torno de três sectores de actividade (turismo, agro-indústria e gastronomia), considerados como estratégicos.

Palavras-chave: PIC LEADER, Avaliação de Políticas Públicas, Desenvolvimento regional, Modelos econométricos e Alentejo.

Analysis of Community Initiative Programme LEADER effects' in the Alentejo region, between 1991 and 2006

Abstract

This dissertation is based on the development of an empirical study on assessment of the results of LEADER Community Initiative Programme in Alentejo's region, in Portugal, between 1991 and 2006, using regression models. This analysis finds its basis on the analysis of the behavior of investment per project under this program, for which have been used explanatory variables that identify with the objectives of this policy instrument of Rural Development. To estimate the model we used the exponential Poisson model, utilizing the STATA and the method of quasi-maximum likelihood.

The study concluded, among others, that during the three phases of the CIP LEADER that took place between 1991 and 2006, the program promote entrepreneurship in Alentejo's region and produced a specialization of the investment around three sectors (tourism, agro-industry and gastronomy), considered as strategic.

Keyword: CIP LEADER, Evaluation of Public Policies, Regional Development, Econometric Models and Alentejo's region.

Analyse des effets du Programme d'Initiative Communautaire LEADER dans la région Alentejo, entre 1991 et 2006

Résumé

La présente dissertation est basée sur le développement d'une étude empirique fondée sur l'appréciation des résultats du Programme Initiative Communautaire LEADER dans la région Alentejo, au Portugal, entre 1991 et 2006, en utilisant des modèles de régression. Cette exposé trouve son fondement dans l'analyse du comportement de l'investissement par projet dans le cadre de ce programme, pour la quelle ont été utilisées des variables explicatives qui s'identifie aux objectifs de cet instrument de Politique de Développement Rural. Pour estimer le modèle, nous avons eu recours au modèle exponentiel de Poisson, en utilisant le *software* STATA et la méthode de quasi-maximum de vraisemblance.

L'étude a conclu, entre autres, que, durant les trois phases du PIC LEADER qui a eu lieu entre 1991 et 2006, le programme a permit d'encourager l'entrepreneuriat dans la région Alentejo et a conduit à une spécialisation de l'investissement autour de trois secteurs (tourisme, agro-industrie et gastronomie), considéré comme stratégique.

Mots-clés: PIC LEADER, Évaluation Politiques Publiques, Développement régional, Modèles économétriques et région Alentejo.

Análisis de los efectos del Programa de Iniciativa Comunitaria LEADER en la región de Alentejo, entre 1991 y 2006

Resumen

Esta disertación está basada en el desarrollo de un estudio empírico fundado en la apreciación de los resultados del Programa de Iniciativa Comunitaria LEADER la región Alentejo, en Portugal, entre 1991 y 2006, utilizando modelos de regresión. Esta investigación encuentra su fundamento en el análisis de comportamiento de la inversión por proyecto bajo este programa, para el cual se utilizaron variables explicativas que se identifican con los objetivos de este instrumento de la Política de Desarrollo Rural. Para estimar el modelo se recurrió al modelo exponencial de Poisson, utilizando el *software* STATA y el método de cuasi máxima verosimilitud.

El estudio concluyó, entre otras, que durante las tres fases del PIC LEADER, que tuvo lugar entre 1991 y 2006, el programa fomento el espíritu empresarial en la región Alentejo y llevó a una especialización de la inversión en torno a tres sectores (turismo, agroindustria y gastronomía), considerado como estratégico.

Palabras-clave: PIC LEADER, Evaluación de Políticas Públicas, Desarrollo Regional, modelos econométricos y región Alentejo.

Índice de quadros

Quadro 1	Desenvolvimento regional: abordagem clássica <i>versus</i> abordagem LEADER	12
Quadro 2	Principais ferramentas de análise da informação utilizadas na avaliação de políticas públicas na União Europeia	13
Quadro 3	As funções múltiplas do Mundo Rural na Economia	19
Quadro 4	As especificidades metodológicas do PIC LEADER	21
Quadro 5	Objectivos gerais do LEADER I, LEADER II e LEADER +: directrizes comunitárias <i>versus</i> aplicação nos PAL da região Alentejo	23
Quadro 6	Caracterização da apresentação dos pedidos de apoio, critérios de apreciação, selecção, acompanhamento e controlo das candidaturas no LEADER I, LEADER II, LEADER + e PRODER – Abordagem LEADER	25
Quadro 7	Contributo do PROVERE para o cálculo da VGO, por GAL da região Alentejo	26
Quadro 8	Exemplos de novas abordagens de Políticas de Desenvolvimento Rural	27
Quadro 9	Avaliação de políticas públicas - principais métodos de análise de informação	31
Quadro 10	Critérios e Indicadores para medir o Valor Acrescentado Comunitário	33
Quadro 11	<i>Benchmarking</i> internacional das principais características do processo de avaliação	37
Quadro 12	Objectivos específicos da avaliação <i>ex-post</i> do PIC LEADER	39
Quadro 13	Principais características da avaliação <i>ex-post</i> do PIC LEADER	40
Quadro 14	Exemplos de práticas que limitaram o potencial valor acrescentado das características LEADER	42
Quadro 15	Diagnóstico e caracterização da região Alentejo: situação pré-QCA I e pré-QREN	45
Quadro 16	Disparidade PIB <i>per capita</i> no Alentejo NUTS II (1999) e NUTS III face à média nacional (Portugal), 1995 – 2010	46
Quadro 17	Excerto Listagem Projectos aprovados, ROTA DO GUADIANA - LEADER II	47
Quadro 18	Principais características do estudo	48
Quadro 19	Investimento realizado por tipologia de promotor, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo	51
Quadro 20	Investimento realizado pelo sector privado por categoria de investimento, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo	51
Quadro 21	Investimento realizado pelo sector privado por tipologia de actividade/objecto do pedido de apoio, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo	51
Quadro 22	Investimento realizado pelo sector público por categoria de investimento, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo	52
Quadro 23	Investimento realizado pelo sector público por tipologia de actividade/objecto do pedido de apoio, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo	52
Quadro 24	Investimento realizado pelo 3º sector (OUTRO) por categoria de investimento, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo	52
Quadro 25	Investimento realizado pelo 3º sector (OUTRO) por tipologia de actividade/objecto do pedido de apoio, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo	53
Quadro 26	Investimento realizado pelos GAL por categoria de investimento, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo	53
Quadro 27	Investimento realizado pelos GAL por tipologia de actividade/objecto do pedido de apoio, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo	53
Quadro 28	Investimento realizado por localização geográfico, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo	54

Quadro 29	Investimento realizado por concelhos sede dos GAL, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo	55
Quadro 30	Caracterização dos concelhos com sede do GAL face à média da Zona de Intervenção	55
Quadro 31	Resultados da estimação dos modelos LEADER I, LEADER II, LEADER + e conjunto	57
Quadro 32	Resultados do Teste Chow	58
Quadro 33	Evolução coeficiente, interpretação e média das variáveis AGRO, GASTRO e TUR	59
Quadro 34	Evolução coeficiente, interpretação e média das variáveis KNOW, MAT e MKT	60
Quadro 35	Evolução população residente e taxa de crescimento efectiva da população, em Portugal e no Alentejo NUTS II (1999), 1970 - 2011	61
Quadro 36	Estimativa dos postos de trabalho criados e mantidos, no âmbito do PIC LEADER I, II e +, na região Alentejo, por GAL	62
Quadro 37	Oferta e Procura de Turismo no Espaço Rural em Portugal e no Alentejo, entre 1986 e 2010 (versão resumo)	65
Quadro 38	Indicadores comunitários para quantificar as metas do PRODER – Abordagem LEADER	67

Índice de figuras

Figura 1	Estrutura metodológica da dissertação	14
Figura 2	Causas e consequências do declínio do Mundo Rural	16
Figura 3	Três iniciativas LEADER na região Alentejo – mapa com evolução das zonas de intervenção dos GAL	24
Figura 4	As principais metodologias de avaliação das políticas públicas na Europa	30
Figura 5	As principais etapas dos programas e das avaliações	33
Figura 6	Dimensões da avaliação de políticas públicas	35
Figura 7	Relações entre os objectivos e os impactos no ciclo de programação	40
Figura 8	Mapa com evolução da delimitação regional NUT II, em Portugal Continental	43
Figura 9	Disparidade PIB <i>per capita</i> Alentejo NUTS II (1999) e Portugal face à média da UE (27), 1995 – 2010	46
Figura 10	Investimento médio realizado no âmbito do programa LEADER I, LEADER II e LEADER+, repartido por pagamento CE e despesa nacional	58
Figura 11	O PIC LEADER instrumento de estímulo ao empreendedorismo, inovação e cooperação nas zonas rurais	70
Figura 12	A actuação em rede intessectorial	72

Índice de Anexos

Anexo 1	PIB <i>per capita</i> a preços correntes, em milhares de euros, na UE 27, UE 25, EU 15, Portugal e Alentejo (NUTS III - 1999), 1995 – 2010	I
Anexo 2	População Residente por concelho, Alentejo NUTS II (1999), 1970 -2011	II
Anexo 3	Densidade populacional (DENS POP), Índice de Envelhecimento (IND ENV) e Concentração Empresarial na Zona de Intervenção (COMC EMP) dos concelhos abrangidos pelo LEADER I na região Alentejo, por GAL, 1992	III
Anexo 4	Densidade populacional (DENS POP), Índice de Envelhecimento (IND ENV) e Concentração Empresarial na Zona de Intervenção (COMC EMP) dos concelhos abrangidos pelo LEADER II na região Alentejo, por GAL, 1995	IV
Anexo 5	Densidade populacional (DENS POP), Índice de Envelhecimento (IND ENV) e Concentração Empresarial na Zona de Intervenção (COMC EMP) dos concelhos abrangidos pelo LEADER + na região Alentejo, por GAL, 2002	VI
Anexo 6	Índice de preços (IP) e Taxa de inflação, 1992 – 2008, Portugal	VIII
Anexo 7	Evolução câmbio anual XEU/PTE (média anual do período) - Banco de Portugal	IX
Anexo 8	Investimento realizado a preços constantes e % por tipologia de actividade e categoria de investimento	X
Anexo 9	Investimento realizado pelo Sector Privado (PRIVADO) a preços constantes e % por tipologia de actividade e categoria de investimento	XI
Anexo 10	Investimento realizado pelo Sector Público (PUBLICO) a preços constantes e % por tipologia de actividade e categoria de investimento	XII
Anexo 11	Investimento realizado pelo Sector 3º sector (OUTRO) a preços constantes e % por tipologia de actividade e categoria de investimento	XIII
Anexo 12	Investimento realizado pelos GAL a preços constantes e % por tipologia de actividade e categoria de investimento	XIV
Anexo 13	Pontuação atribuída aos concelhos com sede social dos GAL, na região Alentejo, no âmbito do LEADER I, LEADER II e LEADER +	XV
Anexo 14	Média, mínimo e máximo: variável dependente e variáveis explicativas	XVI
Anexo 15	Oferta e Procura do Turismo do Espaço Rural, em Portugal e no Alentejo, entre 1984 e 2010	XVII

Lista de abreviaturas

ADL – Associação de Desenvolvimento Local
CE – Comissão Europeia
CEE – Comunidade Económica Europeia
CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
DOP – Denominação de Origem Protegida
DPP – Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais
EDL – Estratégia de Desenvolvimento Local
EEC – Estratégias de Eficiência Colectiva
EFMA - Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva
EUA – Estados Unidos da América
EVEBT – Estratégias de Valorização Económica de Base Territorial
FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA - Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FSE – Fundo Social Europeu
GAL – Grupo de Acção Local
GIR - Gabinetes de Intervenção Rural
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos
IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
IGP – Indicação Geográfica Protegida
INE – Instituto Nacional de Estatística
LEADER – Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural
MADRP – Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas
MEANS - Métodos de Avaliação das Acções de Natureza Estrutural (*Measures for Evaluating Actions of a Structural Nature*)
NUTS – Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos
PAL – Plano de Acção Local
PBP – Pay Back Period
PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo
PTE – Escudos
PIB – Produto Interno Bruto
PIC – Programa de Iniciativa comunitária
PORA – Programa Operacional Regional do Alentejo
POTA – Plano Operacional de Turismo do Alentejo
PP – Políticas Públicas
PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural
PROVERE - Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos
QCA – Quadro Comunitário de Apoio
QMV – Quasi-máxima Verossimilhança
QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional
TEC – Tribunal Europeu de Contas
TER - Turismo no Espaço Rural
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
TIR – Taxa Interna de Rentabilidade
UE – União Europeia
VAC – Valor Acrescentado Comunitário
VAL – Valor Actual Líquido
VGO - Valia Global da Operação
ZI – Zona de Intervenção do GAL

Introdução

A presente dissertação assenta no desenvolvimento de um estudo empírico baseado na apreciação dos resultados do Programa de Iniciativa Comunitário Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural (PIC LEADER) no Alentejo (NUTS II 1999), entre 1991 e 2006, com recurso a modelos de regressão. Esta análise encontra o seu fundamento no estudo do comportamento do investimento realizado por projecto no âmbito do Programa LEADER, para a qual foram utilizadas variáveis explicativas que se identificam com os objectivos deste instrumento de Política Desenvolvimento Rural.

O âmbito geográfico desta investigação incide sobre a região Alentejo, na sua definição e delimitação ao abrigo do Decreto-Lei 317/99 de 18-08-1999¹, e nas suas zonas rurais, em virtude do LEADER ser um programa vocacionado exclusivamente para o desenvolvimento destas áreas. Apesar dos numerosos estudos realizados, “não existe uma definição única, internacionalmente aceite, de zonas rurais”², devido à complexidade, diversidade e ao carácter dinâmico do conceito. Contudo, o Conselho Europeu, em articulação com a metodologia delineada pela OCDE (regiões com uma densidade populacional igual ou inferior a 150 habitantes por km²), definiu como zonas rurais “os territórios do interior ou litoral, incluindo aldeias e pequenas cidades, onde a maior parte das terras são utilizadas para a agricultura, silvicultura, aquicultura e pesca; por actividades económicas e culturais próprias aos habitantes desta região; para o apetrechamento de áreas não-urbanas de lazer e entretenimento (ou reservas naturais) e outros usos, como a habitação”³. A determinação da classificação “zona rural” é particularmente importante num contexto onde esta pode ou não garantir o acesso às políticas e respectivos financiamentos, especificamente concebidos para esses territórios (AEIDL 2008).

O PIC LEADER surge em 1991 como um instrumento da política de desenvolvimento rural especificamente dirigido para as zonas rurais, territórios que estavam sujeitas a um declínio crónico e progressivo. A abordagem LEADER assentou numa metodologia inovadora ao ter por base princípios adversos dos defendidos pelas teorias clássicas: abordagem *bottom-up* em vez da tradicional *top-down*, enfoque territorial em oposição à sectorial e descentralização na definição e implementação dos Planos de Desenvolvimento Local (PDL).

Quadro 1 – Desenvolvimento regional: abordagem clássica *versus* abordagem LEADER

Abordagem Clássica	Abordagem LEADER
Abordagem descendente ou <i>top-down</i>	Abordagem ascendente ou <i>bottom-up</i> baseada numa parceria público-privada
Abordagem sectorial	Abordagem territorial, multisectorial e integrada
Criação de estratégias de desenvolvimento indiferenciadas, baseadas muitas vezes em modelos urbanos	Estratégia baseada nas características próprias a cada território e nas suas necessidades, envolvendo a comunidade local na sua definição e implementação

Fonte: Adaptado com base em LEADER EUROPEAN OBSERVATORY (1997). *Inovação e desenvolvimento Rural*, Série “Os Cadernos do Observatório” N.º 2, Bruxelas e OCDE (2006b) *The New Rural Paradigm. Policies and Governance*, OECD Rural Policy Reviews, OECD Publishing, Paris.

¹ Ou seja, sem incluir o actual NUTS III Lezíria e Vale do Tejo.

² JO C 33 E de 06/02/2004, p. 229.

³ BARTHELEMY, P. A.; VIDAL, C. - Les ruralités de l’Union européenne, in http://ec.europa.eu/agriculture/envir/report/fr/rur_fr/report_fr.htm (informação consultada 25 de Março de 2012).

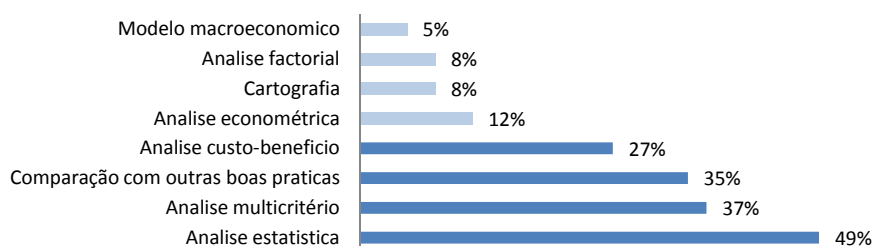
Na região Alentejo, durante as três iniciativas que decorreram entre 1991 e 2006⁴, foram canalizados cerca de 52,7 milhões de euros (p. constantes base 2002) de financiamentos comunitários destinados à realização de investimentos de natureza material e imaterial, executados no âmbito de vários sectores e actividades⁵, com vista à concretização dos objectivos gerais, fixados pelo programa, e específicos, delineados nos Planos de Desenvolvimento Local (PDL), pelo Gabinete de Acção Local (GAL).

As avaliações, análises e estudos realizados, até à data, ao PIC LEADER baseiam-se numa abordagem essencialmente qualitativa, onde as informações quantitativas são limitadas a indicadores como: investimento realizado por medida, postos de trabalhos criados, taxa de execução, entre outros. A metodologia de análise da informação é principalmente de tipo descritiva, sem recurso a modelos econométricos que permitiriam fundamentar a evidência estatística de relações de causalidade entre um conjunto de factores potencialmente explicativos e a variável de interesse, que neste caso é o investimento realizado por projecto.

A ausência na avaliação de uma metodologia mais complexa é muitas vezes justificada pelas limitações orçamentais próprias a cada programa, sendo que, regra geral, os recursos financeiros destinados à avaliação podem variar entre os 1% a 10% do orçamento total do programa. Por outro lado, as verbas destinadas à Iniciativa LEADER representam, comparativamente a outras acções, uma parte muito modesta dos Fundos Estruturais, contudo, devido ao seu carácter inovador o programa tem tendência a canalizar, em termos relativos, uma parte mais significativa para esta finalidade (EUROPEAN COMMISSION 2008 e LEADER OBSERVATORY 1999).

A Comissão Europeia tem desenvolvido desde 1988 numerosos trabalhos de investigação e divulgado um conjunto de documentos técnicos, orientadores e metodológicos, com a vista a proporcionar aos estados-membros diversas indicações para a avaliação e monitorização das políticas de coesão na União Europeia, incluindo recomendações específicas dirigidas ao Programa LEADER. Contudo, para além dos elevados custos associados ao tratamento e análise da informação, muitas vezes, a escassa informação disponível não tem permitido uma análise ou avaliação dos programas nacionais ou comunitários com o rigor e objectivos desejados. Alias um estudo realizado pela Ernest & Young em 2008, sobre a práticas de avaliação de políticas públicas na União Europeia permitiu identificar que “em matéria de análise, os avaliadores utilizam raramente instrumentos mais complexas, como o modelos económicos e econométricos (12%), a cartografia (8%) e análise factorial (8%), as quais oferecem a possibilidade de garantir o valor acrescentado dos resultados das avaliações” (ERNEST & YOUNG 2008:15).

Quadro 2 – Principais ferramentas de análise utilizadas na avaliação de políticas públicas na União Europeia



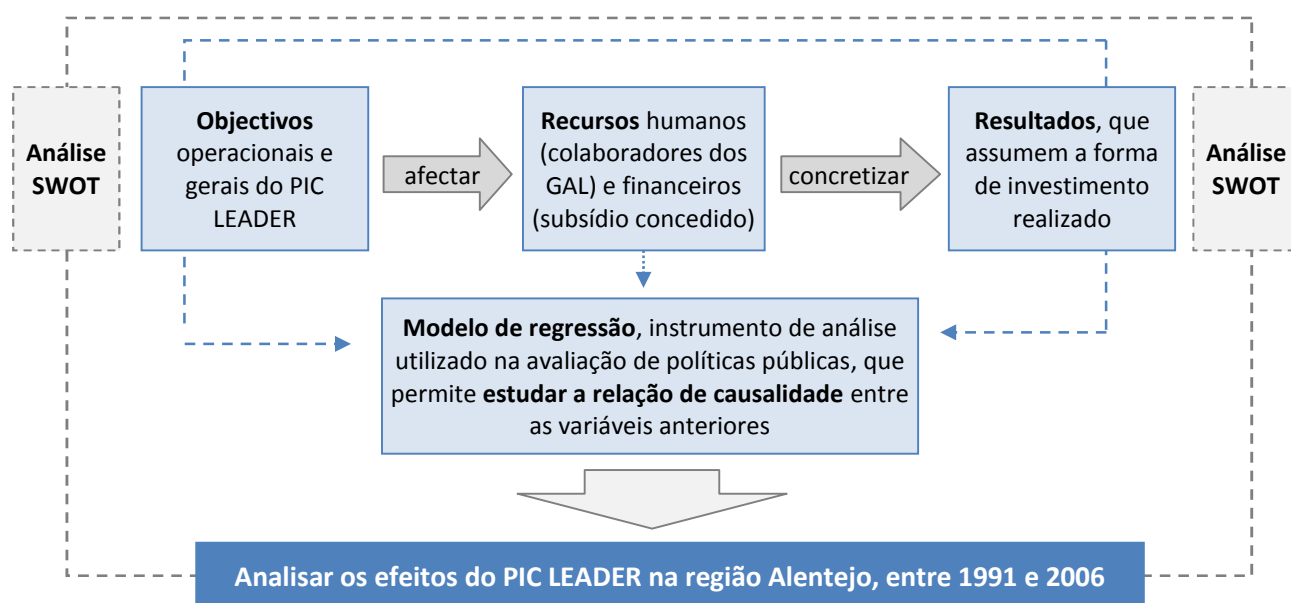
Fonte: ERNEST & YOUNG 2008:15.

⁴ LEADER I, entre 1991 e 1993, LEADER II, entre 1994 e 1999 e LEADER +, entre 2000 e 2006.

⁵ Agro-indústria, turismo, gastronomia, indústria transformadora não alimentar, comércio, serviços, conservação do património histórico, cultural e natural, promoção do território, formação, apoio social, associativismo e outros.

Assim sendo, ao longo dos próximos capítulos pretende-se realizar uma análise quantitativa e qualitativa da execução financeira do PIC LEADER no Alentejo, ao longo das três primeiras fases deste programa, que permita apreciar a relação de causalidade entre os *inputs* (recursos) e os *outputs* (resultados), atendendo as características socioeconómicas da região e aos objectivos estipulados. Para atingir esta meta serão utilizados modelos de regressão, que permitirão estudar o comportamento do investimento realizado por projecto (*output*) no âmbito do PIC LEADER. A figura 1 ilustra a estrutura metodológica adoptada na presente dissertação. Este estudo virá complementar as avaliações e trabalhos de investigação realizados até à data por diversos organismos e entidades, introduzindo contributos e recomendações com vista a melhorar estas apreciações.

Figura 1 – Estrutura metodológica da dissertação



Fonte: Elaborado pela autora.

Neste contexto e com o intuito de alcançar o objectivo proposto, a presente dissertação encontra-se organizada em seis capítulos, com o seguinte conteúdo:

- **Capítulo 1:** descrição do contexto socioeconómico que motivou o aparecimento do PIC LEADER, enquanto instrumento de Política de Desenvolvimento Rural, apresentação das características específicas deste programa, evolução dos seus objectivos e zona de intervenção, com especial enfoque na região Alentejo.
- **Capítulo 2:** inserindo-se a presente análise no domínio da avaliação de políticas públicas, este capítulo surge com a finalidade de inventariar as etapas, metodologias e dimensões do processo de avaliação de políticas públicas, num contexto geral e no caso concreto do PIC LEADER. No entanto, antes destas secções é realizada uma breve contextualização histórica do aparecimento e evolução desta disciplina.
- **Capítulo 3:** mutação da delimitação geográfica, evolução e caracterização económico-social da região Alentejo.
- **Capítulo 4:** descrição metodologia utilizada na elaboração da base de dados, estruturação da variável de interesse e das variáveis explicativas, análise descritiva dos dados, especificação, estimação avaliação e interpretação do modelo econométrico.

- **Capítulo 5:** apresentação das principais conclusões e contributos para a análise e avaliação do PIC LEADER no Alentejo.
- **Capítulo 6:** formulação de sugestões e recomendações com vista a melhorar o processo de avaliação do PIC LEADER, no domínio da recolha e tratamento da informação.

Por último importa referir que, ao longo do estudo, em virtude da informação necessária para a análise dos efeitos do PIC LEADER na região Alentejo não estar sistematizada e agregada, foi necessário proceder-se à construção de uma base de dados, cuja estruturação foi complexa e morosa devido as dificuldades que estiveram na sua origem:

- Informação dispersa pelos vários organismos: Grupos de Acção Local do Alentejo (GAL), Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Lisboa), Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Delegação de Évora e sede de Lisboa), Secção F1. Programas de Desenvolvimento Rural (Bruxelas), Comissão Gestora do LEADER+ e ELARD - *European LEADER association for Rural Development* (Bruxelas).
- A ausência total de informação para o período LEADER I e LEADER II, nalguns GAL por motivos de mudanças de instalações (e arquivo não disponível) ou por os colaboradores que participaram na implementação da 1ª e 2ª fase do programa já não se encontrarem no activo, no entanto, nos arquivos da MADRP e DGADR, foi possível recolher parte da informação da informação em falta.
- Parte dos dados recolhidos não se encontravam informatizados.
- Informação disponível escassa, pelo que, para a obtenção de uma base de dados com variáveis explicativas que não se limitavam ao investimento realizado e financiamento comunitário, foi necessário proceder-se ao tratamento da mesma.
- Relatórios de avaliação e as listagens dos projectos financiados, ao longo das três iniciativas LEADER, sem características homogéneas, o que dificultou uma análise comparativa e a compilação directa de dados.
- Informação estatística concelhia detalhada deficitária e por vezes inexistente para o período antes de 1999/2000, o que limitou a análise e uso de indicadores estatísticos no modelo de regressão.
- Alteração da delimitação geográfica das zonas de intervenção dos Grupos de Acção Local do Alentejo ao longo das três iniciativas LEADER e da própria região Alentejo.
- O programa LEADER + foi gerido com base na plataforma *e-leader*⁶, a qual possibilitava aos GAL retirar uma ficha individualizada por projecto. Contudo, à data da recolha da informação, esta encontrava-se bloqueada/não disponível.
- Impossibilidade de realizar uma análise por GAL em virtude das zonas de intervenção de algumas entidades serem delimitadas por freguesias e não por concelhos, não existindo junto do INE indicadores estatísticas a esta escala. De facto “os territórios LEADER ultrapassam frequentemente os limites administrativos dos concelhos, abrangendo freguesias de outros, o que se deve a planeamentos concertados que têm em conta a continuidade geográfica frequentemente cortadas pelos limites concelhios” (MORENO 2003:5).

Assim, um dos grandes méritos deste trabalho consiste na reunião e sistematização de um conjunto de informação que anteriormente se encontrava dispersa.

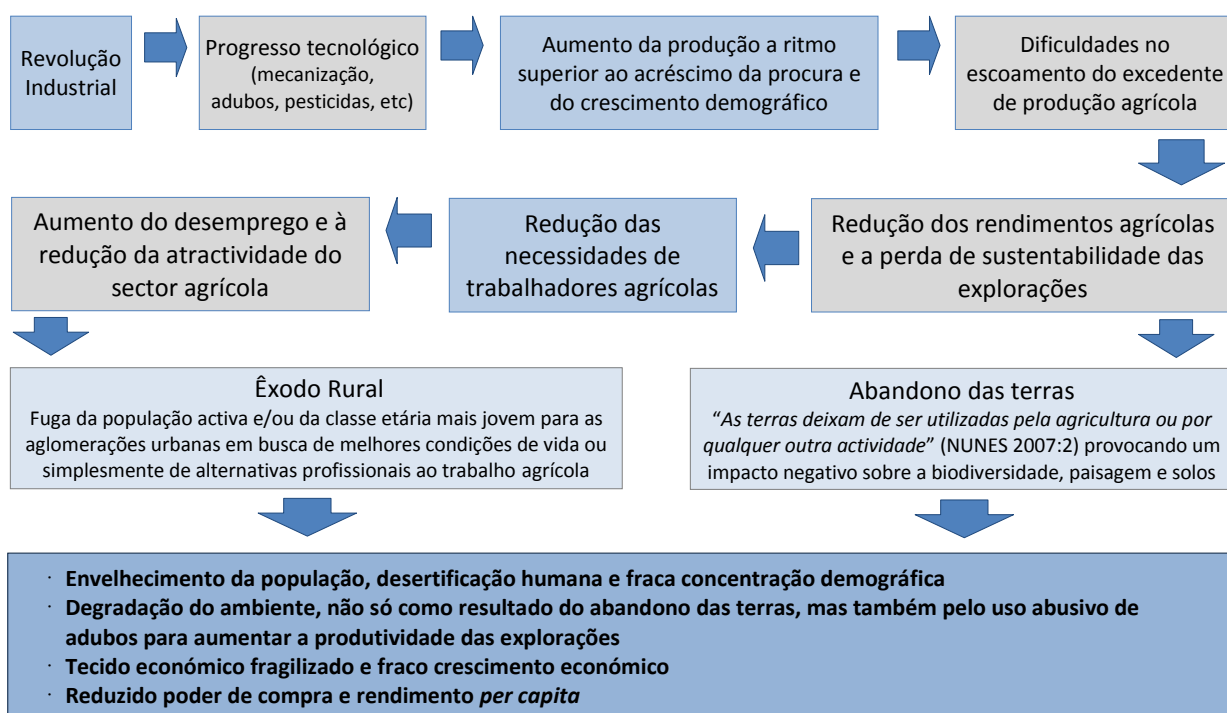
⁶ Desenvolvido pela empresa F3M, S.A.

1. Políticas de desenvolvimento Rural

1.1. Do reconhecimento da problemática à implementação das acções

O impacto da revolução industrial, ocorrido a partir de meados do século XIX no continente americano, europeu e nipónico, originaram profundas alterações dos métodos de produção e na própria organização empresarial, os quais estiveram na base dos primeiros desequilíbrios regionais. Os “trinta anos gloriosos de crescimento contínuo após a Segunda Guerra Mundial” (DINIZ & GUERRY 2006:530) vieram dar continuidade ao progressivo fenómeno de alteração da estrutura económico-social a que se estava a assistir nas zonas rurais: abandono das terras agrícolas e êxodo rural.

Figura 2 – Causas e consequências do declínio do Mundo Rural



Fonte: Adaptado com base na Comissão das Comunidades Europeias, *O Futuro do Mundo Rural*, COM (88) 501 Final, Bruxelas, 21 de Outubro de 1988; United Nation, *Report of the World Commission on Environment and Development “Our Common Future”*, 4 August 1987; NUNES, Adélia de Jesus Nobre, *Abandono do Espaço Agrícola na Beira Transmontana – Extensão, Causas e Efeitos Ambientais*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Doutoramento em Letras, área de Geografia, Coimbra, 2007.

Face as alterações estruturais da sociedade rural, as primeiras teorias de desenvolvimento, especificamente orientadas para essas áreas, começaram a surgir. Milton Friedman defendeu, em meados do século XX, uma teoria de desenvolvimento por etapas, na qual uma economia essencialmente baseada na agricultura teria uma tendência natural a evoluir para um sector vocacionado para a indústria transformadora, com maior valor acrescentado, e posteriormente para o sector terciário (serviços e comércio). François Perroux, economista francês, no final dos anos 50, acreditava na existência de “pólos de desenvolvimento”, ou seja, territórios capazes de alavancar o crescimento para as regiões periféricas, as quais por sua vez eram responsáveis pela propagação do fenómeno nas áreas conexas e assim sucessivamente. No entanto, estes modelos neoliberais não tinham em consideração a diversidade dos territórios rurais e negligenciavam as

pequenas localidades distantes dos centros urbanos, as quais sofreram dos efeitos indirectos destes modelos, com o acentuar da desertificação humana. As numerosas falhas destes modelos levaram rapidamente a sua contestação, nomeadamente por Mandel que considerava o “subdesenvolvimento rural como um fenómeno universal da economia capitalista”. O fracasso da implementação das teorias de desenvolvimento exógenas, para reduzir as disparidades regionais, levaram os economistas em contraposição a defender uma política endógena (SIMARD 1998).

Em 1962, a Comissão Europeia, promoveu a criação da primeira versão da Política Agrícola Comum (PAC) na tentativa de reduzir os crescentes inconvenientes dos desequilíbrios estruturais dos espaços rurais europeus (PORTO 2006). Este instrumento colocou especial enfoque no aumento da produtividade agrícola, com vista a permitir um acréscimo de rendimento aos agricultores (DINIZ & GUERRY 2006).

Com a entrada de Portugal na União Europeia, o país passou a poder beneficiar de ajudas no âmbito da PAC, as quais originaram alterações profundas na organização e gestão das explorações agrícolas, por via do fomento à introdução de tecnologias, optimização das actividades pecuárias, das culturas e recursos. Estas acções visavam reduzir a diferença existente entre a baixa produtividade, os reduzidos preços de venda e elevados custos de produção. Por outro lado, os agricultores passariam a poder beneficiar de “sistemas de ajudas directas ao rendimento”, sendo que, segundo estudos realizados sobre a região Alentejo, no início da década de 90 do século XX, estes subsídios contribuíram para cerca de 50% do rendimento destes empresários (CARVALHO et al. 1997).

As medidas implementadas no âmbito da PAC assentaram no fomento da utilização da tecnologia, incluindo adubos e pesticidas, que promovessem o aumento da produtividade da terra e do trabalho, e na atribuição de ajudas directas à produção, sob a forma de subsídios. Contudo, estas medidas não tiveram os efeitos desejados originando, entre outros, desemprego, como resultado da mecanização de alguns processos, excedentes de produção e graves problemas ambientais, fragilidades que conduziram em 1992 a uma reforma da PAC mais orientada para o desenvolvimento sustentável e a defesa do ambiente (BARROS 2003). Hervieu (1994) veio também defender que a sobrevivência e manutenção da profissão de agricultor residiam na capacidade deste agente em se adaptar aos novos desafios da economia global, articulando conhecimentos nas áreas de gestão do património, ordenamento eficiente do espaço e produtividade.

A PAC constitui uma das primeiras políticas da Comunidade Europeia vocacionada para o desenvolvimento das áreas rurais, no entanto, tinha como principal campo de acção o sector agrícola e o combate à sua decadência, esquecendo o carácter multifuncional da agricultura. A agricultura é sem dúvida a actividade base nas áreas rurais mas não constitui o principal factor responsável pela evolução destes espaços rurais, motivo pelo qual o conceito de zona rural não se deve limitar à dimensão agrícola (HOUÉE 1996:42). Segundo Henriques, Lucas e Carvalho (2004), o papel da agricultura não se limita a fornecer alimentos e matérias-primas, assume também uma função ambiental (preservação da paisagem natural e da biodiversidade) e social (coesão territorial), ou seja, apresenta-se como primordial para a “viabilidade socioeconómica de muitas áreas rurais”. A agricultura assume, com base nestes princípios, um papel relevante para o fornecimento de bens públicos: “uma boa gestão do solo contribui tanto para a estabilidade do ecossistema como para a segurança alimentar. A vitalidade rural beneficia a boa gestão das paisagens agrícolas e o potencial recreativo (...), a atractividade das paisagens contribui ao potencial económico de um lugar” (ENRD 2011:9).

A inexistência do princípio de sustentabilidade, nas teorias e políticas de desenvolvimento adoptadas entre as décadas de 50 e 80, nos continentes europeus e americanos, com as consequentes recuperações negativas para o meio ambiente, levaram a Comissão Mundial para o

Ambiente e Desenvolvimento a publicar em 1987 o resultado de um estudo conjunto realizado por vários peritos internacionais, e intitulado “O Nosso Futuro Comum”⁷. Este documento defendia a necessidade de um desenvolvimento sustentável cujo objectivo principal seria o de garantir a satisfação das “necessidades [básicas e] essenciais de todos”, incluindo os países e zonas mais desfavorecidas, como p.e. as zonas rurais, e possibilitar a oportunidade de alcançarem uma vida melhor. Contudo, devido à limitação dos recursos existentes, assegurar a satisfação das necessidades presentes não deveria comprometer as das gerações futuras (UNITED NATIONS 1987:54). Com este relatório os princípios relacionados com o conceito de desenvolvimento assumem uma dimensão totalmente diferente das defendidas pelos economistas clássicos, como Adam Smith, que acreditavam que uma economia liberal ou o crescimento económico possibilitaria por si só o desenvolvimento de uma nação ou região. Apesar da filosofia presentes nestas doutrinas, em 1911 Joseph Schumpeter veio apresentar uma definição para o desenvolvimento económico, defendendo que este processo é “diferente da simples expansão das quantidades” encontrando o seu fundamento “no aparecimento de ideias novas [uma inovação]” que viria alterar de forma permanente a situação de uma economia (NEVES 1997:391 e 416), no entanto, apesar o contributo para o conceito, os desequilíbrios regionais e as preocupações ambientais não se encontravam presentes nos seus trabalhos.

No seguimento do fracasso das teorias de desenvolvimento exógenas, foram divulgados em 1988, o relatório da Comissão Europeia “O Futuro do Mundo Rural” e a publicação da OCDE “Formulação de políticas rurais, novas tendências”, os quais constituíram as primeiras contestações directas ao modelo de desenvolvimento rural adoptado até essa data, e baseado numa abordagem sectorial e enfoque produtivista.

Perante as alterações demográficas, económicas e sociais ocorridas progressivamente nas décadas anteriores, a publicação da OCDE (1988) preconizava a necessidade de se reformularem as políticas de desenvolvimento rural com vista a serem implementadas segundo uma abordagem territorial, em vez de sectorial, e serem incluídos no processo de formulação das políticas outros actores. Por outro lado, uma descentralização do poder de decisão e uma cooperação entre o sector público e privado deveria também ser factores a ter em consideração.

O trabalho desenvolvido pelo Conselho da Europa entre 1987 e 1988, cujo resultado terminou na Comunicação “O Futuro do Mundo Rural” que mereceu um parecer favorável em 1989⁸ recomendava uma nova reestruturação da PAC baseada numa política de qualidade dos produtos, nomeadamente mediante a promoção de denominações de origem controlada, assim como, directrizes orientadas para a preservação do meio natural e ambiente. Por outro lado, a aposta na diversificação da economia rural, por via do desenvolvimento de novas actividades complementares e paralelas à actividade agrícola, relacionadas com os recursos endógenos próprios a cada território, deveria ser uma medida a implementar.

Consciente da importância do Mundo Rural, por ocupar em 1989 cerca de 80% da superfície comunitária, concentrar mais de metade população e assumir um papel relevante para toda a sociedade, conforme ilustra o quadro 3, o Comité Económico e Social no “Parecer sobre o futuro do mundo rural” assinalou que “as regiões deveriam, com a participação dos grupos socioprofissionais do mundo rural (autoridades locais e regionais, ...) elaborar um plano de desenvolvimento com medidas apropriadas” e especificas a cada território.

⁷ Também conhecido por “Relatório Brundtland”.

⁸ Parecer sobre o futuro do mundo rural 89/C 298/10, JO n.º C 298 de 27.11.1989, p. 32-40.

Quadro 3 – As funções múltiplas do Mundo Rural na Economia

Espaço vital e com potencial económico, tanto para o desenvolvimento de actividades agrícolas e florestais como industriais, turísticas ou dos serviços

Fornecimento dos “fundamentos naturais da vida, como água, solo e ar” puro

Produção de bens alimentares e matérias-primas permitindo, desde que articulado com o conceito de sustentabilidade, garantir “segurança alimentar” no longo prazo

Preservação e protecção do habitat natural de numerosas espécies de animais e plantas

Prevenção e estabilização de alterações ambientais e climáticas, por via do ordenamento do território, minimizando catástrofes naturais como a erosão dos solos, incêndios e inundações

Repositório de uma paisagem natural, património cultural, histórico e gastronómico multifacetado, atractivo do ponto de vista turístico

Sede da entidade cultural própria a um território, como as tradicionais culinárias e artesanato

Fonte: Adaptado com base em Parecer 89/C 298/10; LUCAS, M.R.V., C.A.F. MARQUES, M.B. MARTINS, R. FRAGOSO (2011); HENRIQUES, P.D.; LUCAS, M.R.; CARVALHO, M.L.S. (2004); ENRD (2009b) e ENRD (2011).

Em 1988, assistimos também a uma reformulação do papel dos fundos estruturais europeus com o Regulamento CE n.º 2052/88, o que vinha prever a necessidade de uma “maior concentração dos instrumentos públicos nas regiões mais carenciadas e novos processos de intervenção, (...) [tornando] quase inevitável a criação de um programa inovador para contrariar o despovoamento e o ciclo de empobrecimento das áreas rurais” (MORENO 2003:3). Este diploma veio reestruturar os objectivos e missões dos fundos estruturais, especificando no artigo 1.º os cinco objectivos prioritários, que estes deveriam salvaguardar:

1. *Promover o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas* - «objectivo n.º 1».
2. *Reconverter as regiões, regiões fronteiriças ou partes de regiões (...) gravemente afectadas pelo declínio industrial* - «objectivo n.º 2».
3. *Lutar contra o desemprego de longa duração* - «objectivo n.º 3».
4. *Facilitar a inserção profissional dos jovens* - «objectivo n.º 4».
5. a) *Acelerar a adaptação das estruturas agrícolas* - «objectivo n.º 5a».
5. b) *Promover o desenvolvimento das zonas rurais* - «objectivo n.º 5b».

Em suma, o conceito de desenvolvimento regional surge como uma necessidade devido às consequências das políticas de desenvolvimento adoptadas, desadequadas à realidade económico-social dos territórios e que contribuíram para acentuar as assimetrias regionais. A noção de desenvolvimento regional passa a ter como principal objectivo promover o “equilíbrio entre o crescimento económico e a identidade do território na perspectiva de auto-sustentação”, baseada numa óptica de optimização dos recursos endógenos e numa maior participação dos actores locais (ROSADO 1997:13-21).

É neste contexto que surge na Europa, e mais particularmente na Comunidade Europeia, em 1990 o Programa de Iniciativa Comunitário LEADER “iniciativa especificamente dirigida ao desenvolvimento da economia rural, perspectivada no documento O Futuro do Mundo Rural”, e que iria possibilitar um apoio financeiro as áreas não abrangidas por outros programas comunitários. Este instrumento insere-se nas iniciativas destinadas a apoiar as zonas inseridas nos objectivos 1 e 5b dos Fundos Estruturais (Parecer 91/C 31/14 p.42). Paralelamente surgem nos EUA o Programa *Rural Partnership* e no Canada o Programa de Desenvolvimento das colectividades. Uma característica comum destas três iniciativas, baseadas numa nova abordagem do modelo de governação no meio rural, era a filosofia de parceria entre os diferentes actores económico-sociais. Este modelo vinha romper com a abordagem tradicional, onde nos meios rurais “existia uma nítida separação entre as três esferas da vida socio-economica, [ou seja],

o sector privado, sector público e terceiro sector também designado do sector comunitário”. Ora a nova abordagem de regulamentação e decisão do poder público visava a articulação e concertação destes três grandes grupos com vista à prossecução de um objecto comum (JEAN 2000:224-225).

“As zonas rurais diferem umas das outras: cada território dispõe de um conjunto de recursos particulares e típicos susceptíveis de serem valorizados mais eficazmente pelas instituições e actores locais. Estes são os melhores colocados para conhecer as forças e fraquezas do território e desenvolver uma visão global das suas potencialidades. Os recursos endógenos podem ser físicos, ambientais, culturais, humanos, económicos e financeiros, institucionais e administrativos”, são muitas vezes identificados como os elementos característicos de uma região, que a permitem distinguir-se das restantes e cuja valorização possibilita um desenvolvimento sustentável do território. “A definição ao nível local de políticas de desenvolvimento pode revelar-se mais eficaz e mais fácil de gerir porque permite mobilizar estes recursos” (LEADER EUROPEAN OBSERVATORY 1999:23).

No entanto, apesar do enfoque territorial, as regiões inserem-se numa economia global, sujeitas a influências externas como as flutuações cambiais, as alterações do preço do petróleo e as crises políticas mundiais. A globalização coloca novos desafios ao desenvolvimento regional obrigando tanto as economias como as regiões à internacionalização (ROSADO 1997). Na sobrevivência e desenvolvimento das regiões a inovação, enquanto factor de diferenciação, assume um papel relevante. As potencialidades dos recursos endógenos das zonas rurais articuladas por exemplo com novas formas de abordagens dos mercados e despesas em investigação e desenvolvimento constituem instrumentos capazes de alavancar o progresso destas regiões. Contudo, estes territórios caracterizados por uma fraca concentração e diversidade empresarial, dificultam o desenvolvimento e o acréscimo de produtividade das empresas existentes, devido a falta de acesso a serviços especializados ou fornecidos a um preço muito mais elevado, devido à distância geográfica entre as zonas rurais e os pólos industriais/tecnológicos. Por outro lado, deparam-se também com dificuldades de acesso à informação e de financiamento externo, nomeadamente bancários (OCDE 2006b). O papel dos organismos do estado e das políticas públicas assumem particular importância nas zonas rurais, com vista a mitigarem estes entraves, por via da promoção de seminários, acções de formação e dos subsídios ao investimento. Um apoio financeiro, concedido sob a forma de incentivo a fundo perdido ou reembolsável (com bonificação ou sem pagamento de juros e outros encargos), atribuído ao seu beneficiário uma vantagem competitiva face a outras entidades do sector, favorecendo o desenvolvimento do empreendedorismo.

1.2. O Programa de Iniciativa Comunitário LEADER: metodologia e evolução do território de intervenção

O Programa Iniciativa Comunitário LEADER (Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural) é um instrumento da Política de Desenvolvimento Rural da União Europeia, aprovado pelo Comité Económico e Social em Outubro de 1990 e divulgado, no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, aos Estados-Membros em Fevereiro de 1991.

O LEADER surgiu como uma resposta da Comissão Europeia aos problemas do Mundo Rural, baseado numa metodologia de intervenção integrada, que iria permitir o aproveitamento dos recursos endógenos e das potencialidades existentes em cada território (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA 1994). Para além do enfoque territorial, o LEADER também se distinguiu por assentar num modelo de governação “ascendente (bottom-up), em vez da tradicional aplicação

descente (top-down)”, onde o poder de decisão e o controlo orçamental da UE se encontram concentrados nos parceiros locais, os GAL - Grupos de Acção Local (TCE 2010:6).

As setes especificidades metodológicas do PIC LEADER, enumeradas no quadro 4, conferem a este instrumento a capacidade de abordar a problemática do desenvolvimento rural com base num processo inovador, sobretudo atendendo ao contexto socioeconómico no qual o programa foi criado.

Quadro 4 – As especificidades metodológicas do PIC LEADER

Designação	Caracterização
Estratégia Local de desenvolvimento (ELD) ou Abordagem territorial	A política de desenvolvimento incide sobre um território de pequena dimensão (entre 10.000 e 100.000 habitantes), sem limites predefinidos, mas homogéneo com identidade, necessidades e expectativas comuns.
Abordagem local, ascendente ou <i>bottom-up</i>	Os actores locais (população, no sentido lato, grupos de interesses económicos e sociais, organismos públicos e privados) participam na definição da estratégia e na identificação das prioridades locais. A política de desenvolvimento rural é, desta forma, concebida e implementada em função das necessidades da comunidade.
Parcerias publico-privadas: (Grupos de Acção Local - GAL)	Os GAL representam um modelo de organização baseado em parcerias públicas e privadas equilibradas (organizações profissionais, sindicatos, associações comerciais e ambientais, representantes do poder político local, entre outros). Os GAL definem, organizam e implementam a ELD e decidem sobre os projectos a serem financiados.
Inovação	A metodologia LEADER facilita o desenvolvimento de novas abordagens das zonas rurais por via da autonomia, descentralização de gestão e flexibilidade na tomada de decisão. Características que são outorgadas aos GAL. A inovação deve ser interpretada no sentido lato, podendo ser sinónimo da introdução de um novo produto, novo processo, nova organização ou nova abordagem do mercado. “A inovação nas áreas rurais pode implicar a transferência e adopção de inovações desenvolvidas [noutros territórios], a modernização de formas tradicionais de saber-fazer ou novas soluções aos problemas rurais persistentes que outras intervenções políticas não puderam resolver de uma forma satisfatória e duradoura”
Acções integradas e multisectoriais	A ELD deve ser desenvolvida com base numa abordagem multisectorial, pois o LEADER é um programa de desenvolvimento territorial, onde os projectos e acções que a constituem estão relacionados entre si, com vista a formarem um conjunto coerente.
Colocação em rede	Permite a troca de experiências e saber-fazer entre GAL, áreas rurais, administrações e organizações, constituindo um meio de transferir boas práticas, divulgar casos de sucesso e partilhar conhecimentos adquiridos com as experiências anteriores. A colocação em rede também possibilita às áreas rurais mais isoladas, estabelecerem ligações com outras entidades ou regiões.
Cooperação	Possibilita a interacção e o desenvolvimento de um projecto comum entre GAL ou entre GAL e outras entidades com uma abordagem similar, presentes noutras regiões, estado-membro ou mesmo país terceiro. A cooperação deve ter por base um projecto comum e elaborado em torno a uma estrutura concreta, que permita às partes envolvidas, não só a troca de experiências, mas também obter do(s) parceiro(s) apoio no desenvolvimento das suas actividades ou na resolução de alguns problemas funcionais.

Fonte: Adaptado com base em COMMISSION EUROPEENNE (2006). *L’approche Leader – Guide de base*, Office des publications officielles des Communautés européennes, Luxembourg, p. 8-15.

A acção piloto do LEADER que decorreu de 1991 a 1993, procurou experimentar um novo caminho para o desenvolvimento regional, baseado numa abordagem que pretendia criar condições para, entre outros, “evitar a desertificação, rentabilizar as estruturas existentes, proteger o meio ambiente, preservar os recursos naturais, melhorar a qualidade dos produtos agrícolas, criar condições para o turismo e ocupação dos espaços rurais, melhorar o ordenamento do território, desenvolver a informação criando centros para a sua difusão, desenvolver a cultural empresarial local e criar novas empresas locais, sobretudo de serviços inovadores” [Parecer (91/C 31/14)].

O LEADER II (1994-1999) continuou a aplicar-se as zonas rurais identificadas pelos objectivo n.º 1⁹ e n.º 5b e veio dar seguimento à filosofia de base e à metodologia utilizada, no entanto, surge com um enfoque mais adequado às necessidades das zonas de intervenção em virtude das experiências retiradas da 1ª fase do programa. A Comunicação aos Estados-Membros (94/C180/12) aponta, como resultado das reacções sobre as iniciativas comunitárias, que também é necessário “reforçar e melhor coordenar esta abordagem, com maiores ambições e exigências em relação à qualidade dos projectos financiados”.

O LEADER + (2000-2006) apesar de “retomar as grandes linhas de orientação dos anteriores programas” vem introduzir algumas alterações, resultado das aprendizagens das iniciativas anteriores. Contudo alguns valores como a cooperação, trabalho em rede e a complementaridade continuam a ser os elementos fundamentais do programa. A 3ª fase da iniciativa passa a estender-se a todo o território rural, sendo dada aos Estados-Membros a possibilidade de definirem as zonas beneficiárias. A preocupação pela igualdade de oportunidades traduz-se na classificação das mulheres e jovens como categorias populacionais prioritárias. A estratégia dos planos de desenvolvimento local deve relacionar-se em torno de um «tema forte», característico e aglutinador de um território”, nomeadamente: “Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais; Promoção e reforço das componentes organizativas e das competências das zonas rurais; Valorização dos produtos locais; Valorização dos recursos naturais e culturais ou Utilização de novos repositórios de saber fazer e de novas tecnologias” [Comunicação (2000/C 139/05)].

As três iniciativas do LEADER foram financiadas pelos fundos estruturais¹⁰ da União Europeia: LEADER I pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE) e Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA); LEADER II pelo FEDER e FEOGA; LEADER + pelo FEOGA.

Apesar da iniciativa ter sido concebida à escala europeia, a transposição dos objectivos gerais do programa para os Planos de Acção Local (PAL) dos GAL, presentes em cada estado-membro, foi realizada com base nas prioridades, necessidades e recursos endógenos próprios a cada território, pelo que, o processo de implementação e as suas linhas directrizes não se apresenta homogéneo a

⁹ Enquadrando-se nesta definição, ao abrigo do Regulamento (CEE) n.º 2052/88, as “regiões NUTS de nível II, cujo PIB por habitante, com base nos dados dos últimos três anos, [fosse] inferior a 75% da média comunitária: ESPANHA (Andaluzia, Astúrias, Castilha e Leão – La Mancha, Ceuta e Melilha, Comunidade de Valenciana, Estremadura, Galiza, Canarias, Múrcia); FRANÇA (departamentos ultramarinos franceses (DOM), Córsega); GRÉCIA (totalidade do país); IRLANDA (totalidade do país); ITALIA (Abruzos, Basilicata, Calábria, Campânia, Molise, Puglia, Sardenha, Sicília); PORTUGAL (totalidade do país); REINO UNIDO (Irlanda do Norte).

¹⁰ “Ao longo da construção europeia foram criados quatro tipos de Fundos estruturais:

- O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) contribui essencialmente para ajudar as regiões menos desenvolvidas, as que se encontram em reconversão económica e as que têm dificuldades estruturais.
- O Fundo Social Europeu (FSE) intervém essencialmente no âmbito da estratégia europeia para o emprego
- O Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) - secção Orientação contribui para o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das zonas rurais menos desenvolvidas, melhorando a eficácia das estruturas de produção, de transformação e de comercialização dos produtos agrícolas e silvícolas.
- O Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP) apoia as evoluções estruturais do sector da pesca.”

Informação retirada do site da Comissão Europeia (<http://ec.europa.eu>) em 21 de Julho de 2012.

nível comunitário (EUROPEAN COMMISSION 1999). O quadro 5 resume os objectivos gerais que GAL da região Alentejo adoptaram na aplicação dos PAL.

Quadro 5 – Objectivos gerais do LEADER I, LEADER II e LEADER +: directrizes comunitárias *versus* aplicação nos PAL da região Alentejo

	Objectivos gerais do PIC LEADER [1]	Objectivos gerais do PIC LEADER na região Alentejo [2]
LEADER I (1991-1993)	Marca o início de uma nova política de desenvolvimento rural baseada na abordagem territorial, integrada e participativa, mobilizando acções que visem: “i) Evitar a desertificação, ii) rentabilizar as estruturas existentes, iii) melhorar o meio ambiente, iii) evitar a poluição e contribuir para o combate à que já existe, iv) preservar a natureza e os seus recursos naturais, v) melhorar a qualidade dos produtos agrícolas e sua valorização, vi) criar condições para o turismo e ocupação dos espaços rurais, vii) melhorar o ordenamento do território, viii) desenvolver a informação criando centros para a sua difusão, ix) desenvolver a cultura empresarial local (formação profissional), x) criar novas empresas locais, sobretudo de serviços inovadores, xi) constituição e valorização das cooperativas e associações locais e regionais”	→ - Promover, preservar e valorizar os recursos endógenos (património natural, histórico e cultural) e os produtos locais - Fomentar a criação de unidades de turismo rural e actividades conexas - Incentivar a criação de parcerias
LEADER II (1994-1999)	Generalizou a abordagem LEADER I, colocando a tónica na colocação em rede e no aspecto inovador dos projectos, como: i) medidas ambientais baseadas em energias renováveis; “ii) aplicação das novas tecnologias da informação e da comunicação em meio rural; iii) disponibilização de serviços adaptados à baixa densidade populacional, incluindo sob a forma de pluriactividade; iv) concepção e comercialização de novos produtos e serviços; v) criação de empregos em meio rural, incluindo a inserção das pessoas em dificuldades e a associação do sistema educativo e informativo ao processo de desenvolvimento; vi) criação e difusão cultural em meio rural, como factor de identidade local e de atracção turística; vii) sensibilização da população rural para os desafios do desenvolvimento e as suas próprias capacidades de acção”	→ - Promover a qualificação dos recursos humanos, com vista ao incremento do empreendedorismo local - Estimular o associativismo, cooperação e colocação em rede - Reforçar a vertente promocional dos recursos endógenos e produtos locais - Diversificar e revitalizar o tecido empresarial: indústria transformadora, comércio, serviços e turismo - Sensibilizar e promover a protecção do meio ambiente
LEADER + (2000-2006)	Mantém o <i>mainstream</i> das abordagens anteriores, mas com maior enfoque nas abordagens integradas e parcerias, considerando as mulheres e jovens como categorias populacionais prioritárias i) desenvolver novas formas de valorização do património natural e cultural; ii) reforço do ambiente económico, iii) melhoria da capacidade organizacional das respectivas comunidades, iv) cooperação e criação de parcerias de qualidade entre diversos agentes	→ - Reforçar as parcerias, cooperação e competências técnicas dos agentes locais - Melhoria das condições e qualidade de vida no meio rural, por via do associativismo e voluntariado - Promover o território e os seus recursos - Consolidar o tecido empresarial - Preservar o património ambiental

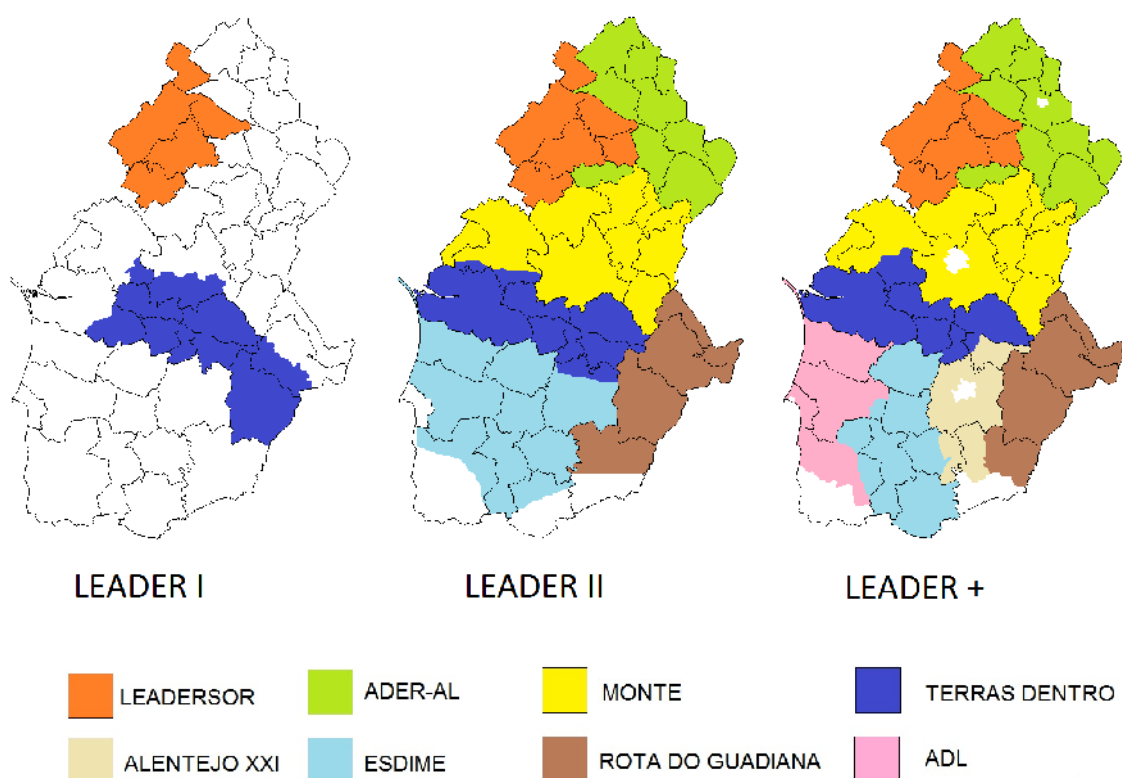
Fonte: SANTOS; NETO & SERRANO 2012 – [1] adaptado com base no Parecer CE n.º 91/C; Comunicação CE 94/C 180/12 e 2000/C 139/05 e [2] adaptado com base Ministério da Agricultura - Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, *20 Valores do Mundo Rural*, Lisboa, 1995; [www. http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/](http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/) (consultado em 15-01-2012); www.leader.pt (consultado em 15-01-2012).

A cooperação é uma das sete características do PIC LEADER, no entanto, os projectos de cooperação entre territórios rurais, de natureza interterritorial ou transnacional, eram inexistentes no LEADER I, de carácter facultativo no LEADER II e obrigatórios no LEADER +. Motivo pelo qual esta variável não foi introduzida no presente estudo, pois procurou-se criar modelos das três

iniciativas com as mesmas variáveis que permitissem estabelecer comparações e compreender a sua evolução.

Ao longo das três iniciativas LEADER, o número de GAL a actuar na União Europeia passou de 217 para 893 (CE 2006:7). Em Portugal, o LEADER I deu origem a constituição de 20 Grupos de Acção Local, dois dos quais centrados na região Alentejo (LEADERSOR e TERRAS DENTRO) e que cobriam 22% do território. Com o LEADER + Portugal passou a contar com a presença de 52 GAL e o Alentejo com 8 entidades, cuja área de intervenção englobava a totalidade das zonas rurais desta região (BARROCAS 2008). As duas entidades anteriores juntaram-se a ADER-AL, ESDIME, MONTE ACE, ROTA DO GUADIANA, ALENTEJO XXI e ADL¹¹, conforme ilustra a figura 3. Destacando-se que a MONTE, ACE é “o único caso em Portugal de parceria horizontal entre [Associações de Desenvolvimento Local] – Trilho, ADIM, Aliende e Montes Claros – que têm a incumbência de promover e acompanhar iniciativas nas suas parcelas de intervenção” (MORENO 2003:14).

Figura 3 - Três iniciativas LEADER na região Alentejo - mapa com evolução das zonas de intervenção dos GAL



Fonte: SANTOS; NETO & SERRANO 2012 - adaptado com base Ministério da Agricultura - Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, 20 Valores do Mundo Rural, Lisboa, 1995; Direcção- Geral de Desenvolvimento Rural, Um Olhar do LEADER sobre o Mundo Rural – A Experiência LEADER II, MADRP, Lisboa, 2001; <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/> (consultado em 15-01-2012); www.leader.pt (consultado em 15-01-2012) e informação proporcionada pelos GAL.

Actualmente está a decorrer a 4ª fase da Iniciativa LEADER, sendo que em Portugal este instrumento passou a integrar o Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER). Esta alteração

¹¹ Importa distinguir que ADL (Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano) é a designação de um GAL da região Alentejo, e ADL (Associação de Desenvolvimento Local) é a denominação de uma tipologia de actores locais do PIC LEADER.

originou uma redução da autonomia dos GAL, comparativamente com as três iniciativas anteriores, nomeadamente no período para apresentação dos pedidos de apoio, critérios de apreciação, selecção, acompanhamento e controlo das candidaturas, conforme evidencia o quadro 6.

Quadro 6 – Caracterização da apresentação dos pedidos de apoio, critérios de apreciação, selecção, acompanhamento e controlo das candidaturas no LEADER I, LEADER II, LEADER + e PRODER – Abordagem LEADER

	LEADER I, LEADER II e LEADER +	PRODER – abordagem LEADER
Apresentação de pedidos de apoio	Em contínuo, até limite da dotação orçamental disponível para o GAL ou na região	Submetidos por concurso divulgado pela entidade de gestão e pelos GAL
Crítérios de apreciação e selecção das candidaturas	Como os concursos estavam abertos em contínuo, desde que, os beneficiários e a operação cumprissem os critérios de elegibilidade as candidaturas obtinham parecer favorável, no entanto, alguns GAL pontuavam as candidaturas em função de diversos critérios de apreciação previamente fixados e em função das suas prioridades. <ul style="list-style-type: none"> · Adequação aos objectivos do Programa Leader · Enquadramento do Projecto nos Objectivos da Acção / Impacto Local · Coerência Global do Projecto Capacidade Financeira do Promotor 	Em virtude dos pedidos de apoio serem apresentados por concursos, a aprovação estava sujeita à dotação orçamental disponível, pelo que as candidaturas são hierarquizadas em função da pontuação segundo os critérios de apreciação definidos nos Avisos de Abertura <ul style="list-style-type: none"> · Valia Técnica da Operação (razoabilidade do tipo de investimento e dos custos, qualidade e credibilidade dos pressupostos, postos de trabalho a criar) · Valia estratégica (enquadramento na ELD, preservação e valorização ambiental, inovação, reconhecimento PROVERE) · Valia do Beneficiário (experiência, formação académica, idade e género do beneficiário)
Acompanhamento e controlo das candidaturas	<ul style="list-style-type: none"> · Controlo da execução física e documental da candidatura · Controlo das obrigações dos beneficiários (manter a actividade e cumprimento dos normativos legais). Quanto aos postos de trabalho previstos em sede de candidatura, em virtude, da sua criação e manutenção não constar nas obrigações dos beneficiários, não se procedem à fiscalização desta intenção. 	<ul style="list-style-type: none"> · Controlo da execução física e documental da candidatura · Controlo das obrigações dos beneficiários, nomeadamente, cumprimento dos normativos legais, manter a actividade e os postos de trabalho criados (sempre que o apoio concedido seja majorado em virtude da criação líquida de postos de trabalho), <u>apresentação de um relatório de avaliação sobre os resultados económicos da actividade</u> (quando aplicável)

Fonte: Adaptado pela autora com base nos avisos de apresentação dos pedidos de apoio e nas informações proporcionadas pelos GAL.

Por outro lado, com o PRODER – Abordagem LEADER é introduzida a possibilidade de articulação com outro instrumento de Políticas Públicas para territórios de baixa densidade os Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE)¹².

Os PROVERE foram concebidos para estimular a competitividade das áreas com baixa densidade “através da dinamização de actividades de base económica, inovadoras e alicerçadas na valorização de recursos endógenos (...) contribuindo, deste modo, para criar condições para a

¹² Estes encontram-se inseridos nas Estratégias de Valorização Económica de Base Territorial (EVEBT) e representando um dos quatro tipos de Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC), previstas no âmbito QREN.

fixação e renovação da população”. No entanto, não constituem um programa de financiamento directo de iniciativas, uma vez que este será assegurado por via dos Programas Operacionais do QREN. O PROVERE é um instrumento de política horizontal das EEC que visa promover acções integradas em diversos sectores de actividade sob a forma de parceria. De facto, cada PROVERE é constituído em torno de um ou vários programas ancoras articulados com um conjunto significativo de projectos complementares (MARTINS 2008:16).

No entanto, a avaliação destes programas tem revelado algumas “insuficiências de articulação e complementaridade”, apesar de também terem sido detectados aspectos positivos na sua operacionalização, como a existência de verbas próprias para o financiamento dos projectos (CCDRA 2012:11-12). A título de exemplo, podemos citar a abertura de concursos ao Sistema de Incentivos à Inovação e ao Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacional de PME especificamente destinados a projectos inseridos em EEC reconhecidas e a majoração do incentivo concedido ao abrigo desses programas. Contudo, articulação do PROVERE com o PRODER – Abordagem LEADER tem sido menos enfatizada. De facto, nenhuma majoração em termos de incentivo é atribuída a projecto integrados em PROVERE, pois esta é apenas outorgada em função dos postos de trabalhos criados. Por outro lado, a pontuação atribuída a esta tipologia de projectos, no cálculo da Valia Global da Operação (VGO), é pouco expressiva, contribuindo apenas para um acréscimo da classificação das candidaturas inseridas na região Alentejo em cerca de 3% (ver quadro 7), apesar de existir à presente data sete candidaturas reconhecidos formalmente como EEC – PROVERE¹³.

Quadro 7 – Contributo do PROVERE para o cálculo da VGO, por GAL da região Alentejo

GAL	Medida	Valia estratégica ¹⁴	EEC / PROVERE	Contributo para VGO
ADER-AL	3.1.	25%	1%	0,25%
	3.2.	40%	1%	0,40%
ADL	3.1.	35%	10%	3,50%
	3.2.	35%	10%	3,50%
ALENTEJO XXI	3.1.	40%	10%	4,00%
	3.2.	35%	10%	3,50%
ESDIME	3.1.	30%	10%	3,00%
	3.2.	30%	5%	1,50%
LEADERSOR	3.1.	40%	20%	8,00%
	3.2.	40%	10%	4,00%
MONTE	3.1.	40%	2,5%	1,00%
	3.2.1	45%	2,5%	1,13%
	3.2.2	30%	2,5%	0,75%
ROTA DO GUADIANA	3.1.	35%	5,71%	2,00%
	3.2.1	25%	6%	1,50%
	3.2.2	35%	5%	1,75%
TERRAS DENTRO	3.1.1./3	40%	20%	8,00%
	3.1.2.	20%	20%	4,00%
	3.2.	30%	20%	6,00%
Média		34,21%	9,01%	3,04%

Fonte: Aviso de apresentação de pedidos de apoio dos GAL.

¹³ i) Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo: uma Estratégia para as Áreas de Baixa Densidade do Sul de Portugal; ii) Zona dos Mármore; iii) A Cultura Avieira a Património Nacional; iv) InMotion: Alentejo, Turismo e Sustentabilidade; v) Ambinov: Soluções Inovadoras em Ambiente, Resíduos e Energias Renováveis; vi) Alentejo Litoral e Costa Vicentina: Reinventar e Descobrir, da Natureza à Cultura e vii) Montado de Sobro e Cortiça. Informação retirada do site www.qren.pt em 31/08/2012.

¹⁴ Valoriza a contribuição das operações para os objectivos da Estratégia Local de Desenvolvimento (EDL).

1.3. Novas perspectivas e tendências internacionais

A temática do desenvolvimento rural e as suas políticas são áreas de interesse tanto dos países desenvolvidos, onde a fraca densidade populacional dificulta o acesso a serviços básicos e/ou especializados, como dos países menos desenvolvidos, marcados pelo fenómeno do êxodo rural e nos quais a agricultura assume um papel relevante (ENRD 2009:61).

A reputação do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, considerado como um caso de sucesso devido aos resultados obtidos em numerosas zonas rurais, apesar do orçamento relativamente limitado que lhe tem sido consagrado (OCDE 2006a), conduziu ao aparecimento de numerosas versões híbridas, pelo mundo (ENRD 2009b:61). Alias em 2006 a OCDE já tinha realizado um levantamento sobre as características do novo paradigma do Mundo Rural e das alterações às orientações de política pública que se estavam a verificar (OCDE 2006b). De facto, numerosos países da OCDE estão a adoptar uma abordagem das políticas de desenvolvimento rural, cujas principais características se baseavam numa abordagem territorial, em vez de sectorial, com vista a explorar as potencialidades de cada zona rural, e centradas em investimentos em vez de subsídios, destinados a fomentar o espírito empreendedorismo (OCDE 2006a:5).

Quadro 8 – Exemplos de novas abordagens de Políticas de Desenvolvimento Rural

País de intervenção	Breve descrição do programa
México	<i>Estratégia rural para as microregiões</i> . Abordagem territorial e descentralizada baseada na criação de micro-pólos de desenvolvimento, designado de <i>Centro Estratégico Comunitario – CEC</i> , responsáveis pelo planeamento dos investimentos públicos em função das necessidades diagnosticadas nas comunidades locais (OCDE 2006a e OCDE 2006b).
Canadá	A Iniciativa <i>Lentille Rurale</i> assenta numa abordagem territorial, onde as orientações das políticas públicas têm por base as carências específicas das regiões. Por outro lado, o <i>Programme d'aide au développement des collectivités</i> promove uma abordagem ascendente e de financiamento de investimentos (OCDE 2006a e OCDE 2006b).
Austrália	<i>Rural Transaction Centre – RTC</i> . Este programa oferece as cidades com menos de 3.000 habitantes a possibilidade de terem acesso a serviços como correios/telecomunicações, seguros, facilidades de crédito, sessões de formação e acesso a eventos culturais ou promocionais dos produtos locais (ENRD 2009:62).
França	<i>Pôles d'excellence rurale – PER</i> . Programa destinado ao desenvolvimento económico das zonas rurais, baseado numa parceria público-privada e em torno de uma temática específica: promoção das riquezas naturais, culturais e turísticas; valorização e gestão dos recursos biológicos; oferta de serviços e acolhimento de novas populações; pólos tecnológicos de apoio às produções artesanais e serviços localizados (NETO e NATÁRIO 2009).

Fonte: Adaptado com base em OCDE 2006a, OCDE 2006b, ENRD 2009b, NETO e NATÁRIO 2009.

Apesar da atenção crescente do poder público sobre as políticas de desenvolvimento rural “existem poucos estudos sobre os resultados e [variáveis] determinantes do seu êxito ou fracasso”, facto que se deve em parte às dificuldades subjacentes à avaliação de políticas intersectoriais do ponto de vista quantitativo. Assim sendo, a OCDE aconselha que esta análise seja realizada tendo por base um quadro analítico, composto de indicadores qualitativos e quantitativos comuns, que possibilite a avaliação e comparações entre as diferentes políticas actualmente implementadas (OCDE 2006a:7).

2. Avaliação das políticas públicas

2.1. O conceito e sua evolução

Assiste-se hoje em dia a uma procura crescente de informações sobre a utilização e resultados da aplicação dos fundos públicos, tanto parte dos organismos governamentais e representantes da oposição, como por parte do cidadão comum, caracterizado por ser cada vez mais exigente (WHOLEY et al. 2010). A avaliação das políticas públicas surge, desta forma, como uma necessidade para justificar e legitimar a intervenção crescente do estado na economia, sobretudo quando esta implica a utilização de receitas oriundas essencialmente de impostos dos contribuintes.

No período pós Segunda Guerra Mundial o papel e as funções do estado desenvolveram-se consideravelmente, assumindo uma nova dinâmica e multi-funcionalidade, nomeadamente ao nível social. Ao contrário das teorias clássicas que “não reconheciam no estado um papel económico”, John Keynes veio defender que a sua intervenção a nível macroeconómico era necessária para inverter os ciclos de recessão. Paralelamente Richard Musgrave sustentou que as funções do estado não deveriam limitar-se a tarefas judiciais e de defesa do território, mas também de afectação – “produção e financiamento de bens e serviços colectivos” –, redistribuição – “transferência entre agentes económicos” – e regulamentação – “procura do pleno emprego, do crescimento, competitividade nacional e domínio da inflação” (LONGATTE, VANHOVE e VIPREY 2002:86-98). Actualmente o estado assume-se como um agente responsável pelo desenvolvimento económico e sustentável, influenciando através das suas políticas as decisões das empresas e sectores em termos de investimento e inovação (NEVES 1997). As políticas públicas podem assim ser definidas como “um conjunto de medidas tomadas por uma autoridade legal e responsável, que visa a melhorar as condições de vida da população ou a desenvolver medidas que promovam o crescimento da economia (...). Uma política pública deve ser concebida em função de objectivos específicos e resultados tangíveis” (ARNAUD 2004:8-9).

Avaliar políticas públicas é um processo do qual resulta uma apreciação das acções de um programa ou política, implementadas pelo Estado. A sua função não se limita a um simples diagnóstico, assume também um carácter de “apoio à decisão com vista a melhorar a execução ou o conteúdo das acções (...) avaliadas”. O relatório de avaliação é composto por indicadores com enfoque em questões financeiras, humanas e de execução física mas também compreende informações sobre a adequabilidade dos resultados alcançados face aos objectivos fixados (VOLLET e HADJAB 2008:7). A avaliação de políticas públicas é “um mecanismo para monitorizar, sistematizar e classificar as acções governamentais”, requerendo a recolha e análise sistemática de informação (VEDUNG 2009:2). A sua utilidade pode assumir dimensões para além da reorientação dos programas existentes, ajudando a desenvolver novas propostas legislativas ou simplesmente contribuir para o debate público (WHOLEY et al. 2010).

O processo de avaliação de políticas e programas públicos nasceu no início dos anos de 1960, nos países anglo-saxónicos e mais particularmente nos EUA, com enfoque em domínios como a educação, serviços sociais, saneamento público e prevenção da criminalidade (TROSA 2003 e CE 1999). Entre 1960 e 1980 assumiu um carácter de natureza científica e de investigação. As avaliações eram realizadas essencialmente numa fase *ex-post*, com o intuito de analisar o impacto do programa sobretudo nos domínios do emprego e produtividade. Desenvolvidas no meio académico ou em centros de investigação, nos quais foram criadas novas técnicas de análise como análise *shift-share*, modelo *input-output* e alguns métodos econométricos. No entanto, estes processos mostraram-se pouco apropriados para “estimar alterações no comportamento dos

agentes económicos em mutação rápida (...) e onde o ambiente externo está marcado por uma forte instabilidade”. Por outro lado, estes métodos tinham custos elevados e eram muito exigentes em dados estatísticos (MAIRATE 2007:29). Contudo a divulgação e aparecimento do processo de institucionalização da avaliação de políticas públicas, durante esse período, não revelou um carácter universal e uniforme. Os EUA, Suécia, Canada e Alemanha, constituem os primeiros países a aderir a esta prática, os quais estimularam o seu desenvolvimento internacional. Na Europa, o 2º grupo de países que aderiu a este processo reúne a Noruega, Dinamarca, Holanda, França, Suíça e Espanha (JACOB 2006:49-50).

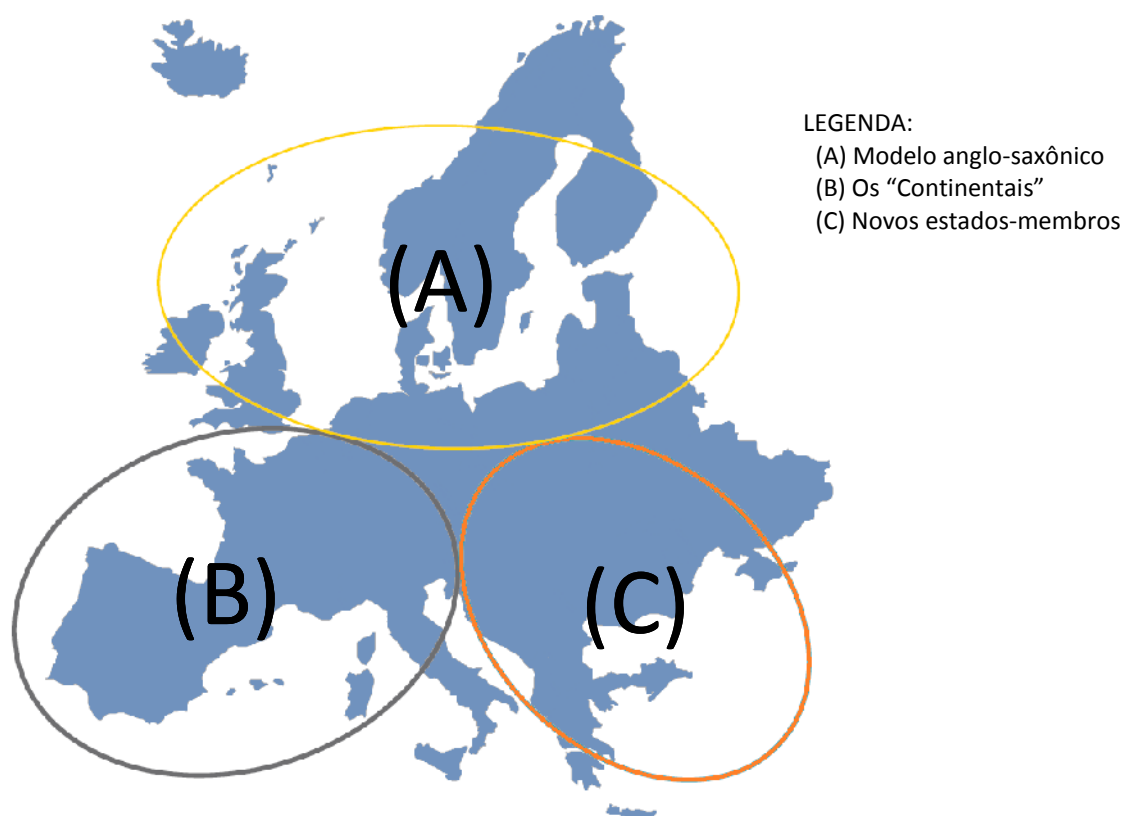
No início na década de 1980, sobretudo no Reino Unido e Austrália, defendeu-se uma óptica de gestão pública, oriundas pelas limitações orçamentais das despesas, e baseada num enfoque de análise mais descentralizado, onde as administrações, ministérios e actores locais são “convidados” a participar no processo (TROSIA 2003). As expectativas da avaliação passaram a ser centralizadas na eficiência da gestão de recursos, com base na análise custo-eficácia. No entanto, esta nova metodologia também apresentava a suas limitações por estudar apenas os efeitos económicos que eram mensuráveis e possíveis de converter em unidades monetárias, marginalizando os impactos sociais e qualitativos e os objectivos que não estavam relacionados com critérios de eficiência (MAIRATE 2007:30). Foi neste contexto que surge nos anos de 1990 uma abordagem alternativa que combina uma metodologia baseada na análise de indicadores quantitativos e qualitativos, que ajudariam a melhor interpretar os efeitos da política.

Hoje em dia existe uma preocupação acentuada por parte do poder público em conhecer os resultados das suas intervenções na economia, em termos de eficácia, eficiência e impacto (MAIRATE 2007). No entanto, a difusão da prática e utilização do processo de avaliação em cada país evoluiu de forma distinta e por vezes de forma totalmente oposta, marcada pelo contexto histórico, institucional e cultural próprio a cada nação. Actualmente na União Europeia, e segundo um estudo publicado pela Ernest & Young em 2008, podem ser identificados três principais grupos de países orientados pela mesma filosofia e princípios de análise:

- I. Modelo anglo-saxónico (Reino Unido e países escandinavos) na qual a avaliação é baseada numa óptica de gestão – *New Public Management* – que centra a sua análise na “medição dos resultados das acções públicas face aos objectivos delineados pelas autoridades políticas” (TROSIA 2003:25), conjuntamente com uma abordagem cujo enfoque assenta na análise custo-eficácia (*Value for Money*).
- II. Os “Continentais”, nomeadamente os países fundadores da União Europeia, como a França e Alemanha, onde a Comissão Europeia desempenhou um papel impulsionador no desenvolvimento inicial e na difusão da avaliação das políticas públicas. Contudo, actualmente, nestes países existe um reconhecimento crescente pela necessidade de avaliação da performance das políticas públicas.
- III. Nos novos estados-membros onde “avaliação é uma prática pouco divulgada estando actualmente em forte progressão devido às obrigações regulamentares comunitárias, que acompanham as políticas de coesão” (ERNEST & YOUNG 2008:7).

Contudo, apesar destas divergências, todos os modelos e processos de avaliação tiveram por base os requisitos estipulados no Regulamento (CEE) n.º 2052/88 do Conselho, o qual estipula que o acompanhamento e avaliação das acções comunitárias deverão ser alvo de um processo contínuo, que permitirá, caso seja necessário, reorientar as acções durante a sua execução, caso um desvio face à meta fixada seja verificado. Por outro lado este documento também especifica que, com vista a apreciar a eficácia, as iniciativas comunitárias deverão ser objecto de uma avaliação *ex-ante* e *ex-post*, de modo a estimar o impacto gerado relativamente aos objectivos fixados.

Figura 4 – Mapa com as principais metodologias de avaliação das políticas públicas na Europa



Fonte: ERNEST & YOUNG (2008:7).

Em Portugal, a avaliação de Políticas Públicas surgiu na última década impulsionada essencialmente pelos requisitos de acesso a financiamentos comunitários, “consolidando-se gradualmente como uma componente de uma nova cultura organizacional por parte das entidades da administração pública e, mesmo, como uma reivindicação de cidadãos mais exigentes mas também menos confiantes nas instituições públicas” (FERRÃO & MOURATO 2010:11).

2.2. Metodologias de análise da informação

A Comissão Europeia tem desenvolvido desde 1988 numerosos trabalhos de investigação e divulgado um conjunto de documentos técnicos, orientadores e metodológicos, com a vista a proporcionarem aos estados-membros diversas indicações para a avaliação e monitorização das políticas de coesão na União. “Desenvolver práticas adequadas de avaliação tornou-se uma das acções prioritárias da Comissão a fim de contribuir para uma boa utilização dos financiamentos comunitários” (CE 1999:6).

A colecção MEANS, publicada em 1999, constitui a primeira obra de referência, que serviu de base aos estudos e trabalhos realizados *a posteriori*, como por exemplo a plataforma electrónica EVALSED - Guia para Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico desenvolvida em 2004 pela

Comissão Europeia e que tem sido alvo de sucessivas actualizações, até mais recentemente em 2009. Num dos capítulos, este manual apresenta e descreve os vários métodos e técnicas que podem utilizados nos processos de avaliação de programas e políticas públicas, após a recolha dos dados: *Análise input-output*, Modelos Económicos, *Análise de Regressão*, Estudos Delphi ou SWOT, entre outros.

Para o presente estudo, cujo principal objectivo é analisar os efeitos do PIC LEADER na região Alentejo (NUTS 1999), entre 1991 e 2006, com base no estudo do comportamento do investimento realizado por projecto no âmbito deste programa, optou-se por utilizar uma metodologia assente nos modelos de regressão. Esta revelou-se ser a mais adequada face à informação disponível, âmbito geográfico de análise (regional) e aos objectivos pretendidos, porque comparativamente com outros métodos evidenciados, como Estudos Delphi e análise SWOT, permite estabelecer uma relação de causalidade entre a variável de interesse e as variáveis explicativas.

Contudo, importa referir que “não existe nenhum método universal que permita determinar com simplicidade” se o programa foi ou não um sucesso, pois cada metodologia tem os seus limites e nenhum responde de forma absoluta a todas as questões colocadas. Caberá aos avaliadores/analistas escolher da metodologia mais apropriada em função das limitações orçamentais e temporais, a informação disponível, a finalidade desejada e o seu destinatário/utilizador (UE 2010:18-19).

Quadro 9 – Avaliação de políticas públicas: principais métodos de análise de informação

Designação	Caracterização
Análise <i>Input-Output</i>	Uma matriz input-ouput evidencia as ligações entre os recursos económicos e o seu consumo, permitindo caracterizar a forma como um sistema produtivo satisfaz a procura final (consumo, investimentos e exportações). No domínio dos fundos estruturais é utilizada para simular e prever os impactos e efeitos líquidos de programas financiados. A sua aplicação é mais frequente a nível nacional do que regional, em virtude dos dados estatísticos necessários para a sua construção serem mais fidedignos a esta escala. No entanto, esta ferramenta possui as suas limitações, nomeadamente por não estimar os efeitos sobre a oferta como por exemplo, “a criação de nova capacidade produtiva, melhoria da formação e da educação da força de trabalho, construção de infra-estruturas, lucros provenientes de aumentos da produtividade, alargamento do progresso tecnológico e aumento da intensidade tecnológica”.
Estudos Delphi	O método Delphi é uma técnica relativamente simples, baseado num “processo estruturado para a recolha e síntese de conhecimentos de um grupo de especialistas por meio de uma série de questionários, acompanhados de um feedback organizado de opiniões. (...) Fundamentalmente, o método serve para esclarecer aspectos sobre a evolução de uma situação, para identificar prioridades ou para apresentar diferentes cenários prospectivos.” Contudo, o principal inconveniente desta metodologia advém dos especialistas terem tido tendência para simplificarem os questionários e análise ter sido feita de forma linear e sequencial.
SWOT	No contexto de avaliação de políticas, a análise SWOT permite a identificação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças de um território, sendo uma ferramenta “particularmente útil no planeamento de um programa e durante a sua avaliação <i>ex-ante</i> , dado que poderá ajudar a melhorar a integração do programa no seu contexto” económico-social. No entanto, uma das críticas a esta metodologia, enquanto instrumento de avaliação, advém da sua possível subjectividade, resultado dos procedimentos adoptados pela equipa de avaliação. Contudo, a análise SWOT mostra-se muito útil para efectuar uma classificação simplificada das actividades proposta nos programas em termos de relevância.

Continua...

Designação	Caracterização
Modelos Econométricos e análise de regressão	<p>O modelo econométrico é uma ferramenta usada para simular e ajudar a averiguar se existe uma relação entre determinadas variáveis. O uso de “modelos econométricos para avaliar políticas envolve sempre a construção de cenários, com e na ausência da respectiva política, no sentido de quantificar o efeito global em termos dos principais outputs do modelo. (...) HERMIN, QUEST e E3ME são exemplos de diferentes tipos de modelos econométricos largamente utilizados, que se destacam pela sua vasta aplicação na simulação monetária, de convergência e impactos das políticas de Coesão e dos Fundos Estruturais na União Europeia.” Uma das restrições à utilização de modelos econométricos é que, devido aos elevados recursos intrínsecos à construção de modelos de raiz, assiste-se normalmente ao uso de modelos já existentes, para fins de avaliação, os quais podem não estar totalmente adaptados aos objectivos pretendidos.</p> <p>No entanto, a análise de regressão¹⁵ também é frequentemente usada para estimar os efeitos de programas, sendo “útil na avaliação <i>ex-post</i> para determinar o impacto líquido dos programas”. Quanto às limitações desta metodologia, para além de exigir recursos elevados e a recolha de informação ser um processo moroso, está sujeito ao «<i>data snooping</i>», fenómeno que se deve ao facto de apenas ter sido estudada a relação entre determinadas variáveis em detrimento de outras, que também poderiam ter sido relevantes na avaliação em causa.</p>

Fonte: Adaptado com base no Guia EVALSED e Manual Técnico II: Métodos e Técnicas de Avaliação presentes no site do Observatório QREN (<http://www.observatorio.pt>), informação consultada em 21 de Julho de 2012.

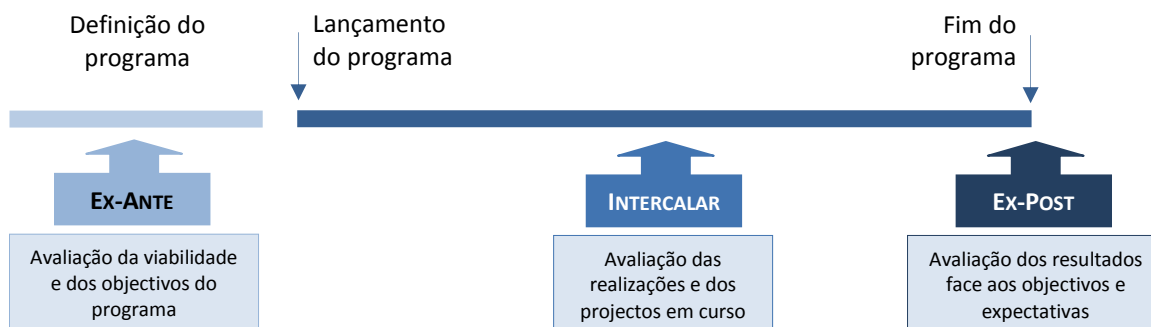
Em Portugal a metodologia está essencialmente baseada no modelo *input-output*, cuja primeira versão foi concluída em 1992, pela Divisão de Modelos e Metodologias do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, o qual tem vindo a introduzir sucessivas melhorias ao modelo inicial. Este “instrumento de avaliação do impacto macroeconómico de políticas públicas e outros choques exógenos da procura” é utilizado para a análise a nível nacional, sectorial e, desde 2000, regional (DIAS & LOPES 2010). No início da década de 2000 foi desenvolvido pelo DPP em colaboração com docentes do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) um modelo macroeconómico dinâmico (HERPOR) que vinha colmatar uma das limitações do modelo *input-output* ao incorporar simultaneamente as ópticas da procura e da oferta, numa perspectiva de longo prazo. “O modelo HERPOR tomou como ponto de partida o modelo HERMIN, o qual foi desenvolvido para diversos países e regiões europeias com o objectivo de avaliar o impacto dos fundos estruturais comunitários. (...) O modelo HERPOR foi econometricamente estimado a partir de estatísticas e outros dados sobre a economia portuguesa, por forma a que a simulação dinâmica do modelo replicasse de forma satisfatória a evolução histórica ocorrida entre 1977 e 1999” (DIAS & LOPES 2004).

2.3. Critérios e dimensão da avaliação

A planificação, implementação e execução das políticas públicas têm de ser alvo de um processo de avaliação contínuo, com vista a mitigar e reorientar eventuais desvios. Nesse sentido, tanto a Comissão Europeia como os governos dos vários estados-membros defendem a necessidade de existir de três principais etapas no processo de avaliação de políticas ou programas, conforme ilustra a Figura 5, os deverão incidir na fase anterior ao lançamento do programa (avaliação *ex-ante*), durante a sua execução (avaliação intercalar) e após o seu termo (avaliação *ex-post*).

¹⁵ Técnica estatística que permite estudar a relação de duas ou mais variáveis, após se ter confirmado que os coeficientes estimados para o modelo são adequados e significativos.

Figura 5 – As principais etapas dos programas e das avaliações



Fonte : ARNAUD S.; BOUDEVILLE N. (2004). *Evaluer des politiques et programmes publics*, Éditions de la Performance, France, p. 43.

Contudo, “para apreciar correctamente uma política, não é suficiente analisar a situação antes e depois da introdução da política, também é necessário procurar descrever qual teria sido a evolução não ausência dessa política” (PARLEMENT EUROPEEN 1993:13), ou seja, auferir sobre o valor acrescentado deste instrumento. Os fundos estruturais têm sem dúvida um impacto relevante e positivo nas regiões mais desfavorecidas da União Europeia, contribuindo de forma significativa para a Formação Bruta de Capital Fixo, sendo uma parte significativa desses recursos canalizada para a construção e modernização de infra-estruturas indispensáveis ao funcionamento de uma economia moderna. No entanto, a situação para a qual o Parlamento Europeu alertou no seu relatório sobre a *Avaliação dos efeitos directos e indirectos dos fundos estruturais* publicado em 1993 assenta sobre a necessidade de se conhecer a qualidade desses investimentos mais do que o contributo dos financiamentos comunitários para a realização e execução dos investimentos.

Os fundos comunitários são susceptíveis de gerar, quando utilizado de forma acertada, um valor acrescentado face a uma situação caracterizada pela ausência da intervenção pública. O conceito de Valor Acrescentado Comunitário (VAC) foi durante muitos anos utilizado para justificar essas despesas, mas sem realmente se quantificar o seu impacto. Para satisfazer à procura crescente sobre questões de legitimidade das políticas regionais e de coesão, a Comissão Europeia veio publicar em 2002 um documento de trabalho que viria clarificar o conceito de VAC, a sua pertinência no processo de avaliação de programas estruturais e introduzir um quadro analítico, composto por indicadores que possibilitaria a sua quantificação. (COMMISSION EUROPÉENNE 2002a) O quadro 10 resume os quatro temas-chaves que se identificam com os objectivos da política de coesão e que agrupam os indicadores quantitativos e qualitativos que possibilitam a medição do valor acrescentado.

Quadro 10 – Critérios e Indicadores para a medição do Valor Acrescentado Comunitário

A. CRITERIOS RELACIONADOS COM OS OBJECTIVOS COMUNITÁRIOS

A.1. Contributo para Coesão Económica e Social

- Crescimento adicional do PIB
- Acréscimo do nível e taxa de emprego
- Acréscimo do nível de investimento
- Ganhos de produtividade
- Integração económica acrescida

Continua...

A.2. Contributo para as Prioridades Comunitárias

- Reforço da dotação infra-estruturas: Eficácia das infra-estruturas (taxas de utilização e qualidade dos serviços), Ganhos de acessibilidade, Eficiência energética/diversificação, Taxa de penetração das novas tecnologias da informação/internet, População ligada aos sistemas de aprovisionamento em água potável e reciclagem de resíduos.
- Empresas competitivas para assegurar a criação do emprego: Produtividade do sector transformador, Potencial acrescido das despesas I&D, Potencial de criação de emprego através de iniciativas de desenvolvimento local
- Desenvolver os recursos humanos: Melhoria da empregabilidade, Redução da taxa de desemprego de longa duração, Redução da exclusão social, Taxa de emprego feminina,
- O ambiente e o desenvolvimento sustentável: Contribuição dos Fundos Estruturais e de Coesão para respeito dos standards em matéria de ambiente, Aplicação do princípio "poluidor pagador"
- Promover a igualdade de oportunidades: Acréscimo de participação das mulheres no mercado do trabalho e Número de mulheres que criam uma empresa

A.3. Contributo para o desenvolvimento equilibrado e sustentado do território europeu

- Redução da concentração das actividades económicas
- Qualidade do crescimento (índice de durabilidade)

B. CRITÉRIOS FINANCEIROS: Medição dos efeitos multiplicadores

B.1. Medição do esforço público global

- Evolução das despesas estruturais de origem nacional (média anual)
- Evolução das despesas afectas às políticas activas do mercado do trabalho (média anual)

B.2. Efeito de alavanca financeira

- Co-financiamentos públicos nacionais mobilizados para os Fundos Estruturais
- Mobilização do sector privado
- Equilíbrio entre empréstimos e subvenções

C. Critérios relacionados com a operacionalidade dos Fundos Estruturais e de Coesão

C.1. Qualidade da programação plurianual

- Grau de integração entre as prioridades nacionais e as dos Fundos Estruturais
- Grau de coerência entre a programação nacional e comunitária

C.2. Parcerias amplas e alargadas, para ter em linha de conta as necessidades

- Dimensão das parcerias
- Grau de representatividade
- Grau de eficiência

C.3. Controlo/Auditoria, para garantir uma boa gestão financeira:

- Percentagem (em valor) dos projectos sujeitos a auditorias financeiras

C.4. Desenvolvimento de sistemas de acompanhamento baseados em objectivos quantitativos:

- Percentagem das medidas cobertas por informações de acompanhamento (financeiro e físico)

C.5. Trabalhos de avaliação nas administrações públicas

- Número de avaliações externas dos programas (cofinanciadas e não co-financiadas)
- Orçamento destinado à avaliação
- Número de estrutura de avaliação (grupos de trabalho, unidades de avaliação, etc)
- Qualidade da avaliação (critério de Means)
- Grau de utilização das avaliações

D. Cooperação Transfronteiriça/Transnacional e a colocação em rede

D.1. O valor acrescentado das actividades de co-operação

- Projectos comuns que implicam administrações e/ou empresas
- Estrutura de gestão comum - adopção de legislação nacional

D.2. Acções inovadoras: detecção do potencial de desenvolvimento

- Efeito de alavanca em termos do volume de investimento mobilizado e o emprego criado nas regiões em virtude das acções inovadoras
- Grau de transferência das acções realizadas (mainstreaming)

D.3. Colocação em rede e troca de experiências

- Número de iniciativas e seminários de troca de experiência sobre os Fundos Estruturais

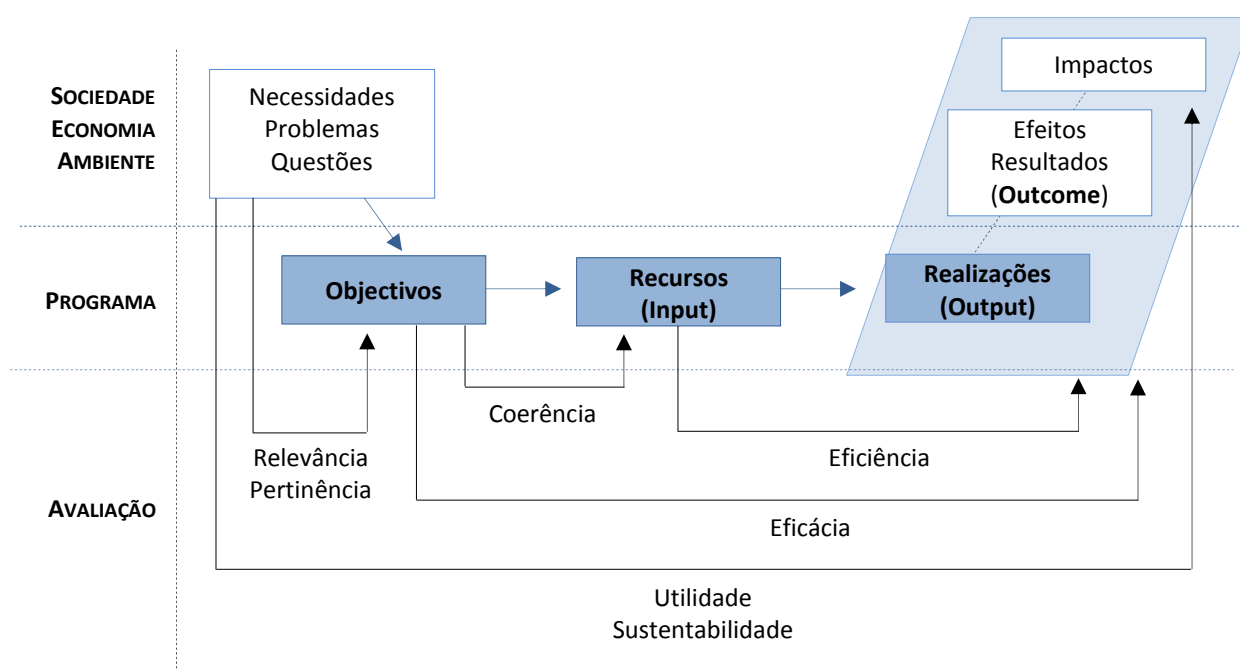
Fonte: COMMISSION EUROPÉENNE 2002a.

A análise das acções públicas é geralmente baseada na apreciação de três elementos: os **objectivos** da política ou programa, definidos com base nas necessidades diagnosticadas, os **recursos** humanos e financeiros canalizados para sua implementação e execução, traduzindo-se

em **realizações** materiais e imateriais, e os **resultados**, ou seja, os efeitos gerados numa economia ou território (VOLLET e HADJAB 2008). Com base nestes três critérios, e estabelecendo-se uma relação de causalidade, será possível apreciar, pelo menos, seis dimensões da avaliação:

- **Relevância/pertinência:** adequabilidade dos objectivos de um programa face às necessidades e problemas socioeconómicos de uma região (European Commission 2008:42)
- **Coerência:** examina se os objectivos de um programa, acções ou políticas não entram em conflito uns com os outros (coerência interna) ou relativamente aos de outros instrumentos (coerência externa) (MILLOT 2010:3).
- **Eficiência:** verifica de se os recursos mobilizados para a concretização dos objectivos produziram os resultados, efeitos e impactos pretendidos. Esta noção tem tendência a comparar os custos com a eficácia de uma política (European Commission 2008:42).
- **Eficácia:** Comparar os resultados alcançados, após a conclusão do programa ou política, com os objectivos fixados, aquando da sua concepção (MILLOT 2010:3). Contudo, uma dissociação dos efeitos conjunturais que interferem num contexto socioeconómico, dos efeitos da política é conveniente, a fim de aferir se a mesma cumpriu a missão que lhe foi atribuída (ARNAUD 2003:38). “A eficácia é mais difícil de avaliar que a eficiência, uma vez que o resultado é influenciado escolha política. (...) A eficácia mostra o sucesso dos recursos utilizados a concretização dos objectivos fixados” (MANDL, DIERX e ILKOVITZ 2008:3).
- **Utilidade:** analisa os efeitos do ponto de vista dos beneficiários directos e indirectos de um programa. Esta dimensão está associada ao conceito de valor acrescentado da política pública (European Commission 2008:42).
- **Sustentabilidade:** avalia a continuidade dos resultados e impactos, após o financiamento público, numa óptica de longo prazo (European Commission 2008:43).

Figura 6 – Dimensões da avaliação de políticas públicas



Fonte: Adaptado com base no EUROPEAN COMMISSION (2008). *Evalsed, the resource for the Evaluation of Socio-Economic Development - Guide*, Directorate-General for Regional Policy, Luxembourg, p. 42 e ARNAUD S.; BOUDEVILLE N. (2004). *Evaluer des politiques et programmes publics*, Éditions de la Performance, France, pag. 37.

Estas seis dimensões estão intimamente relacionadas com as várias etapas da avaliação, que foram indicadas na figura 6. A avaliação *ex-ante* vem analisar a coerência e pertinência dos objectivos e a sua aplicabilidade tem em conta constrangimentos que possam surgir e afectar a eficácia do programa. Para além de simular o impacto potencial do programa ou política deverá também apresentar recomendações com vista a mitigar os riscos e efeitos indesejáveis. A avaliação *ex-post* é a etapa onde o problema conceptual e metodológico são os mais complexos, uma vez que irá, com base na informação disponível, proceder à análise das realizações e impactos (OCDE 2009). Para a determinação dos resultados gerados pelo programa ou política são utilizados indicadores de impacto, como por exemplo os indicados no quadro 10, os quais constituem a base para esta etapa da avaliação. A avaliação *ex-post*, que surge após o termo do programa, permitirá não só emitir um juízo de valor sobre o sucesso das acções implementadas, assim como, aferir sobre qualidade e adequabilidade das avaliações anteriores, como a avaliação *ex-ante* e intercalar (PINDER 2005).

A análise desenvolvida no capítulo 4, resultado de uma investigação empírica sobre o PIC LEADER na região Alentejo, entre 1991 e 2006, surge num contexto temporal onde as três fases do programa já se encontram concluídas. Conhecendo-se os objectivos operacionais e globais das iniciativas LEADER, enumeradas no quadro 5, e os recursos financeiros canalizados para a implementação do programa, sob a forma de subsídio, pretendeu-se estudar a relação de causalidade entre as variáveis anteriores e o output, traduzido nos investimentos realizados ao abrigo destas iniciativas. A articulação da descrição sumária da situação económico-social da região Alentejo, realizada no capítulo 3, numa situação pré-LEADER I e pós-LEADER +, com os resultados do estudo realizado no capítulo 4, culminou com contributos para a análise e avaliação do PIC LEADER no Alentejo e a enumeração de algumas recomendações para melhorar o processo de avaliação de políticas públicas.

2.4. Os factores críticos de sucesso de uma avaliação – *Benchmarking* Internacional

A análise comparativa, realizada por TROSA em 2003, entre o modelo anglo-saxónico¹⁶ e uma investigação de *benchmarking* internacional efectuada junto de autoridades governamentais e peritos universitários em cinco países (Canada, USA, Alemanha, Reino Unido e Dinamarca), cujo resumo dos resultados se encontram no quadro 11, permitiu identificar cinco factores chave de sucesso na avaliação de uma política ou programa público:

1. Divulgar a avaliação como uma prática administrativa, deixando de ser vista como uma obrigação e passando a ser considerada como parte integrante das acções públicas, o que implica o desenvolvimento de uma cultura da avaliação junto da administração pública.
2. Definir uma verdadeira planificação estratégica para a avaliação, devendo previamente serem definidos os objectivos, etapas, periodicidade e as responsabilidades de cada interveniente no processo.
3. Organizar uma abordagem de análise conjunta, ou seja, articular a avaliação realizada por uma equipa interna com uma externa, com vista a conjugar o carácter científico e estratégico deste processo.
4. Sensibilizar as autoridades públicas para a necessidade de avaliação e da sua implicação neste processo. Existe a necessidade de articular um trabalho de equipa entre vários níveis hierárquicos e funcionalidades da administração pública, rompendo com a delimitação corporativa própria a cada funcionário.

¹⁶ Indicado no subcapítulo 2.1.

5. Instaurar um dispositivo de avaliação especializado, centrando a responsabilidade de definição dos critérios da avaliação e do controlo de qualidade num organismo.

Quadro 11 – *Benchmarking* internacional das principais características do processo de avaliação

	Canada	Alemanha	Reino Unido	USA	Dinamarca
Autor	Ministério das Finanças e Tribunal de Contas	Ministérios e Parlamento sob a tutela do Ministério das Finanças e Tribunal de Contas	Ministério das Finanças e Tribunal de Contas	Ministério das Finanças e Parlamento	Ministério das Finanças, Tribunal de Contas, Instituto de Investigação Social e o Ministério <i>Welfare</i>
Objectivo principal	Estudos sobre a pertinência dos programas	Melhoria contínua das PP mas sem um enfoque preciso sobre a pertinência	Melhoria contínua das PP e responsabilização dos funcionários	Avaliar a pertinência dos programas	Inexistência de objectivos comuns entre os diferentes actores da avaliação
Incentivo à avaliação	Sim, o poder político promove a avaliação	Limitado aos casos previstos na legislação ou impostos pela UE	Sim, sendo considerado como a principal alavanca da política de modernização dos serviços públicos	Sim, com início nos anos de 1960	Não existe nenhuma formalização da avaliação das PP, apesar de uma tradição em avaliar a pertinência
Grau de independência	Total, a avaliação é realizada por entidades e organismos externos e internos	Realizada pelos funcionários dos ministérios e por vezes com apoio à subcontratação. Poucos são divulgados ao público	Elevada na fase de elaboração e mais limitado na etapa da divulgação de resultados	Elevada, combinando avaliações internos e estudos externos, realizadas por entidades independentes	Irrelevante por o objectivo da avaliação se basear na melhoria da eficácia da PP sem se prever a sua revisão
Existência de uma cultura da avaliação	Sim, com início nos anos de 1970	Praticamente inexistente	Sim, mas associada mais à eficiência do que aos resultados das PP	Sim. Cultura baseada na <i>contestability</i> . A avaliação é uma ferramenta de elevada importância no debate público.	Cultura baseada no debate social, antes e depois da aplicação da PP
Controlo de Qualidade	Sim, assegurado pelo Tribunal de Contas e <i>Treasury Board</i>	Não existe	Oficialmente não, apesar de ser informalmente realizado pelo <i>Cabinet Office</i> e <i>Treasury</i> , mas sem a sua divulgação pública	Não, excepto os casos em que a <i>General Accounting Office</i> pode examinar	Não existe

Fonte: Adaptado com base em TROSA, Sylvie (2003). *L'évaluation des Politiques Publiques – Les Notes de Benchmarking International*, Institut de l'entreprise, France.

Este exercício vem realçar que a avaliação deve ser considerada como uma ferramenta de aprendizagem e de apoio à gestão e decisão pública, e não apenas como uma obrigação legislativa nacional e comunitária (ARNAUD 2004). Em muitos países, a avaliação das políticas públicas é vista como um instrumento de controlo do desempenho dos funcionários e dos órgãos de gestão ou dos ministérios. O receio da crítica sobre o trabalho executado constitui um obstáculo e entrave

ao desenvolvimento de uma cultura de avaliação (TROSA 2003). Uma avaliação não é uma auditoria nem uma inspecção (instrumentos de controlo contabilístico ou organizacional), vai mais longe ao emitir recomendações e soluções perante eventuais desvios (ARNAUD 2004).

No que respeita a metodologia de análise da informação mais apropriada, como foi referido no subcapítulo 2.2., não existe nenhum modelo universal que garanta automaticamente a melhor qualidade e sucesso da avaliação. A escolha do método mais adequado deverá ser feita em funções da natureza dos dados (qualitativos ou quantitativos) e das dimensões/questões que serão abordadas no estudo (SANDERS 1994).

2.5. Avaliação do Programa de Iniciativa Comunitário LEADER: metodologias de análise utilizadas

A análise de vários relatórios de avaliação realizados, a nível comunitário e de alguns estados-membros¹⁷, ao longo das três iniciativas LEADER, permite evidenciar que as técnicas e metodologia de análise utilizadas foram evoluindo ao longo das várias etapas do programa, ganhando uma nova dimensão e complexidade¹⁸, à medida que os primeiros relatórios foram surgindo. A função de aprendizagem das avaliações aparece nitidamente reflectida na conclusão anterior, uma vez que os obstáculos enumerados na recolha de informação¹⁹, e que dificultavam a concretização dos objectivos fixados neste processo, desaparecem nas avaliações seguintes ou assumem uma forma menos expressiva.

Em 1991, tanto no Parecer (91/C 31/14), que veio criar o programa de iniciativa comunitário LEADER, como na Comunicação CE (91/C 73/14), que deu origem à sua primeira fase, nenhuma recomendação específica sobre o seu processo de avaliação foi indicada. Enquanto acção comunitária seria pelo menos objecto, segundo o art.º 6.º do Regulamento (CEE) n.º 2052/88, de um acompanhamento contínuo, o qual “permitirá, caso necessário, reorientar a acção a partir das necessidades surgidas durante a execução”, e de uma avaliação *ex-ante* e *ex-post*, destinadas a apreciar a eficácia e impacto das intervenções.

A comunicação CE (94/C 180/12), que delineou as orientações para o LEADER II, veio estabelecer as primeiras orientações para o processo de avaliação do programa, aplicados à 2ª fase. A avaliação contínua permanece um dos pilares do processo, garantida por relatório periódicos, avaliação intercalar e *ex-post*. Por outro lado, o documento especificava que deveria ser solicitado a cada beneficiário do programa (grupos de acção local) “informações que permitam elaborar um diagnóstico de partida, especificar as mutações esperadas e caracterizar as dimensões de inovação e demonstração da acção realizada.”

¹⁷ Enumerados na bibliografia e apresentados de forma sumária ao longo das próximas páginas.

¹⁸ A avaliação *ex-post* do LEADER I estava concentrada num único volume enquanto que a do LEADER II é repartida em quatro volumes. Para além do relatório principal de âmbito comunitário, era dedicado um volume a avaliações individualizadas a 12 áreas geográficas: Áustria, Flandres (Bélgica) e Holanda, Alemanha, Dinamarca, Suécia Objectivo 5b, Suécia (Objectivo 6), Espanha, Finlândia, França, Bélgica (Valónia), Luxemburgo, Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Reino Unido.

¹⁹ Como por exemplo, as indicadas na avaliação *ex-post* do LEADER I: informações solicitadas incompletas e, nalguns casos, totalmente inexistente, o que dificultou a elaboração da relatório devido ao reduzido volume de informação quantitativa e qualitativa; impossibilidade de serem calculados indicadores financeiros, uma análise eficiência-custo e de balanços consolidados, por não ter sido possível a obtenção de dados coerentes nesta área; nenhuma avaliação *ex-ante* e intercalar tinha sido realizada, assim como, a recolha sistemática de dados ou indicadores não foi executada/exigida, excepto nos casos em que estas iniciativas fossem voluntariamente realizadas pelos GAL (EUROPEAN COMMISSION 1999).

No seguimento das publicações anteriores, a Comunicação CE (95/C 263/12) veio definir os objectivos e conteúdos específicos da avaliação *ex-post* aplicada ao LEADER, os quais se encontram resumidos no quadro 12, indicando que o carácter inovador da iniciativa deveria ser salientado na análise. Para a apreciação desta dimensão, o processo deveria incidir sobre o valor acrescentado da abordagem “*bottom-up*” (capacidade em valorizar os recursos endógenos e grau de participação da comunidade local na concepção e gestão das medidas), a dimensão assumida pela inovação nas acções implementadas e o efeito multiplicador das medidas propostas.

Quadro 12 – Objectivos específicos da avaliação *ex-post* do PIC LEADER

- Analisar a pertinência e conformidade das acções aplicadas pelos GAL com vista à prossecução dos objectivos gerais do programa
- Avaliar os efeitos desejados, nomeadamente sobre o emprego
- Avaliar o impacto real das acções a nível local
- Avaliar a utilização apropriada dos fundos atribuídos a esta iniciativa
- Analisar o funcionamento e a eficácia da rede
- Avaliar, em termos qualitativos e quantitativos, a mais-valia produzida graças à acção comunitária

Fonte: Comunicação CE (95/C 263/12) p. 25.

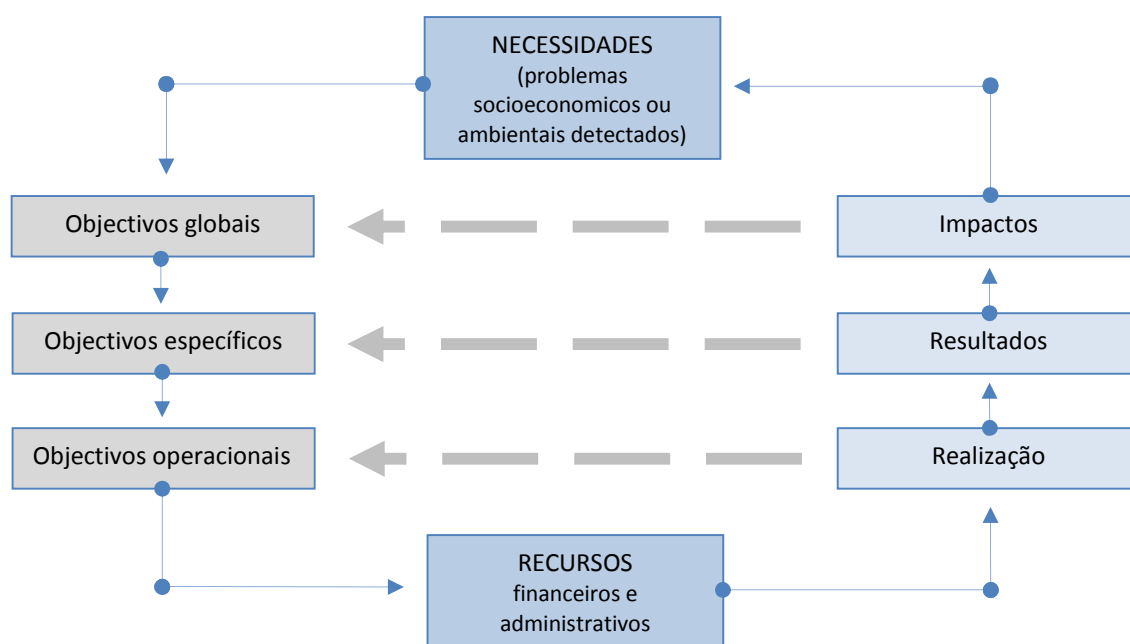
Em suma, o Programa de Iniciativa Comunitária LEADER deveria basear-se em dois métodos de avaliação complementares. Enquanto parte instrumento dos Fundos Estruturais, “devem ser seguidos procedimentos idênticos aos de outros programas europeus, baseados em indicadores físicos e financeiros de avaliação do progresso, dos resultados e do impacto. (...) Por o outro lado, para apreciar a sua abordagem diferente do desenvolvimento rural, devem também ser avaliados os seus aspectos específicos”, ou seja, as características que distinguem a abordagem LEADER da metodologia tradicional (LEADER EUROPEAN OBSERVATORY 1999:11). Esta diferenciação origina custos e riscos adicionais mas em contrapartida o programa, pelas suas especificidades metodológicas, também tem potencial para gerar valor acrescentado (TCE 2010), comparativamente com uma metodologia *top-down* tradicional.

Em 1999 o Observatório Comunitário LEADER veio publicar um guia com recomendações para avaliação de cada um dos aspectos metodológicos específicos do LEADER²⁰. No seguimento deste documento, Comissão Europeia, publicou em Janeiro de 2002, as orientações para a avaliação dos programas LEADER +, a qual vinha reforçar que a avaliação a nível de programa “deve abordar as questões de avaliação comuns propostas pela Comissão, que se relacionam com o impacto global do LEADER+, e depois as questões específicas definidas pela autoridade de gestão com vista a avaliar o impacto do LEADER+ do ponto de vista dos objectivos específicos de cada um dos programas” (COMISSÃO EUROPEIA 2002:9).

Em suma, estes documentos enfatizavam que cada especificidade deveria ser analisada confrontando a situação inicial, com o processo posto em prática para sua concretização e os resultados e impactos ocorridos. Contudo, atendendo também à necessidade do processo de avaliação ter responder às questões de eficiência e eficácia, a sua estruturação deverá também centrar-se na análise dos impactos e resultados dos programas, conforme ilustra a figura 7.

²⁰ Abordagem territorial, Abordagem ascendente, Parcerias público-privadas, Inovação, Acções integradas e multissetoriais, Colocação em rede e Cooperação. Sendo que estes dois últimos itens se encontravam agrupados no documento mencionado e a descentralização da gestão e financiamento, característica evidenciada nas parcerias público-privadas do quadro 4 e considerada uma especificidade autónoma.

Figura 7 - Relações entre os objectivos e os impactos no ciclo de programação



Fonte: COMISSÃO EUROPEIA (2002:37).

Quanto à metodologia de avaliação a Comunicação CE (95/C 263/12) não era muito específica, mencionando apenas que caberia aos avaliadores a aplicação da metodologia mais apropriada, com vista a se alcançarem os objectivos pretendidos com esse processo. Por outro lado, o documento da Comissão referente as «Orientações para a avaliação dos programas LEADER +» também indicava que apesar das “recomendações relativas à metodologia, os avaliadores e a autoridade de gestão [eram] livres de optar por uma metodologia diferente, caso considerem que [existir] outras abordagens mais adequadas” (COMISSÃO EUROPEIA 2002:26). Contudo, assenta no princípio que avaliação deverá ter por base dados quantitativos e qualitativos e que “os dados disponíveis sobre os resultados (avaliação dos efeitos) deverão ser cruzados com os dados sobre a aplicação dessas especificidades a todos os níveis (avaliação do processo)” (COMISSÃO EUROPEIA 2002:44). Assim sendo, as avaliações *ex-post*, realizadas ao nível comunitário, sob a tutela da Comissão Europeia, apresentaram ao longo das três iniciativas critérios variados, desde a análise estatística à *cross tabulation*. O quadro 13 reúne as principais características das três avaliações *ex-post* realizadas.

Quadro 13 – Principais características da avaliação *ex-post* do PIC LEADER

	LEADER I	LEADER II	LEADER +
Data de publicação	1999	2003	2010
Principais temas e objectivos da avaliação	<ul style="list-style-type: none"> · Acção · Parceria · Financiamento · Networking 	<ul style="list-style-type: none"> · Diversificação de actividades na exploração agrícola e zonas rurais · Emprego · Meio ambiente · Rendimentos e receitas · Igualdade de oportunidades 	<ul style="list-style-type: none"> · Relevância e valor acrescentado comunitário · As acções da LEADER + (Estratégias de desenvolvimento integrado territorial rural, a cooperação entre territórios rurais e a colocação em rede) · A implementação do método LEADER · Impactos no capital económico e social · Governança e cidadania rural · Sistemas de gestão, controlo e financiamento · Acompanhamento e avaliação · Actividades rurais e <i>clusters</i> de excelência

Continua...

	LEADER I	LEADER II	LEADER +
Ferramentas de recolha de informações e dados	Informação geral recolhida junto do universo total dos 207 GAL; Inquéritos quantitativos e qualitativos realizados a uma amostra de 50 GAL; Questionários efectuados a funcionários da Comissão Europeia e <i>peritos</i> nacionais/regionais, responsáveis pelo processo de implementação do programa.	Relatórios de avaliação nacionais e regionais; Documentos oriundos do Observatório Europeu LEADER II; Grelhas de avaliação aos 102 Programas Operacionais e 998 GAL, 23 Estudos de casos; Questionários a 20% dos parceiros locais e entrevistas a funcionários e peritos da UE.	· Relatórios de avaliação nacionais e regionais; Questionários realizados a 10% dos GAL e autoridades de gestão; · 19 Entrevistas às unidades nacionais de rede; · 10 Estudos de casos.
Metodologia aplicada à análise da informação	· Uso de indicadores (físicos ²¹ , financeiros e de impacto ²²). · Construção de uma matriz com 12 células, com vista a cruzar informação de 3 níveis de avaliação (europeu, nacional/regional e local) e os 4 temas de avaliação.	· Análise estatística (estudo das correlações entre o contexto, implementação e indicadores de impacto e as relações causa-efeito). · Análise multicritério.	· <i>Cross Tabulation</i> (com vista a estudar a relação existente entre variáveis). · Triangulação destinada a confirmar os resultados
Existência de avaliação ex-ante e intercalares	Nenhuma avaliação <i>ex-ante</i> e intercalar tinha sido realizada, assim como, a recolha sistemática de dados ou indicadores não foi executada/exigida, excepto nos casos em que estas iniciativas fossem voluntariamente realizadas pelos GAL.	“Não foram praticamente realizadas quaisquer avaliações <i>ex-ante</i> e nem em todas as regiões foram feitas as avaliações intercalares” (ÖIR 2003:51). Em Portugal, não foi realizada qualquer avaliação <i>ex-ante</i> , no entanto, posteriormente este estado-membro efectuou uma avaliação intercalar e <i>ex-post</i> .	Tornou-se uma prática generalizada.

Fonte: Adaptado com base EUROPEAN COMMISSION (1999). *Ex-Post Evaluation of the LEADER I Community Initiative 1989-1993 – General Report*, co-ordinated by CEMAC and its partners, Brussels; ÖIR – Managementdienste GmbH (2003). *Ex-post Evaluation of the Community Initiative LEADER II, Final Report - Volume 1: Main Report*, trabalho encomendado pela European Commission, DG Agriculture, Unit A.4, Austria; METIS GMBH (2010). *Ex-post evaluation of LEADER +*, trabalho subcontratado a AEIDL & CEU, Austria.

Em complemento das avaliações realizadas, o Tribunal de Contas Europeus (2010) publicou um relatório no qual avaliou o desempenho dos GAL no processo de implementação do LEADER +, com base numa amostra aleatória de 202 GAL em 23 estados-membros. A recolha de informação teve por base questionários, exames de documentação de 27 GAL, estudos de casos e auditorias a projectos financiados e às autoridades de gestão. O tratamento dos dados teve como principais objectivos estudar a aplicação das características LEADER e a boa gestão financeira pelos GAL, assim como, analisar o processo de gestão, acompanhamento e avaliação dos programas pela Comissão e Estados-Membros. O documento veio revelar algumas limitações na aplicação da abordagem LEADER, que restringiram o potencial do valor acrescentado do programa, que se encontram agrupadas no quadro 14, apesar de ter encontrado também alguns exemplos de boas práticas. Por outro lado, esta investigação também vem introduzir algumas recomendações com vista a melhorar a performance dos GAL na implementação do programa, como por exemplo, reduzir o risco do peso morto²³, garantir uma selecção dos projectos objectiva, assegurar o correcto funcionamento do princípio de parceria e a adopção de procedimentos sólidos que evitam qualquer conflito de interesse.

²¹ Taxa de execução financeira prevista *versus* realizada.

²² Indicador de emprego (estimativa dos postos de trabalho criados) e Indicador de Empresa (influência do programa para o apoio à criação de novas empresas, diversificar actividades, introduzir novos processos produtivos e/ou produtos ou explorar novos mercados).

²³ “Situação em que um projecto subsidiado teria sido total ou parcialmente realizado sem concessão de ajudar” (TCE 2010:5).

Quadro 14 – Exemplos de práticas que limitaram o potencial do valor acrescentado das características LEADER

“Os GAL concederam a maioria das subvenções às próprias organizações que os compõe”

“Poucos GAL conseguiram demonstrar inovação ou interação entre diferentes sectores, nas suas estratégias ou projectos”, sendo que esta irregularidade já tinha sido referida por MORENO (2003:11), numa avaliação ao LEADER II em Portugal, afirmando que numerosas intervenções apresentaram um duvidoso carácter inovador e alguns investimentos, como a recuperação de património histórico, deveriam ser investimentos dos municípios com recursos financeiros externos ao LEADER.

“Insuficiência em termos de boa gestão financeira dos GAL (...), [os quais] concederam as subvenções a projectos sem ter em conta a sua eficiência”

“Os procedimentos nem sempre foram transparentes e não demonstraram cabalmente que (...) tomaram as decisões de forma objectiva, isento de conflitos de interesse”

Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU (2010). *Relatório Especial n.º 5/2010 - Aplicação da abordagem Leader ao desenvolvimento rural*, Luxemburgo, p. 6 -7.

Em Portugal, a primeira avaliação do Programa LEADER iniciou-se no LEADER II, com a avaliação intercalar da iniciativa, não tendo sido realizada qualquer avaliação *ex-ante* ao LEADER I e LEADER II. Esta etapa do processo de avaliação apareceu com o LEADER + e realizada por um avaliador externo. O relatório teve como principal enfoque a apreciação da pertinência e coerência do programa face aos pontos fortes e fracos das zonas de intervenção. A análise foi essencialmente qualitativa, no entanto, o autor recomenda que, face aos avanços tecnológicos verificados, seja construído “um algoritmo de avaliação dos impactos do Programa, que contemple a criação de empregos e sua sustentabilidade nos sectores sociais e ambientais, bem como o crescimento do volume de negócios de projectos aprovados em sectores economicamente competitivos, poderão ser os indicadores mais importantes” (NEVES 2000:63). Contudo, em nenhum dos documentos consultados para a elaboração do presente estudo foi possível verificar que esta sugestão tivesse sido colocada em prática.

O relatório de avaliação intercalar do PIC LEADER + em Portugal de cariz eminentemente qualitativo (CIDEK 2004), foi estruturado de acordo com as orientações indicadas Comissão Europeia. Para além de apreciar eficácia (por via da taxa de execução financeira), a pertinência e coerência, analisou a aplicabilidade da metodologia LEADER na 3ª fase da Iniciativa Comunitária. O relatório de execução final do PIC LEADER +, realizado pela MADRP, veio resumir as acções posta em prática a nível nacional, realçando os objectivos específicos alcançados (investimento realizado e emprego criado) e analisando indicadores de resultado (investimento realizado por domínios e tipo de promotor) e de impacto (perfil do emprego criado), assim como, a execução financeira.

Para além do tipo de avaliações e análises situadas, ao nível da região Alentejo, os próprios GAL, por livre iniciativa, decidiram realizar alguns estudos complementares, dos quais resultaram as publicações «15 anos de Programa LEADER no Alentejo, Avaliação e Impactos» e «Avaliação dos resultados do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER +, no Alentejo Central». Esta preocupação por aprofundar o âmbito de análise dos impactos do programa veio mostrar que estas entidades interpretam “a avaliação como um elemento de apoio à sua actividade e não apenas como um formalismo imposto normativamente” (MONTE 2007:7).

A avaliação *ex-ante* da 4ª fase do PIC LEADER em Portugal está integrada na avaliação do PRODER. Para além de apreciar a coerência, o documento também estima os impactos esperados “com base no cruzamento entre os objectivos estratégicos e os objectivos específicos e operacionais, ao nível do Programa, e os objectivos e indicadores definidos (...) para cada uma das Medidas” (IST 2007: 75). No entanto, a quantificação das metas específicas para LEADER em Portugal Continental apenas estão enumeradas no Programa de Desenvolvimento Rural.

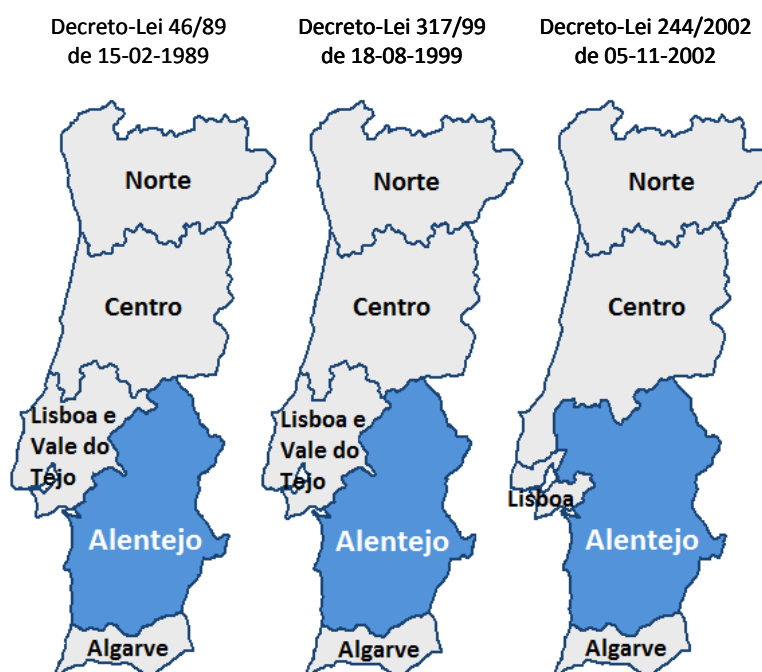
3. Caracterização da região Alentejo

3.1. Evolução da delimitação geográfica da região Alentejo

A delimitação regional do Alentejo, à luz da nomenclatura comum das unidades territoriais estatísticas (NUTS) de nível II, sofreu, desde o seu surgimento em 1986²⁴, duas alterações significativas:

- **Decreto-lei n.º 317/99 de 11 de Agosto:** veio introduzir no conceito da região Alentejo, o concelho do Gavião, que antes desta data se encontrava integrado na região de Lisboa e Vale do Tejo;
- **Decreto-lei n.º 244/2002 de 5 de Novembro:** com este diploma o Alentejo ganha mais municípios, anteriormente pertencentes ao NUTS II Lisboa e Vale do Tejo, e que no seu conjunto passaram a designar-se de Lezíria do Tejo (NUTS III).

Figura 8 – Mapa com evolução delimitação Regional NUT II, em Portugal Continental



Fonte: DGDR (2005). *Portugal e a União Europeia – Indicadores Socio-Económicos*, Cadernos DGDR n.º2, Núcleo de Políticas Regionais, Lisboa p. 17.

No presente estudo dos efeitos e avaliação do programa LEADER, na região Alentejo, entre 1991-2006, atendendo aos concelhos analisados e abrangidos pelo programa, considera-se a definição da região Alentejo NUTS II (1999):

- **Alentejo Litoral** (5 municípios): Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.

²⁴ Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86, de 5 de Maio.

- **Alto Alentejo** (15 municípios): Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Mora, Nisa, Ponte de Sor e Portalegre.
- **Alentejo Central** (14 municípios): Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vila Viçosa e Sousel.
- **Baixo Alentejo** (13 municípios): Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa e Vidigueira.

Alias apesar da Lezíria do Tejo integrar “a NUT II do Alentejo para efeitos estatísticos”, esta sub-região “apresenta um perfil socioeconómico distinto das outras NUT III que integram a NUT Alentejo” (CCDRA 2011:9).

3.2. Evolução e caracterização económico-social da região Alentejo

As políticas de desenvolvimento aplicadas em Portugal antes de 1986 basearam-se numa filosofia onde o sector industrial era privilegiado em relação ao agrícola e o litoral em detrimento do interior. Estas medidas contribuíram sem dúvida para o acentuar dos desequilíbrios regionais (CCRA 1986). O Alentejo, caracterizado por uma estrutura produtiva baseada na agricultura, viu a sua estrutura económico-social ser significativamente afectada por estas medidas, marcado essencialmente pelo êxodo rural, também observado em todo o país. O envelhecimento populacional, decréscimo da população residente e abandono das terras agrícolas foram alguns dos fenómenos registados (BARROCAS 2008).

Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, o país passou a poder beneficiar de instrumentos financeiros criados com vista a “corrigir os principais desequilíbrios regionais na Comunidade através de uma participação no desenvolvimento e no ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas” [Regulamento (CEE) n.º 2052/88 do Conselho]. No entanto, apesar dos diversos Programas Operacionais, Regionais e de Desenvolvimento implementados no Alentejo, ao longo de três Quadros Comunitários de Apoio, que decorreram entre 1989 e 2006, “a situação demográfica, económica e social do Alentejo permanecem [praticamente] inalteradas” (Universidade de Évora 2007:2).



Factores como a debilidade económica, fraca densidade empresarial, envelhecimento populacional, despovoamento rural, elevados níveis de desemprego, grau de associativismo e cooperação empresarial deficitário, habilitações académicas inferiores à média nacional e carência de conhecimentos na “cadeia de valor” ainda são actualmente identificados como fragilidades da região Alentejo no PORA 2007-2013. Elementos que também se encontravam diagnosticados como a causa do estrangulamento do território antes da implementação do QCA I.

Em síntese, “o Alentejo não [melhorou] a sua posição no que respeita a indicadores de competitividade territorial e (...) não [tem] vindo a verificar sinais [significativos] de convergência para a média nacional e da União Europeia” (Universidade de Évora 2007:2). De facto, a maioria dos fundos estruturais acabaram por ser dirigidos para uma tipologia de investimento baseada essencialmente em infra-estruturas, esquecendo centrar as intervenções para a resolução da baixa produtividade do capital humano²⁵, factor relacionado com a reduzida qualificação da mão-de-obra (AMARAL 2010). Contudo, destacam-se alguns investimentos realizados na região, como o Complexo de Sines, o Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, o aumento e melhoria dos

²⁵ Sendo que, segundo AMARAL (2010), a produtividade poderia ser calculada com base no PIB por trabalhador-hora.

equipamentos sociais, que constituem factores de atractividade do território, assinalados como ponto fortes e oportunidades no PORA 2007-2013.

Quadro 15 - Diagnóstico e caracterização da região Alentejo: situação pré-QCA I e pré-QREN

	PONTOS FRACOS, AMEAÇAS E ESTRANGULAMENTOS	PONTOS FORTES, OPORTUNIDADES E POTENCIALIDADES
I QCA (1989-1993)	<ul style="list-style-type: none"> · Envelhecimento da população · Inadequação dos sistemas de ensino e formação profissional · Deficiente cobertura em infra-estrutura e equipamentos de apoio à actividade produtiva · Ausência de apoio técnico nos diversos sectores de actividade · Deficientes circuitos de comercialização e inexistência de organização associativa · Utilização inadequada dos solos e inexistência de um plano de rega · Carências na rede viária e ferroviária · Reduzida capacidade de alojamento · Dependência energética da região e deficiente nível de electrificação nas zonas rurais 	<ul style="list-style-type: none"> · Condições edafo-climáticas propícias à diversificação cultural e ao uso de energias alternativas (solar e eólica) · Existência de importantes recursos no sub-solo (rochas ornamentais e pirites) · Elevadas potencialidades turísticas (recursos naturais, paisagísticos e arqueológicos, estâncias termais, artesanato e gastronomia) · Existência de matérias-primas agrícolas favoráveis ao desenvolvimento da agro-indústria · Localização geográfica (interior – zona fronteiriça com Espanha – e litoral – faixa costeira)
		
QREN (2007-2013)	<ul style="list-style-type: none"> · Despovoamento e abandono rural · Reduzida densidade populacional e empresarial · Fraca iniciativa empresarial e grau associativo · Envelhecimento populacional · Elevada taxa de desemprego · Carência “<i>de maior conhecimento nas áreas da organização, gestão, inovação, marketing/vendas, tecnologias de informação e comunicação, design, investigação e desenvolvimento</i>” (PORA 2008:2) · Habilitações académicas inferiores aos índices médios do país · Deficiente usufruto e promoção do património natural e cultural 	<ul style="list-style-type: none"> · Posicionamento estratégico · Porto de Sines · Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva (EFMA) · Aeroporto de Beja · Equipamentos sociais · Património natural e a identidade cultural · Fileira agro-alimentar e o sector do turismo

Fonte: adaptado de CCRA (1986). *Programa de Desenvolvimento Regional* (documento de trabalho), Ministério do Plano e da Administração do Território, Évora; PORA - *Programa Operacional Regional do Alentejo 2007 > 2013* (2008). Observatório QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, Lisboa.

Por último, importa referir que, apesar da situação descrita anteriormente, uma análise do Produto Interno Bruto *per capita*²⁶ regional, entre o período de 1995 e 2010, permite evidenciar

²⁶ Indicador que “corresponde à riqueza média de [um território, sendo] a medida convencionalmente aceite para medir os níveis relativos de desenvolvimento económico” (AMARAL 2010:102).

um aumento disparidade da região Alentejo NUTS II (1999) face à média nacional, no entanto, uma avaliação ao nível NUTS III permite retirar conclusões distintas:

- O Alto Alentejo e o Alentejo Central são as duas áreas que mais se afastam da média nacional, aproximando-se dos 83% em 2010.
- O Alentejo Litoral, apesar de ter registado um acréscimo do seu nível de divergência, no período temporal em análise, sempre ostentou valores superiores à média nacional.
- O Baixo Alentejo foi o único território que apresentou uma redução da diferença entre o valor regional e nacional. Apesar do decréscimo significativo verificado até 2001, assinalou a partir dessa data oscilações que conduziram, no entanto, em 2010 a um aumento de dois pontos percentuais face aos valores de 1995.

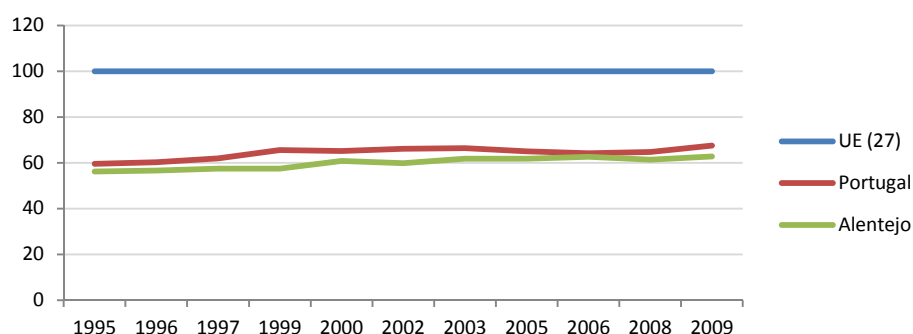
Quadro 16 – Disparidade PIB *per capita* no Alentejo NUTS II (1999) e NUTS III face à média nacional (Portugal), 1995 – 2010

	Portugal	Alentejo	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo
1995	100	94.28	124.77	84.77	83.81	94.66
1997	100	92.89	131.64	81.39	85.80	84.77
1999	100	87.57	116.60	81.82	83.04	77.55
2001	100	92.17	119.70	80.14	96.79	77.14
2003	100	92.95	127.65	85.46	89.51	78.55
2005	100	95.07	137.78	84.03	87.07	83.89
2007	100	96.38	142.39	80.40	83.22	94.03
2009	100	92.95	122.70	81.96	82.80	94.18
2010P	100	93.68	120.32	83.18	83.68	96.57

Fonte: Cálculos efectuados com base na informação presente no Anexo 1.

Para concluir, se compararmos a evolução do PIB *per capita* de Portugal e da região Alentejo (NUTS II - 1999) com a média comunitário dos 27 estados-membros, entre 1995 e 2009, podemos constatar que se verificou uma redução da sua disparidade em cerca de sete pontos percentuais, situação que se deve provavelmente à entrada de novos membros em situação mais desfavorecida que Portugal, o que provocou em termos médios em desaceleração da taxa de crescimento média do PIB per capita comunitário.

Figura 9 - Disparidade PIB *per capita* Alentejo NUTS II (1999) e Portugal face à média da UE (27), 1995 – 20109



Fonte: INE e EUROSTAT – Anexo 1.

4. Descrição do modelo econométrico

4.1. A elaboração da base de dados: metodologia utilizada

A construção da base de dados resultou da fusão dos elementos presentes em várias listagens, da informação retirada dos principais directórios de empresas e da interpretação dos elementos presentes nos relatórios de avaliação das três iniciativas LEADER:

- Quadro resumo dos projectos executados/financiados: nome do projecto, concelho de implementação do projecto de investimento, data de aprovação, investimento realizado e contribuição CE. Sendo que a indicação do concelho apenas estava disponível na listagem dos projectos aprovados/financiados no âmbito do LEADER II. Para o LEADER I e LEADER +, com base no nome dos promotores das 1.706 candidaturas, foi realizada uma pesquisa individualizada nos principais directórios de empresas para a obtenção dessa informação.
- Listagem dos projectos aprovados/financiados (designação do projecto, breve caracterização da candidatura, nome do promotor).
- A classificação tipologia de promotor foi atribuída com base no nome do promotor, a tipologia da actividade/objectivo do pedido de apoio e categoria do investimento através da descrição da candidatura, conforme ilustra o quadro 17.

Quadro 17 – Excerto Listagem Projectos aprovados, ROTA DO GUADIANA - LEADER II

PROJECTO Nº	138	Recuperação de Imóvel para Fins Turísticos		
PROMOTOR:	Alcario & Alcario Lda	Sociedade por quotas = Sector PRIVADO		
LOCALIZAÇÃO:	Concelho:	Barrancos	Freguesia:	Barrancos
DATA:	Aprovação	11/12/1998	Conclusão	17/01/2001
Caracterização:	Remodelação de habitação tradicional para fins turísticos. Prevê-se a criação de 4 quartos, sala para hóspedes e cozinha. O projecto prevê a realização de obras de adaptação do imóvel, aquisição de mobiliário e outros equipamentos imprescindíveis ao projecto.			
				Actividade : TURISMO Categoria investimento : MATERIAL

Fonte: MADRP (2001). *Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II, Relatório de Execução Final*, Comissão Nacional de Gestão, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, Lisboa.

- O investimento realizado e a comparticipação CE apresentavam valores a preços correntes, para a sua conversão a preços constantes, e em virtude de não existir informação sobre os montantes aplicados por ano e por projecto, considerou-se como ano de referência a data de aprovação da candidatura.
- A listagem dos projectos no âmbito do LEADER I e LEADER II exibiam valores em escudos. A sua conversão para Euros/Écus foi feita com base na média ponderada da taxa de câmbio média anual (1 ECU = X unidades de Escudo), estabelecido pelo Banco de Portugal, em vigor no ano de aprovação das candidaturas.

As entidades consultadas para a obtenção de toda informação necessária para a construção da base de dados com a listagem dos projectos realizados no âmbito do LEADER I, LEADER II e LEADER +, na região Alentejo foram:

- Grupos de Acção Local:
 - ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano;
 - ADER-AL – Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejo;

- AL-SUD ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste;
- ALENTEJO XXI / PRO-RURAL – Associação de Desenvolvimento Integrado do Meio Rural;
- LEADERSOR – Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado do Sôr;
- MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA – Associação de Desenvolvimento Integrado;
- MONTE – Desenvolvimento Alentejo Central, A.C.E.;
- TERRAS DENTRO - Associação para o Desenvolvimento Integrado;
- Comissão Gestora do LEADER+;
- Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Comissão Europeia – Unidade F1. Programas de Desenvolvimento Rural (Bruxelas);
- ELARD - European LEADER association for Rural Development (Bruxelas);
- Federação Minha Terra.

Quadro 18 – Principais características do estudo

Universo	Investimento realizado ao abrigo do Programa de Iniciativa Comunitário LEADER I, LEADER II e LEADER +, entre 1991 e 2008 ²⁷ , na região Alentejo (Portugal).
Âmbito geográfico	Alentejo (NUTS II - 1999) – PORTUGAL
Dimensão da amostra	Igual ao universo, em virtude de terem sido analisadas individualmente todas as candidaturas apresentadas e executadas no âmbito do LEADER I, LEADER II e LEADER + (vector 1 e 2) = 2.706 projectos de investimento.
Trabalho de campo	Contacto com os GAL, outras associações e organismos públicos, recolha e tratamento da informação: 15 de Agosto de 2011 a 15 de Abril de 2012.

4.2. Estruturação da variável de interesse e das variáveis explicativas

Com base na informação disponível pretendeu-se estudar o comportamento do investimento realizado no âmbito do Programa LEADER, na região Alentejo, utilizando variáveis que se identificassem com os objectivos do programa.

Variável explicada (dependente) = Yi

Investimento realizado no âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, na região Alentejo, no âmbito do Programa de Iniciativa Comunitário LEADER I, LEADER II e LEADER +, expresso em euros a preços constantes, com base em 2002.

Variáveis explicativas (independentes) = Xi

LOG CE: logaritmo da comparticipação CE, expresso em euros a preços constantes, com base em 2002.

TIPOLOGIA DO PROMOTOR (variável dummy, tomada como referência e por isso omitida na análise)

- **PRIVADO:** empresas, empresários em nome individual e outras entidades com fins lucrativos
- **PÚBLICO:** Câmaras municipais, Juntas de freguesias, Escolas, Posto de Turismo e afins.
- **OUTRO (3º Sector):** Instituições sem fins lucrativos, como as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), Cooperativas²⁸, Casas do Povo²⁹ e outras entidades não governamentais (Santas Casas da Misericórdia, Associações, Fundações e afins), e Igrejas.

²⁷ Importa referir que apesar da iniciativa LEADER + ter decorrido no período de 2000 a 2006, os projectos aprovados em 2006, tinham um período de 24 meses, após essa data, para a sua execução e conclusão, motivo pelo qual o período de análise termina em 2008.

²⁸ “As cooperativas são organizações permanentemente abertas à entrada de novos membros, que contribuem com bens ou serviços para a realização de uma actividade económica de base solidária e mutualista. A sua finalidade reside

- **GAL**: Gabinete de Acção Local. Tomada como referência e por isso omitida na análise.

TIPOLOGIA DA ACTIVIDADE CONTEMPLADA NO PEDIDO DE APOIO DA ENTIDADE PROMOTORA

(variável dummy)

- **AGRO** (Agro-indústria): criação, modernização ou ampliação de indústrias transformadora de produtos alimentares (salsicharia, padaria, queijaria, adega, lagar, etc).
- **TUR** (Turismo): criação, modernização ou ampliação de unidades de alojamento de Turismo no Espaço Rural, desenvolvimento de actividades de animação turística, incluindo as desportivas
- **GASTRO** (Gastronomia): criação, modernização ou ampliação de restaurante, pastelaria, café e similares.
- **TRANSF** (Industria transformadora não alimentar): inclui o artesanato, olaria, carpintaria, oficinas, serralharias e similares.
- **COM** (Comércio): criação, modernização ou ampliação de estabelecimentos de comércio de produtos regionais e outros.
- **SERV** (SERVIÇOS): prestação de serviços a terceiros, incluindo o funcionamento dos GAL por estas entidades prestarem serviços à comunidade; serviços veterinários, contabilidade, consultadoria, comunicação e imagem.
- **PATRIM** (Património histórico, cultural e natural): recuperação e restauro de monumentos, jardins e espaços verdes, consultadoria e estudos especializada, preservação e divulgação dos valores culturais e património natural (flora e fauna), nomeadamente mediante criação de espaços museológicos e bibliotecas, dinamização e conservação de folclore tradicional (incluindo tauromaquia).
- **PROMO** (Promoção do território, incluindo tradições): realização ou participação em feiras, concursos e outros eventos; elaboração de material promocional e rotas turísticas, colocação de sinalização; instalação, recuperação ou remodelação de posto de turismo.
- **FORM** (Formação): formação profissional e outras actividades de aprendizagem, incluindo seminários profissionais, certames pedagógicos e workshops.
- **OUTRAS**: outras actividades não enquadráveis nas anteriores, de entre as quais, acção social – **SOCIAL** – (apoio às crianças, jovens, idosos e/ou pessoas carenciadas) e associativismo – **ASSOC** – (criação e desenvolvimento de associações de cariz social, cultural, desportivas e afins). Tomada como referência e por isso omitida na análise.

CATEGORIA DO INVESTIMENTO CONTEMPLADO NO PEDIDO DE APOIO (variável dummy)

- **MAT** (Investimentos materiais): obras e aquisição de imóveis e equipamentos, incluindo informático, ferramentas e utensílios.
- **KNOW** (Aquisição e transferência de conhecimentos): consultadoria externa e estudos de apoio à decisão, contratação de técnico qualificado, formação profissional, seminários e encontros profissionais destinados à troca de experiências.
- **MKT** (Marketing e comunicação): custos de participação e organização de feiras, concursos e outros eventos promocionais, concepção de material promocional (como livros, folhetos e panfletos).
- **OUTRAS**: outras despesas, não compreendidas nas rubricas anteriores, incluindo despesas de funcionamento do GAL, despesas com actividades de animação para crianças e idosos, festivais, comemorações e afins ou pouca representatividade como tecnologias da informação e

em satisfazer as necessidades dos membros, designadamente obtendo determinados bens a preços inferiores aos do mercado ou vendendo os seus produtos sem intermediários. As cooperativas não são hoje nem associações, nem sociedades, estando sujeitas ao Código Cooperativo e a legislação complementar, e não ao Código Civil ou ao Código das Sociedades Comerciais” (informação retirada do Portal da empresa, 18-02-2012).

²⁹ “As Casas do Povo caracterizam-se como pessoas colectivas de utilidade pública, de base associativa, constituídas com o objectivo de promover o bem-estar das comunidades”. In Decreto-Lei n.º 246/90, de 27 de Julho.

comunicação – **TIC** – (desenvolvimento web site e software específico) e registos de propriedade Industrial, marcas e patentes e processo de certificação (**DIF**). Tomada como referência e por isso omitida na análise.

LOCALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO (foram introduzidas variáveis estatísticas socioeconómicas do concelho onde o projecto foi implementado, tendo com referência o 1º ano de aprovação das candidaturas em cada iniciativa):

- Densidade populacional (**DENSPOP**) *
- Índice de envelhecimento (**INDENV**) *
- Concentração empresarial dentro da Zona de Intervenção (**CONCEMP**) *
- Concelho com sede do GAL (**SEDEGAL**): variável dummy, equivalente a 1 quando o investimento é realizado num concelho onde o GAL tem a sua sede e 0 no outro caso.

* Sempre que o projecto tem um impacto na totalidade da zona de intervenção, como p.e. as despesas de funcionamento do GAL ou uma participação num evento promocional, onde está representado o território na sua globalidade, os valores colocados representam a média da zona de intervenção.

Atendendo à limitação da informação estatística concelhia disponível, para o período de 1992 a 1998, procurou-se utilizar três indicadores estatísticos que permitissem estabelecer comparações ao longo do período em análise e que simultaneamente se identificassem com os objectivos do programa:

- Densidade populacional: o PIC LEADER é um programa especificamente dirigido para os territórios de baixa densidade populacional.
- Índice de envelhecimento: os territórios de baixa densidade e as zonas rurais são caracterizados por possuírem uma população envelhecida, devido á dificuldade para fixação da classe etária mais jovem.
- Concentração empresarial: um dos objectivos do PIC LEADER é fomentar o empreendedorismo, quer por via da criação de novas entidades ou por via da diversificação ou modernização das actividades existentes, em territórios onde a iniciativa empresarial é deficitária.

Salienta-se que estes indicadores não são exclusivos para explicar e caracterizar uma região do ponto de visto económico-social, contudo, uma vez que os dados estatísticos concelhios disponíveis para o período antes de 1999 eram escassos, não foi possível incluir na análise indicadores suplementares.

4.3. Análise descritiva dos dados³⁰

O **sector privado**, classificado como todas as entidades ou indivíduos com uma actividade empresarial com fins lucrativos, representa nas três iniciativas LEADER o actor que mais contribuiu para a Formação Bruta de Capital Fixo na região, por via do investimento realizado. Contudo estas entidades registaram uma diminuição do seu peso relativo em detrimento do 3º Sector (**OUTRO**) e do **sector público**. Os **GAL** foram responsáveis, no conjunto das três iniciativas, por 26% do investimento do realizado, assumindo a importância da despesa realizada, no processo de implementação do programa, uma proporção tendencialmente constante.

³⁰ Os conteúdos do presente subcapítulo foram adaptados do artigo Santos, Neto e Serrano (2012), o qual foi desenvolvido em simultâneo com os trabalhos desta tese.

Quadro 19 – Investimento realizado por tipologia de promotor, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo

	LEADER I	LEADER II	LEADER +	CONJUNTO
GAL	23%	29%	25%	26%
OUTRO	8%	17%	23%	18%
PRIVADO	66%	41%	40%	46%
PUBLICO	3%	13%	12%	10%

Fonte: Cálculos elaborados com base em informações fornecidas pelo Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas, pela Autoridade de Gestão do LEADER e GAL do Alentejo.

Em média, 96% do investimento realizado no **sector privado** assenta em projectos exclusivamente ou prioritariamente baseados na aquisição de equipamento e/ou obras de remodelação (**MAT**). Os pedidos de apoio predominantemente fundamentados em investimentos na área de marketing e comunicação (**MKT**) e aquisição de conhecimentos (**KNOW**) apresentam um peso relativo residual. Os principais sectores de actividades financiados foram as actividades turísticas, alojamento e animação, (**TUR**) e a agro-indústria (**AGRO**). Áreas que tanto a Comissão Europeia, no seu Parecer 91/C 31/14, como os GAL consideraram como vectores prioritários, para incentivar o desenvolvimento nas zonas rurais. O desenvolvimento de actividades no sector dos serviços (**SERV**) apresentou uma tendência crescente, apesar de uma média pouco representativa. Enquadram-se nesta tipologia os serviços de apoio ao sector agrícola como a consultadoria especializada e as clínicas veterinárias, as quais visam reforçar a competitividade das explorações agrícolas e satisfazerem uma nova necessidade e exigências em termos de higiene e bem-estar animal.

Quadro 20 – Investimento realizado pelo **sector privado** por categoria de investimento, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo

	LEADER I	LEADER II	LEADER +	CONJUNTO
MAT	97%	96%	96%	96%
KNOW	1%	1%	1%	1%
MKT	2%	2%	2%	2%
OUTRAS	0%	1%	1%	1%

Fonte: Cálculos elaborados com base em informações fornecidas pelo Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas, pela Autoridade de Gestão do LEADER e GAL do Alentejo.

Quadro 21 - Investimento realizado pelo sector privado por tipologia de actividade/objecto do pedido de apoio, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo

	LEADER I	LEADER II	LEADER +	CONJUNTO
TUR	60.86%	38.71%	35.43%	44.43%
AGRO	19.17%	23.43%	30.40%	24.92%
GASTRO	5.49%	9.65%	8.63%	7.91%
TRANSF	6.79%	10.43%	5.33%	7.19%
SERV	1.66%	10.41%	8.77%	6.95%
COM	1.90%	2.29%	7.94%	4.47%
TODAS AS OUTRAS ACTIVIDADES	4.13%	5.08%	3.50%	4.13%

Fonte: Cálculos elaborados com base em informações fornecidas pelo Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas, pela Autoridade de Gestão do LEADER e GAL do Alentejo.

Os investimentos do sector **público**, no âmbito do PIC LEADER, centraram-se ao longo de três iniciativas essencialmente na promoção do território (**PROMO**) e na conservação e preservação do património (**PATRIM**), por via de investimentos na área de marketing e comunicação (**MKT**) e materiais (**MAT**), como obras de recuperação.

Quadro 22 – Investimento realizado pelo **sector público** por categoria de investimento, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo

	LEADER I	LEADER II	LEADER +	CONJUNTO
KNOW	0%	11%	7%	8%
MAT	64%	67%	54%	60%
MKT	36%	17%	32%	27%
OUTRO	0%	5%	7%	6%

Fonte: Cálculos elaborados com base em informações fornecidas pelo Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas, pela Autoridade de Gestão do LEADER e GAL do Alentejo.

Quadro 23 – Investimento realizado pelo **sector público** por tipologia de actividade/objecto do pedido de apoio, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo

	LEADER I	LEADER II	LEADER +	CONJUNTO
PATRIM	48%	45%	24%	33%
PROMO	49%	21%	32%	29%
FORM	0%	15%	12%	12%
TODAS AS OUTRAS ACTIVIDADES	4%	19%	32%	25%

Fonte: Cálculos elaborados com base em informações fornecidas pelo Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas, pela Autoridade de Gestão do LEADER e GAL do Alentejo.

O terceiro sector, designado de **OUTRO**, engloba as instituições sem fins lucrativos, cooperativas e outras entidades não governamentais. Os investimentos materiais (**MAT**) realizados representam em média mais de 50% do montante total despendido. A criação e desenvolvimento do associativismo de cariz social, cultural e desportivas (**ASSOC**) foram as actividades com maior representatividade, juntamente com a promoção do território e dos produtos locais (**PROMO**) e conservação do património cultural (**PATRIM**), como a dinamização e preservação do folclore tradicional.

Quadro 24 - Investimento realizado pelo **3º sector (OUTRO)** por categoria de investimento, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo

	LEADER I	LEADER II	LEADER +	CONJUNTO
KNOW	24%	23%	17%	19%
MAT	57%	38%	60%	53%
MKT	18%	17%	10%	13%
OUTRO	0%	22%	13%	14%

Fonte: Cálculos elaborados com base em informações fornecidas pelo Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas, pela Autoridade de Gestão do LEADER e GAL do Alentejo.

Quadro 25 – Investimento realizado pelo **3º sector (OUTRO)** por tipologia de actividade/objecto do pedido de apoio, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo

	LEADER I	LEADER II	LEADER +	CONJUNTO
PATRIM	14%	16%	13%	14%
PROMO	13%	14%	7%	10%
FORM	5%	12%	9%	10%
TODOS OS OUTROS SECTORES DE ACTIVIDADE	68%	58%	70%	66%
OUTRO - ASSOC	33%	27%	42%	36%

Fonte: Cálculos elaborados com base em informações fornecidas pelo Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas, pela Autoridade de Gestão do LEADER e GAL do Alentejo.

Os **GAL** foram as entidades que mais privilegiaram os investimentos imateriais, como a aquisição e transferência de conhecimentos (**KNOW**), despesas associadas com a contratação de quadros técnicos, consultadoria externa e realização de seminários para troca de experiências. No conjunto, mais de 60% do investimento realizado destinou-se ao desenvolvimento de actividades próprias ao funcionamento destas entidades (**SERV**), enquanto agentes responsáveis pela política de desenvolvimento local. A promoção do território e dos seus recursos (**PROMO**) e a qualificação dos recursos humanos (**FORM**) foram actividades também com grande representatividade no total do investimento realizado.

Quadro 26 – Investimento realizado pelos **GAL** por categoria de investimento, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo

	LEADER I	LEADER II	LEADER +	CONJUNTO
KNOW	36%	54%	53%	50%
MAT	12%	5%	15%	11%
MKT	33%	14%	15%	18%
OUTRO	18%	26%	17%	21%

Fonte: Cálculos elaborados com base em informações fornecidas pelo Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas, pela Autoridade de Gestão do LEADER e GAL do Alentejo.

Quadro 27 – Investimento realizado pelos **GAL** por tipologia de actividade/objecto do pedido de apoio, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo

	LEADER I	LEADER II	LEADER +	CONJUNTO
SERV	38%	71%	65%	62%
FORM	15%	14%	13%	13%
PROMO	35%	13%	14%	18%
TODOS OS OUTROS SECTORES DE ACTIVIDADE	12%	2%	8%	7%

Fonte: Cálculos elaborados com base em informações fornecidas pelo Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas, pela Autoridade de Gestão do LEADER e GAL do Alentejo.

O investimento realizado nos concelhos com uma densidade populacional (**DENS POP**) inferior a 15hab/km² apresenta uma tendência decrescente ao longo das três iniciativas LEADER apesar de no conjunto representar cerca de 50% do montante realizado. Os concelhos com uma densidade populacional superior a 30 hab/Km², mas inferiores a 70hab/Km², registam um acréscimo, atingindo 20% da despesa realizada no âmbito do LEADER +.

No LEADER I e LEADER II as regiões com um índice de envelhecimento (**IND ENV**) inferior a 150 canalizaram entre 79% e 53% do investimento realizado, podendo-se depreender que, dentro de zona de intervenção dos GAL, as regiões menos envelhecidas foram as principais responsáveis pelo dinamismo dos sectores de actividades. No LEADER + assiste-se a uma alteração radical desta tendência. Os concelhos com um índice de envelhecimento superiores a 150 centralizaram mais de 90% do montante realizado.

Á excepção dos resultados obtidos no LEADER I, a reduzida concentração empresarial dentro na zona de intervenção do GAL (**CONC EMP**) canalizou mais de 55% do investimento realizado. O que nos leva a acreditar que o programa conseguiu desenvolver uma cultura empresarial nas áreas mais carenciadas.

Quadro 28 – Investimento realizado por localização geográfico, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo

	LEADER I	LEADER II	LEADER +	Conjunto
Escalões Densidade Populacional				
< 15 hab/km ²	75%	41%	43%	50%
15 - 30 hab/Km ²	25%	44%	36%	36%
> 30 hab/Km ²	0%	15%	20%	14%
Escalões Índice de Envelhecimento				
< 150	79%	53%	9%	38%
150 - 200	17%	27%	49%	35%
> 200	5%	20%	41%	27%
Escalões Concentração Empresarial na Zona de Intervenção				
< 15%	20%	67%	57%	50%
15% - 30%	75%	20%	23%	35%
> 30%	5%	13%	21%	15%

Fonte: Cálculos elaborados com base em informações fornecidas pelo Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas, pela Autoridade de Gestão do LEADER e GAL do Alentejo.

Os investimentos realizados nos concelhos onde os GAL têm a sua sede social representam no seu conjunto cerca de 30% do montante total³¹. Estes concelhos não apresentam características socioeconómicas homogéneas no seu conjunto face aos valores médios da região Alentejo, no entanto, dentro da própria zona de intervenção representam municípios cujos valores das estatísticas de referência utilizada (densidade populacional, índice de envelhecimento e concentração empresarial) são superiores à média, conforme ilustra o quadro 30. O peso relativo destes concelhos, comparativamente com o número total de concelhos abrangidos pelo programa LEADER na região Alentejo, situa-se nos 13% no LEADER I e LEADER II. Contudo, verifica-se no LEADER + que esta divergência é menos significativa, o que revela uma repartição mais homogénea das subvenções comunitárias atribuídas por concelho.

Salienta-se também que o GAL MONTE desenvolveu a sua estratégia com o auxílio de quatro associações de desenvolvimento local (ADL), também designadas de Gabinetes de Intervenção Rural (GIR), cada uma com a sua área de acção e localizados em Montoito (Aliende), Portel (ADMC), Évora (Trilho) e Monsaraz (ADIM)³² Por outro lado, a ADL e ALENTEJO XXI estabeleceram

³¹ Este valor não inclui as despesas de funcionamento dos GAL, em virtude do seu impacto ter um efeito na totalidade da zona de intervenção e não apenas no concelho da sede social.

³² Actualmente com o PRODER – Abordagem LEADER, o MONTE possui um ADL, o Portal do Alentejo, localizado em Vendas Novas.

no âmbito do LEADER II protocolos com a ESDIME para uma co-gestão do programa passando apenas no LEADER + a serem considerados como um GAL (BARROCAS 2008).

Quadro 29 – Investimento realizado por concelhos sede dos GAL, no âmbito do PIC LEADER I, LEADER II, LEADER +, na região Alentejo

	LEADER I	LEADER II	LEADER +	Conjunto
Investimento realizado em concelhos com sede do GAL (%)	26%	34%	24%	28%
Concelhos abrangidos pelo programa (Nº)	15	46	48	-
Concelhos onde se localiza a sede do GAL (Nº)	2	6	8	-
Peso relativo dos concelhos com sede do GAL	13%	13%	17%	-

Fonte: Cálculos elaborados com base em informações fornecidas pelo Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas, pela Autoridade de Gestão do LEADER e GAL do Alentejo.

Quadro 30 – Caracterização dos concelhos com sede do GAL face à média da Zona de Intervenção

Designação do GAL	Concelho da Sede Social	LEADER I	LEADER II	LEADER +
		Posição face à média da ZI numa escala de 1 a 3		
ADL	Santiago do Cacém	-	-	2
ADER-AL	Portalegre	-	3	3
AL-SUD ESDIME	Odemira	-	1.7	2.3
ALENTEJO XXI	Beja	-	-	3
LEADERSOR	Ponte de Sôr	3	3	3
ROTA DO GUADIANA	Serpa	-	3	3
MONTE	Arraiolos	-	1	1
TERRAS DENTRO	Viana do Alentejo	2	1	1.7
	Média	2.5	2.1	2.4

Fonte: Anexo 13.

Procurou-se com este quadro atribuir uma classificação, numa escala de 1 a 3, aos concelhos onde os GAL possuem a sua sede social, com vista a tentar explicar a relação existente entre o investimento realizado nestes municípios face aos restantes e o porquê da sua atractividade e maior propensão para a concentração da despesa. Ou seja, pretendeu-se encontrar uma justificação para esta tendência para além da oriunda do desempenho do GAL na divulgação e publicitação do programa na sua Zona de Intervenção.

O indicador utilizado baseou-se na soma ponderada da classificação atribuída os três indicadores estatísticos utilizados na análise ($\frac{1}{3}$ Classificação DENS POP + $\frac{1}{3}$ Classificação IND ENV + $\frac{1}{3}$ Classificação CONC EMP), sendo que a pontuação atribuída a cada um teve por base a seguinte escala:

- 3 – Valores acima da média da zona de intervenção para a concentração empresarial e densidade populacional ou abaixo da média para o índice de envelhecimento;
- 2 – Valores próximos da média da zona de intervenção, com um intervalo de 5%;
- 1 – Valores abaixo da média da zona de intervenção para a concentração empresarial e densidade populacional ou acima da média para o índice de envelhecimento.

4.4. Especificação e estimação do modelo econométrico

Assumindo a variável de interesse valores exclusivamente positivos, a construção do modelo econométrico terá obrigatoriamente de reflectir esta característica, pelo que, a utilização de modelos lineares não é apropriada. De facto, neste caso, o uso do modelo linear simples em análise de regressão poderia gerar previsões negativas para o investimento, resultado contraditório com a especificidade desta variável. Assim, optou-se por usar o modelo exponencial para a média condicional da variável de interesse, que reflecte a natureza positiva do investimento.

$$E(y_i | x_i) = \exp(x_i \beta) \quad (1)$$

Outra alternativa potencialmente viável, para modelizar o investimento seria o uso do modelo log linear onde o investimento aparece logaritimizado. No entanto, segundo Santos Silva e Tenreiro (2006), perante indícios de heteroscedasticidade, estes estimadores podem ser inconsistentes se o modelo for efectivamente exponencial. Estes autores recomendam utilizar directamente o modelo exponencial (1) estimado pelo método da quasi-máxima verossimilhança (QMV), que corrige os desvios padrão, de modo a internalizar a heteroscedasticidade e permitir obter elasticidades do investimento face aos factores explicativos consistentes.

Para a estimação do modelo utilizou-se o programa STATA, *software* estatístico e de análise de dados, com base no seguinte comando: `Poisson Y X1 ... Xk, robust`

4.5. Avaliação e interpretação do modelo

Foram estimados modelos para cada iniciativa LEADER, os quais se mostraram estatisticamente adequados para explicar o investimento realizado no âmbito deste programa.

- **Teste Wald:** testa a hipótese de todos os coeficientes do modelo, excepto β_0 por não ter nenhum regressor associado, serem iguais a zero.

$$H_0: \beta_1 = \dots = \beta_k = 0$$

$$H_1: \text{Não } H_0$$

Todos os modelos apresentam um p-value = 0,000 < 0,05 o que leva a rejeitar H_0 e a concluir que os regressores são conjuntamente significativos para explicar a variável de interesse.

- **Teste Reset:** testa a adequabilidade do modelo, sendo que por se tratar um modelo não linear, não existe um comando directo no STATA que permita realizar esta verificação, pelo que, a mesma tem de ser executada passo a passo, acrescentando-se potenciais regressores ($X\hat{\beta}$) aos modelos. Usando o modelo inicial, utiliza-se três destes regressores adicionais, assumindo que γ_1, γ_2 e γ_3 são coeficientes associados a estes regressores, testando-se a hipótese destes serem iguais a zero.

$$H_0: \gamma_1 = \gamma_2 = \gamma_3 = 0$$

$$H_1: \text{Não } H_0$$

Os modelos estimados para o LEADER I, LEADER II e LEADER + ostentam uns p-values > 0,05 o que nos leva a não rejeitar H_0 e a concluir que os modelos são adequados.

O número de variáveis significativas aumenta ao longo das três iniciativas – LEADER I (11 variáveis), LEADER II (12 variáveis) e LEADER + (16 variáveis). Tendo em conta que a maioria dos regressores foram construídos com o intuito de reflectir os objectivos estabelecidos nas várias etapas do programa LEADER, esta tendência sugere que as entidades envolvidas procederam a uma redefinição mais adequada do programa com vista a maximizarem a concretização dos objectivos fixados.

Quadro 31 – Resultados da estimação dos modelos LEADER I, LEADER II, LEADER + e conjunto

	LEADER I	LEADER II	LEADER +	Conjunto
Localização geográfica				
LOG_CE	0,972 ^{***} (0.000)	0,981 ^{***} (0.000)	0,488 ^{***} (0.000)	0,738 (0.000)
DENSPOP	0,021 (0.132)	0,001 (0.144)	0,000 (0.865)	-0,002 (0.166)
INDENV	-0,003 ^{**} (0.019)	-0,001 ^{***} (0.000)	0,001 (0.141)	0,001 (0.242)
CONCEMP	-0,889 (0.203)	-0,329 ^{***} (0.000)	-0,209 (0.373)	-0,027 (0.855)
SEDEGAL	-0,137 (0.266)	-0,025 (0.174)	0,193 ^{***} (0.002)	0,063 (0.180)
Tipologia do promotor				
OUTRO	0,292 (0.030)	0,099 ^{***} (0.000)	-0,589 ^{***} (0.000)	-0,335 (0.000)
PRIVADO	-0,174 (0.259)	0,195 ^{***} (0.000)	-0,508 ^{***} (0.000)	-0,210 (0.007)
PUBLICO	0,143 (0.336)	0,156 ^{***} (0.000)	-0,424 ^{***} (0.000)	-0,323 (0.000)
Tipologia da actividade				
AGRO	0,798 ^{***} (0.000)	0,119 ^{***} (0.002)	0,991 ^{***} (0.000)	0,669 (0.000)
COM	0,679 ^{***} (0.002)	-0,026 (0.655)	0,482 ^{***} (0.001)	0,308 (0.009)
FORM	0,131 (0.231)	-0,026 (0.393)	-0,476 ^{***} (0.006)	-0,143 (0.131)
GASTRO	1,177 ^{***} (0.000)	0,176 ^{***} (0.004)	1,003 ^{***} (0.000)	0,627 (0.000)
PATRIM	0,252 ^{**} (0.021)	0,052 (0.201)	0,014 (0.903)	0,160 (0.022)
PROMO	0,052 (0.619)	-0,008 (0.852)	-0,498 ^{***} (0.000)	-0,173 (0.013)
SERV	0,200 ^{**} (0.049)	0,024 (0.430)	0,461 ^{***} (0.000)	0,255 (0.000)
TRANSF	1,049 ^{***} (0.001)	0,106 (0.227)	0,420 ^{***} (0.003)	0,408 (0.001)
TUR	0,667 ^{***} (0.001)	0,072 ^{**} (0.036)	0,844 ^{***} (0.000)	0,647 (0.000)
Categoria do investimento				
KNOW	-0,192 ^{**} (0.032)	0,047 ^{**} (0.013)	0,546 ^{***} (0.002)	0,116 (0.180)
MAT	0,036 (0.732)	0,081 ^{***} (0.001)	0,237 ^{**} (0.025)	0,062 (0.361)
MKT	-0,044 (0.659)	0,091 ^{**} (0.044)	-0,422 ^{***} (0.001)	0,065 (0.447)
_cons	0,957 (0.133)	0,617 ^{***} (0.000)	5,440 ^{***} (0.000)	3,161 (0.000)
Nr Obsrv	202	1 001	1 504	2 707
Pseudo R2	0,919	0,983	0,566	0,765
Test Wald	0,000 ^{***}	0,000 ^{***}	0,000 ^{***}	0,000 ^{***}
Test Reset	0,116	0,119	0,061	0,000

Nota: ^{***} coeficiente significativo a 1%, ^{**} coeficiente significativo a 5% e ^{*} coeficiente significativo a 10%.

Entre parênteses Encontram-se os p-values dos testes para a significância individual de cada regressor e os resultados apresentados para o teste de Wald e Reset correspondem a p-values.

Fonte: *Output do software STATA.*

Os modelos apresentam diferentes variáveis significativas, assim como, sinais e magnitudes distintas, o que nos leva a presumir de comportamentos divergentes entre os três modelos/iniciativas LEADER. Com vista a confirmar estas suspeitas estimou-se um modelo conjunto que, apesar de registar uma significância global (**Teste de Wald**), mostrou-se inadequado em termos de forma funcional (**Teste Reset**). Por último, aplicou-se o **Teste de Chow** à quebra de estrutura, aos modelos LEADER I *versus* LEADER II e LEADER II *versus* LEADER +, o qual comprovou a existência de desigualdades entre as várias iniciativas do programa LEADER.

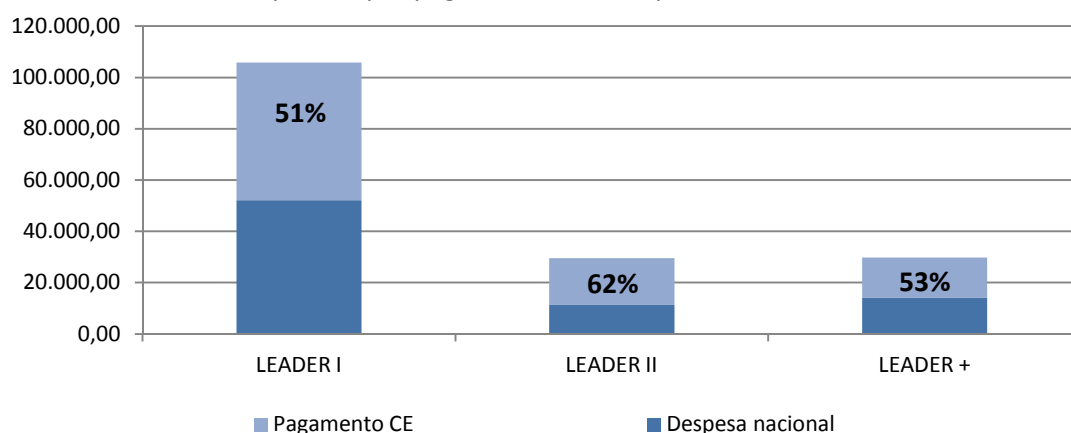
Quadro 32 – Resultados do Teste Chow

	Modelo conjunto LEADER I e LEADER II	Modelo conjunto LEADER II e LEADER +
chi2(21)	371.61	381.20
Prob > chi2	0.0000	0.0000

Fonte: *Output do software STATA.*

O investimento realizado (**INV REAL**) no LEADER I regista uma média de cerca de 106.000Eur, enquanto que no LEADER II e LEADER + este valor não atinge 30.000Eur. O pagamento CE oscila entre os 51% e 62% ao longo das três iniciativas, assumindo em média um peso relativo mais elevado no LEADER II.

Figura 10 – Investimento médio realizado no âmbito do programa LEADER I, LEADER II e LEADER +, repartido por pagamento CE e despesa nacional³³



Fonte: Cálculos efectuados com base na informação presente no Anexo 14.

O logaritmo do pagamento CE (**LOG CE**) é significativo ao longo das três iniciativas LEADER, sendo a sua amplitude praticamente idêntica nos modelos LEADER I e LEADER II. A interpretação deste coeficiente é equivalente à elasticidade, por exemplo, no LEADER + a variação de 1% no pagamento CE provoca um acréscimo de 0,488% do investimento realizado.

a) Localização geográfica

- A densidade populacional (**DENS POP**) é a única variável que não apresenta significância, nos três modelos.
- O índice de envelhecimento (**IND ENV**) é significativo nos modelos referentes ao LEADER I e II, variando em proporção inversa ao investimento realizado. Uma conclusão semelhante

³³ Inclui a contribuição do estado-membro e a comparticipação privada

pode ser depreendida relativamente à variável concentração empresarial na zona de intervenção (**CONC EMP**), apesar da sua significância apenas estar comprovada no modelo LEADER II. Ambas variáveis apresentam um comportamento que coincide com a análise descritiva realizada no subcapítulo 4.3., quanto maior o índice de envelhecimento ou concentração empresarial menor o valor do investimento.

- A localização do investimento num concelho onde o GAL tem a sua sede (**SEDE GAL**) apenas é significativa no modelo LEADER +, o que evidencia um impacto positivo sobre o investimento realizado, pelo facto de exibir um sinal positivo. O investimento realizado num concelho onde o GAL tem a sua sede é em média superior em 21,3% $\{100[\exp(0,193)-1] = 21,3\%^{34}\}$ do valor do investimento realizado num concelho sem sede do GAL. Uma explicação possível para esta situação foi indicada na secção 4.3. Estes municípios registam em média uma concentração empresarial e densidade populacional superiores à média da zona de intervenção e um índice de envelhecimento inferior.

b) Tipologia do promotor

- A tipologia do promotor [privado, público e 3º sector (**OUTRO**)], no modelo LEADER II, influencia positivamente o investimento realizado. Por exemplo, estima-se que o investimento realizado pelo sector privado é em média 21,5% superior ao executado pela variável de referência. No modelo LEADER + verifica-se uma alteração radical desta tendência, uma vez que as entidades anteriores contribuem inversamente para o investimento realizado, o que evidencia que a variável de referência (investimento realizado pelo GAL) passou a assumir um papel relevante na despesa realizada.

c) Tipologia de actividade

- Na tipologia de actividades ou objecto do pedido de apoio assumem particular importância a agro-indústria (**AGRO**), turismo (**TUR**) e gastronomia (**GASTRO**). Estas três variáveis são as únicas, na sua categoria, que se apresentam significativas nos 3 modelos mas com amplitudes diferentes, com se pode verificar no quadro 33, o qual também evidencia que a evolução da média destes coeficientes não influencia a sua amplitude. A título ilustrativo, podemos interpretar que o coeficiente do sector do turismo (**TUR**) evidencia que o investimento realizado neste sector é em média 132,6% superior ao do sector de referência.

Quadro 33 – Evolução coeficiente, interpretação³⁵ e média das variáveis AGRO, GASTRO e TUR

		LEADER I	LEADER II	LEADER +
AGRO	Coeficiente (β_j)	0,798	0,119	0,991
	Interpretação β_j	122,1%	12,6%	169,4%
	Média	0,12	0,06	0,06
GASTRO	Coeficiente (β_j)	1,177	0,176	1,003
	Interpretação β_j	224,5%	19,2%	172,6%
	Média	0,05	0,03	0,01
TUR	Coeficiente (β_j)	0,667	0,072	0,844
	Interpretação β_j	94,8%	7,5%	132,6%
	Média	0,18	0,07	0,07

Fonte: Coeficientes Quadro 31 e média Anexo 14.

- O investimento relacionado com actividades dos serviços (**SERV**) é significativo a 1% no LEADER +, o que nos pode levar a deduzir que os serviços de apoio à economia local passaram

³⁴ Interpretação de acordo com VERBEEK 2008, p. 229.

³⁵ O impacto das variáveis no investimento realizado é calculado com base na seguinte fórmula: $100[\exp(\beta_j)-1]$ (VERBEEK 2008:229).

a ser reconhecidos pela colectividade como uma ferramenta importante do desenvolvimento regional.

- O coeficiente do sector da indústria transformadora (**TRANSF**) é significativo no LEADER I e LEADER +, sendo que em ambas iniciativas influencia positivamente o investimento realizado.
- A formação (**FORM**) e promoção do território (**PROMO**) apenas apresentam significância no LEADER +, influenciando numa proporção inversa o investimento realizado. Estas duas variáveis são, na tipologia de actividades ou objecto do pedido de apoio, as que apresentam uma média mais elevada na 3ª fase do programa.

d) Categoria do investimento

- A aquisição de conhecimentos (**KNOW**) é significativa ao longo das três iniciativas LEADER, enquanto que os investimentos materiais (**MAT**) e as despesas com marketing e comunicação (**MKT**) apenas passam a ser significativos no LEADER II e LEADER +. Destacando-se que na 3ª fase do Programa o coeficiente do investimento imaterial **KNOW** assume uma amplitude superior às despesas materiais (**MAT**), apesar de em termos quantitativos esta última ser superior, ao contribuir para 63% do investimento realizado³⁶.
- O coeficiente relativo às despesas com marketing e comunicação (**MKT**) é significativo no LEADER II e LEADER +, contudo o impacto provocado no investimento realizado altera-se radicalmente entre ambas iniciativas, passando na 3ª iniciativa do Programa a influenciar na proporção inversa o variável de interesse.

Quadro 34 – Evolução coeficiente, interpretação³⁷ e média das variáveis KNOW, MAT e MKT

		LEADER II	LEADER +
KNOW	Coeficiente (β_j)	0,047	0,546
	Interpretação β_j	4,8%	72,6%
	Média	0,23	0,16
MAT	Coeficiente (β_j)	0,081	0,237
	Interpretação β_j	8,4%	26,7%
	Média	0,45	0,72
MKT	Coeficiente (β_j)	0,091	-0,422
	Interpretação β_j	9,5%	-34,4%
	Média	0,26	0,00

Fonte: Coeficientes Quadro 31 e média Anexo 14.

³⁶ Valores retirados do anexo 8.

³⁷ O impacto das variáveis no investimento realizado é calculado com base na seguinte fórmula: $100[\exp(\beta_j)-1]$ (VERBEEK 2008:229).

5. Conclusões e contributos para a avaliação do PIC LEADER no Alentejo

A presente análise centrar-se-á em torno da avaliação do comportamento do investimento realizado por projecto, ao abrigo do PIC LEADER no Alentejo entre 1991 e 2006, face a sete dos objectivos gerais enumerados pela Comunidade Europeia aquando da criação desta iniciativa dirigida para o desenvolvimento regional e mais especificamente para o Mundo Rural (Parecer 91/C 31/14 JO n.º C 31 de 06.02.1991):

- 1) Evitar a desertificação e melhorar o ordenamento do território
- 2) Criar empresas locais, sobretudo de serviços inovadores
- 3) Desenvolver uma cultura empresarial
- 4) Criar condições de atractividade do território rural, mediante a rentabilização de estruturas existentes
- 5) Criar condições para o turismo no espaço rural
- 6) Melhorar a qualidade e valorizar os produtos agrícolas
- 7) Melhorar o meio ambiente, preservar a natureza e os seus recursos naturais

Objectivos e finalidades que estiveram presentes em todas as fases do LEADER, apesar das etapas seguintes apresentarem algumas especificidades e maior enfoque em determinada temática, com aliás foi exposto no capítulo 1.

1. Evitar a desertificação e melhorar o ordenamento do território

O estudo realizado não revelou qualquer relação entre o investimento realizado e a densidade populacional (**DENS POP**), contudo, uma análise estatística da população residente na região Alentejo (NUTS II - 1999), entre 1991 e 2011, permite evidenciar um decréscimo médio de cerca de 7%. Porém, também verificamos que, durante este período, esta redução sofreu uma desaceleração comparativamente com a década de 1981 a 1991, decénio pré-implementação do PIC LEADER. Aliás inclusivamente algumas sub-regiões como o Alentejo Litoral e o Alentejo Central registaram entre 1991 e 2001 um acréscimo da sua população residente. No entanto, em contrapartida, o Alto e Baixo Alentejo foram as zonas mais penalizadas com uma redução próxima dos 12% e superior à média regional.

Quadro 35 – Evolução população residente e taxa de crescimento efectiva da população, em Portugal e no Alentejo NUTS II (1999), 1970 - 2011

	Portugal	Alentejo	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo
1970	8.663.252	595.075	99.850	145.510	178.510	171.205
1981	9.833.014	585.285	103.141	142.702	180.480	158.962
Tx crescimento (1970/1981)	13,50%	-1,65%	3,30%	-1,93%	1,10%	-7,15%
1991	9.867.147	549.362	98.519	134.607	173.216	143.020
Tx crescimento (1981/1991)	0,35%	-6,14%	-4,48%	-5,67%	-4,02%	-10,03%
2001	10.356.117	535.753	99.976	127.026	173.646	135.105
Tx crescimento (1991/2001)	4,96%	-2,48%	1,48%	-5,63%	0,25%	-5,53%
2011	10.561.614	509.741	97.895	118.352	166.802	126.692
Tx crescimento (2001/2011)	1,98%	-4,86%	-2,08%	-6,83%	-3,94%	-6,23%
Tx crescimento (1970/2011)	21,91%	-14,34%	-1,96%	-18,66%	-6,56%	-26,00%
Tx crescimento (1991/2011)	7,04%	-7,21%	-0,63%	-12,08%	-3,70%	-11,42%

Fonte: Anexo 2.

A variável emprego criado e mantido ao abrigo do PIC LEADER não foi introduzida na análise devido à inexistência de dados individuais por projecto. A única informação disponível aparece compilada nos relatórios nacionais e regionais. Estes documentos estimam que ao longo de três iniciativas LEADER na região Alentejo foram criados 1.177 postos de trabalho e mantidos 1.152 empregos. Contudo, “não houve, quer da parte dos GAL, quer da parte da [Autoridade de] Gestão, uma preocupação suficiente em validar em dados do emprego” (MADRP 2009:41).

Quadro 36 – Estimativa dos postos de trabalho criados e mantidos, no âmbito do PIC LEADER I, II e +, na região Alentejo, por GAL

	LEADER I [1]		LEADER II [2]		LEADER + [3]		TOTAL	
	Criados	Mantidos	Criados	Mantidos	Criados	Mantidos	Criados	Mantidos
ADER-AL	-	-	50	0	44	103	94	103
ADL	-	-	-	-	151	360	151	360
ALENTEJO XX	-	-	-	-	17	34	17	34
ESDIME	-	-	47	26	94	148	141	174
LEADERSOR	n.d.	n.d.	56	56	43	88	99	144
MONTE	-	-	31	7	51	72	82	79
ROTA DO GUADIANA	-	-	216	43	115	94	331	137
TERRAS DENTRO	167	n.d.	62	71	33	50	262	121
TOTAL	167	0	462	203	548	949	1 177	1 152

Fonte: [1] BARROCAS 2008, [2] MADRP 2001 e [3] MADRP 2009.

2. Criar empresas locais, sobretudo de serviços inovadores

A definição mais usada para definir empreendedorismo está relacionada com a criação de uma nova empresa ou organização, fruto de uma intenção ou ideia. Contudo, no sentido mais lato, visa também a diversificação ou expansão de uma entidade existente. Estas iniciativas necessitam de um mínimo de inovação constante, ao nível do produto ou serviço, para garantir a sua sobrevivência nas várias etapas do seu ciclo de vida: entrar no mercado, conquistar quota de mercado e manter o seu posicionamento (JULIEN 2005). Para além da vertente económica, o empreendedorismo pode também resultar da intenção de instituições sem fins lucrativos para resolverem problemas sociais, a esta nova dimensão é designada de empreendedorismo social (SARKAR 2010: 39).

A inexistência de informação por projecto que permitisse diferenciar as candidaturas que induziram a criação de novas empresas, a diversificação ou expansão da actividade de entidades existentes impossibilitou estudar a relação de causalidade entre o investimento realizado e estas variáveis. No entanto, permitiu compreender a relação existente o investimento realizado e os vários tipos de promotores. O 3ª sector, que assume a figura de empreendedor social, é a única entidade que apresenta um coeficiente significativo ao longo das três iniciativas, no entanto, no LEADER + a propensão para a execução de despesa pelos GAL passa a ser superior ao dos outros três sectores, o que nos pode levar a deduzir que a relevância das acções destes agentes passa a substituir-se às dos restantes promotores.

A variável **SERV**³⁸ registou um coeficiente significativo a 1% no LEADER + e a 5% no LEADER I, assim como, um aumento da sua amplitude. Podemos assim deduzir que os investimentos relacionados com as actividades de serviços passaram a assumir uma maior importância na terceira fase do PIC LEADER no Alentejo. Pois, segundo Delgado (2005:410), o sector dos serviços assume um papel estratégico na promoção e dinamização do desenvolvimento regional e local. Numa óptica de longo prazo, o desenvolvimento de um território não pode basear-se unicamente na sua especialização em actividades ou sectores nos quais possui uma vantagem competitiva. “O verdadeiro factor de sucesso das economias reside na sua capacidade de identificar novos mercados e novos sectores dinâmicos, de inovar ao nível dos produtos e dos processos de produção e, deste modo, repor sucessivamente a sua capacidade competitiva. Os serviços constituem assim, pelo seu contributo para o aprofundamento daquelas capacidades, o centro das vantagens competitivas das economias regionais/locais.”

A análise individual realizada a todos os projectos permitiu evidenciar que a inovação subjacente à maioria das candidaturas não pode ser vista como de natureza radical ao nível do sector/mercado. No entanto, ao nível regional, veio contribuir para a diversificação do sector empresarial e o aparecimento de novas actividades, numa zona onde estas eram escassas e por vezes inexistentes. A inovação, nestes casos, assume um carácter adaptativo e de imitação, e deve ser analisada do ponto de vista local (SANTOS, NETO e SERRANO 2012). A inovação é de facto uma das características da abordagem LEADER, no entanto, deve ser analisada no sentido lato e não apenas em termos de novidade e melhoria tecnológica. “Deve ser vista como a procura ou descoberta de novas soluções aos problemas de uma região” (ENRD 2009:35).

3. Desenvolver uma cultura empresarial

O empreendedorismo advém de uma característica inata ao indivíduo e/ou de uma formação, que adquiriu tanto no meio socio-cultural onde nasceu como dos estabelecimentos de ensino que frequentou e da experiência profissional, que lhe permitiu adquirir determinados conhecimentos e habilidades (JULIEN 2005).

A formação em recursos humanos é um factor importante no desenvolvimento regional. No entanto, é fundamental que esta aprendizagem esteja adequada às necessidades do tecido económico e produtivo do território, para alavancar aumentos de produtividade e competitividade, e conseguirem fixar quadros técnicos nessas regiões (ARROTEIA 2005). Segundo o PORA 2007-2013 (2008:42), na região “Alentejo as habilitações académicas da população [residente] são inferiores aos parâmetros médios do país, [predominando] pessoas habilitadas unicamente com o 1º ciclo do ensino básico”.

Os GAL tentaram promover uma cultura empresarial por via do apoio de actividades baseadas na formação (**FORM**) e materializadas na aquisição de conhecimentos (**KNOW**), sendo que o conceito de formação subjacente às acções do PIC LEADER não está relacionado com estudos em estabelecimentos superiores que confirmam um título académico mas sim com as formações de curta duração, seminários, certames e encontros de profissionais, ou seja, todas as diligências que visem a aquisição de conhecimentos. A variável **FORM** apenas apresenta significância no LEADER + e o seu coeficiente permite concluir que o investimento realizado nesta actividade é em termos relativos menos elevado do que noutros sectores/actividades. No entanto, os investimentos que visam a aquisição de conhecimentos (**KNOW**) são significativos ao longo das três iniciativas e ostentam um coeficiente cuja amplitude se apresenta crescente entre os vários modelos. Esta

³⁸ Exclui o comércio e canal HORECA mas inclui as actividades desenvolvidas pelos GAL, enquanto agentes responsáveis pela implementação dos PDL.

situação sugere uma possível alteração do comportamento dos promotores face à importância e valor acrescentado dos investimentos imateriais face aos materiais.

4. Criar condições de atractividade do território rural, mediante a rentabilização de estruturas existentes³⁹

A região Alentejo possui um vasto património arquitectónico, cultural e natural, de reconhecida notoriedade a nível internacional, destacando-se dois locais que foram classificados como Património Mundial da UNESCO: o centro histórico de Évora (1986) e a Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações (2012). Inclusivamente em 2009 a secção de viagens do “The New York Times” descreveu o “Alto Alentejo [como um destino] ignorado, mas não por muito tempo”, comparando-o com a Provença francesa e a Toscana italiana (GOFF 2009). Para além do património arquitectónico e os dos seus hotéis de charme, o artigo coloca ênfase sobre a qualidade e singularidade da gastronomia e os vinhos desta região.

Segundo o Plano Operacional de Turismo no Alentejo (POTA), os produtos turísticos com maiores afinidades e motivações na região Alentejo são a Gastronomia e Vinhos, *Touring Cultural e Paisagístico*, Turismo em Meio Rural e o Turismo de Natureza.

A *Gastronomia e Vinhos* aparece associada à necessidade dos turistas em descobrir e aprofundar culturas, deixando de ser considerados como simples alimentos de primeira necessidade e passando a ser parte integrante da nova cultura do bem-estar. Para satisfazer esta procura crescente, surge uma nova modalidade de oferta turística baseada em actividades de degustação de diversos produtos, aprendizagem dos processos de produção e visitas a atracções turísticas locais (THR 2006a).

O *Touring Cultural e Paisagístico* tem como motivação principal “descobrir, conhecer e explorar os atractivos de uma região”, sendo requisitos básicos para o território dispor de uma variedade de recursos naturais e culturais singulares e factores-chave a existência de condições para descobrir e desfrutar do destino (THR 2006b:9 e 18). Neste âmbito e a título de exemplo, destaca-se na região Alentejo os locais classificados como Património Mundial da UNESCO, indicados anteriormente, os parques naturais (Parque Natural de São Mamede e Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina) e os roteiros turísticos (Rota dos Sabores, Rota dos Vinhos do Alentejo e Rota dos Azeites do Alentejo).

A variável **PATRIM**, associada entre outras à recuperação e restauro de monumentos, apenas é significativa do LEADER I, em contrapartida a variável gastronomia (**GASTRO**) assume significância ao longo das três iniciativas. Esta situação pode levar a depreender que existe uma verdadeira relação de causalidade entre o investimento realizado e estas actividades nos modelos de regressão em que são significativos, contribuindo possivelmente e de forma indirecta para o objectivo pretendido: criar condições de atractividade do território.

5. Criar condições para o turismo no espaço rural

Nos últimos anos temos assistido a uma alteração significativa das tendências de consumo, motivadas pela procura turística de experiências únicas, autênticas e inesquecíveis. “Com o incentivo da União Europeia e o crescente interesse dos cidadãos pelo campo, hoje, o turismo no

³⁹ Apesar da atractividade do território assumir uma dimensão de deve ser analisada tanto do ponto de vista empresarial como turístico, será apenas esta última dimensão que será analisada neste ponto, em virtude do enfoque geral ter sido discriminado nos pontos anteriores.

espaço rural, forma a essência dum dos produtos turísticos que satisfaz as necessidades de um grupo crescente de consumidores, ao mesmo tempo que constitui um factor de desenvolvimento, de valorização do meio rural e de reequilíbrio económico-social” (LOUREIRO & GONZALÉZ 2008:39).

Em Portugal o conceito de turismo rural nasceu em 1986, com o Decreto-Lei n.º 256/86 de 27 de Agosto, definindo esta actividade como a prestação de serviço de hospedagem em casa rústicas com características próprias do meio rural em que se insere, situando em aglomerado populacional ou não longe dele e assumindo uma natureza familiar, por servirem simultaneamente de residência aos seus proprietários. Este diploma veio distinguir três modalidades: turismo de habitação, turismo rural e agro-turismo, apesar da primeira já existir desde 1979. Actualmente, e segundo o n.º 3 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 54/2002, existem sete classificações de Turismo no Espaço Rural (TER): Turismo de habitação, Turismo rural, Agro-turismo, Turismo de aldeia, Casas de campo, Hotéis rurais e Parques de campismo rurais. A noção e âmbito desta actividade também sofreu algumas alterações, ao longo das décadas, passando a ser definida, ao abrigo do art.º 1.º do diploma anterior, como “conjunto de actividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados mediante remuneração, em zonas rurais”.

Entre o período de 1986 e 2010, verificamos que em média a taxa de crescimento da procura (estimativa de dormidas) foi sempre superior à da oferta (capacidade de alojamento), tanto em Portugal como na região Alentejo. A taxa de ocupação, apresenta uma tendência crescente, apesar de algumas oscilações, conforme ilustra o quadro 37. No entanto, apesar de se ter verificado um aumento da capacidade de alojamento e número de dormidas, verifica-se na generalidade uma “insuficiente qualidade de serviços e equipamentos [e um fraco] reconhecimento internacional da marca Alentejo ” (AUGUSTO MATEUS 2005:129).

Quadro 37 – Oferta e Procura de Turismo no Espaço Rural em Portugal e no Alentejo, entre 1986 e 2010 (versão resumo)

	N.º de estabelecimentos		N.º Camas		Estimativas de dormidas (N.º)		Taxa de ocupação	
	Portugal	Alentejo	Portugal	Alentejo	Portugal	Alentejo	Portugal	Alentejo
1986	154	n.d.	1.154	n.d.	53.126	14.553	15,30%	20,00%
1988	180	31	1.403	268	56.950	15.536	14,40%	18,20%
1991	240	37	1.957	363	71.708	20.801	12,10%	18,00%
1994	429	67	3.989	631	97.313	17.599	9,80%	10,40%
2000	668	84	6.293	831	398.843	46.364	17,40%	15,30%
2007	1.023	162	11.327	2.102	664.500	190.400	17,80%	31,70%
2010	1.188	204	13.356	2.701	781.900	233.400	17,60%	29,20%

Fonte: Anexo 15.

A região Alentejo apresenta grandes potencialidades turísticas: na faixa litoral uma vasta área costeira, que potencia o desenvolvimento de actividades aquáticas, e no interior um vasto património histórico, natural e cultural, propício à expansão de actividades alternativas ao binómio sol/praias, como o *Touring Cultural e Paisagístico, Gastronomia e Vinhos* ou o turismo de natureza.

No estudo em apreço, o sector do turismo foi uma das actividades que tanto na análise estatística como no modelo de regressão se apresentou significativa ao longo das três iniciativas LEADER.

Esta actividade foi a responsável pela execução de cerca de 21 milhões de euros de investimentos, equivalente a 20% do montante total realizado nas três fases. A inexistência de informação estatística referente aos empreendimentos financiados ao abrigo deste programa, apenas nos permite supor que o LEADER contribuiu para a reabilitação, remodelação e apetrechamento de infra-estruturas vocacionadas para as actividades de alojamento e animação turística. Alias um estudo realizado pela IESE (2008:40) veio defender que este Programa permitiu sobretudo a requalificação do património rural, uma vez que, potenciou a “recuperação de casas (...) que, de outro modo, prolongariam a sua degradação física e ambiental”.

6. Melhorar a qualidade e valorizar os produtos agrícolas

O Alentejo é um território com um passado predominantemente agrícola e onde este sector ainda ocupa hoje em dia um papel relevante na economia regional (BARROCAS 2008). Inclusivamente nos últimos anos têm sido realizados numerosos investimentos essencialmente no cultivo de olivais, vinhas, hortícolas e frutícolas, com especial enfoque nas zonas junto ao EFMA, por permitir a prática de uma cultura de regadio mais produtiva que a de sequeiro. Por outro lado, as actividades pecuárias ganharam também outra dimensão e alguma especialização por via das denominações de origem: Borrego do Nordeste Alentejano (IGP), Carne de porco Alentejano (DOP) e Carne Mertolenga (DOP), entre outros. O desenvolvimento da agro-indústria surge como uma solução para canalizar a produção agrícola e criar uma fonte de rendimentos complementares para muitos agricultores.

Hoje em dia, numerosos produtos, como os vinhos, azeites, enchidos e queijos, gozam de uma reconhecida notoriedade a nível nacional e internacional, muitos dos quais também com denominações de origem protegidas (PORA 2007-2013) como, entre outros, os Azeites do Norte Alentejo (DOP), Presunto de Barrancos (DOP), Queijo de Serpa (DOP).

Na análise de regressão o coeficiente **AGRO** é significativo a 1% nos três modelos estimados apresentando-se proporcionalmente positivo face ao investimento realizado. Podemos assim deduzir que foi canalizado em termos relativos mais investimento para esta actividade do que noutras, fileira que actualmente é diagnosticada como um ponto forte da região Alentejo.

7. Melhorar o meio ambiente, preservar a natureza e os seus recursos naturais⁴⁰

Os investimentos na área do ambiente foram pouco significativos e residuais, o que impossibilitou a inclusão desta variável nos modelos de regressão. Contudo, a análise individual de cada projecto permitiu concluir que os investimentos materiais estiveram relacionados com a eficiência energética e culminaram essencialmente na aquisição de painéis solares. As despesas imateriais assumiram a forma de acções sensibilização junto da população em geral para a necessidade de preservação do meio ambiente. A maioria dos promotores (...) não reconheceu no ambiente uma área prioritária de actividade para a região; o ambiente é ainda um sector que regista intervenções ao nível da sensibilização e, portanto marginais às questões que encerra em termos de usufruto pelas gerações actuais e futuras” (MONTE 2007:65). Nas três iniciativas LEADER, os GAL não souberam incentivar o desenvolvimento e a criação de empresas relacionadas com a fileira do ambiente, como por exemplo nas áreas da reciclagem, valorização e tratamento de resíduos. Presentemente com o PRODER – Abordagem LEADER estas actividades são consideradas como áreas prioritárias nos Planos de Desenvolvimento Local.

⁴⁰ Os conteúdos deste item foram adaptados do artigo Santos, Neto e Serrano (2012), o qual foi desenvolvido em simultâneo com os trabalhos desta tese.

6. Sugestões e recomendações sobre a metodologia a adoptar na avaliação do PIC LEADER⁴¹

O acesso a informações e dados estatísticos foi ao longo da presente análise a principal dificuldade encontrada, como alias outros estudos e avaliações também evidenciaram. Para além das informações necessárias para estimar os indicadores de realização, resultado e impacto que foram definidos no PRODER 2007-2013 e presentes no quadro 38, as principais sugestões e recomendações, com vista a melhorar o processo de avaliação do PIC LEADER, advém essencialmente com o trabalho de acompanhamento das candidaturas e a necessidade da recolha de dados quantitativos e qualitativos diversificados que possibilitem posteriormente o seu tratamento e classificação.

Quadro 38 – Indicadores comunitários para quantificar as metas do PRODER – Abordagem LEADER

Tipo de indicador	Indicador
Realização (output)	<ul style="list-style-type: none">· N.º de beneficiários por género e classe etária· N.º de acções apoiadas por área de intervenção· N.º de microempresas apoiadas e criadas por estatuto e classe etária do promotor· N.º de novas acções turísticas apoiadas· N.º de acções relativas ao património rural apoiadas por tipo de património· Volume total de investimentos por área de intervenção, género, classe etária, tipo de actividade não agrícola, tipo de património
Resultado	<ul style="list-style-type: none">· Aumento do VAB não agrícola das actividades apoiadas por acção· N.º bruto de empregos criados por acção, género, classe etária e dentro/fora da exploração agrícola· N.º adicional de turistas· População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados por acção· Aumento da implantação da internet nas zonas rurais
Impacto	<ul style="list-style-type: none">· Valor acrescentado adicional (VABpb) – crescimento anual em %, por acção· N.º adicional de empregos líquidos criados por acção, género e classe etária

Fonte: MAMAOT – Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (2012). *Programa de Desenvolvimento Rural Continente 2007 – 2013*, Revisão 09, Janeiro 2012, Lisboa, p. 325 e 332.

A actual legislação em vigor em Portugal, aplicado ao Eixo 3 do PRODER – Abordagem LEADER, prevê que uma das obrigações dos beneficiários reside em “apresentarem ao GAL respectivo, dois anos após o recebimento integral dos apoios, um relatório de avaliação sobre os resultados económicos da actividade, sempre que tal esteja contratualmente previsto”.⁴² A exigência de apresentação de documento representa uma oportunidade para estudo e avaliação do verdadeiro valor acrescentado da política. Contudo, e tendo por base as obrigações dos beneficiários, definidos em sede de legislação aplicável ao Eixo 3 do PRODER, este documento deveria ser solicitado apenas nos cinco anos seguintes, a contar da data de celebração do contrato de financiamento, ou após o termo da operação, quando este ultrapassar os cinco anos.

⁴¹ Os conteúdos do presente subcapítulo foram adaptados do artigo SANTOS, NETO e SERRANO (2012), o qual foi desenvolvido em simultâneo com os trabalhos desta tese.

⁴² Alínea j) do n.º 1 do art. 11º da Portaria n.º 520/2009 de 14 de Maio e da Portaria n.º 521/2009 de 14 de Maio.

a) Recomendações para a elaboração do relatório por parte dos beneficiários:

- i. Contemplar informações contabilísticas, como a demonstração de resultados e o balanço, com principal enfoque no volume de exportação e nos pagamentos efectuados ao estado (IRS, IRC, IVA, pagamento especial por conta, tributação autónoma e outros impostos). Para corroborar a veracidade das mesmas seria aconselhável a sua certificação, nessa componente e quando aplicável, pelo Técnico Oficial de Contas. Sendo que deverá ser dada particular atenção às candidaturas do sector do turismo, vertente alojamento, mediante o fornecimento de outros indicadores como a taxa de ocupação média anual.
- ii. Indicar os postos de trabalho criados (e mantidos durante o período de obrigação contratual) e seu perfil (sexo, idade, formação e experiência). Sendo que importa referir a necessidade de avaliação da criação líquida de emprego para a economia *versus* criação líquida de postos de trabalho para a empresa. Esta situação só será passível de apreciação se conhecermos a situação do(s) novo(s) colaboradore(s) face ao emprego: desempregado⁴³, jovem à procura do 1º emprego⁴⁴ ou empregado por conta de outrem. Neste último caso, quando se verifica a “transferência” de um funcionário de uma entidade para outra, apesar de se verificar a criação líquida de emprego ao nível interno da organização, para a economia nacional este efeito é nulo. Contudo, se a criação líquida de emprego implicar a transferência de recursos qualificados de uma zona urbana, como p.e. Lisboa ou Porto, para uma zona rural de baixa densidade, regionalmente terá um impacto positivo.
- iii. Discriminação do investimento realizado por rubricas de investimento: eficiência energética, Tecnologias da Informação e Comunicação, Consultadoria, entre outros.
- iv. Citar as parcerias com entidades locais e regionais e o volume de transacções comerciais implícitos nestas. A colocação em rede e as parcerias são dois elementos da metodologia LEADER, geradoras de maior valor acrescentado comparativamente a situação de isolamento.

b) Recomendações para a avaliação dos relatórios:

- i. Apreciar a capacidade do programa em atrair novas empresas para a zona de intervenção. Contudo, o GAL deverá tentar avaliar até que ponto esta se traduz na criação líquida de novas empresas. Nalguns casos isolados, poderá acontecer que a criação de uma nova entidade se justifique por a existente não cumprir os critérios de elegibilidade do beneficiário⁴⁵ ou simplesmente na tentativa de beneficiar da majoração na atribuição da pontuação da Valia Global da Operação (VGO), aumentando assim a probabilidade de cabimentação orçamental da candidatura.
- ii. Calcular o verdadeiro *Pay Back Period* (PBP) e Valor Acrescentado Líquido (VAL) do projecto investimento, comparando o acréscimo de receitas e/ou redução de custos resultado da operação. Contudo, não devemos esquecer que os projectos promovidos por associações ou instituições sem fins lucrativos deverão admitir algumas perdas económicas para obter ganhos sociais. Nestes casos, o impacto gerado deverá ser

⁴³ “Consideram-se (...) desempregados os trabalhadores que se encontrem numa das seguintes situações: a) Inexistência anterior de prestação de actividade profissional por conta de outrem ou por conta própria; b) Cessação de actividade por conta própria, determinada por causas manifestamente não imputáveis ao trabalhador; c) Vínculo contratual a empresa enquadrada em sector de actividade declarado em reestruturação, nos termos legais; d) Vínculo contratual a empresa em processo administrativo ou judicial de recuperação, nos termos legais” (IEFP 2009:11).

⁴⁴ “Trabalhadores inscritos nos Centros de Emprego, com idade compreendida entre os 16 e os 30 anos e que nunca hajam prestado a sua actividade no quadro de uma relação de trabalho subordinado, cuja duração conjunta, seguida ou interpolada, ultrapasse os 6 meses” (IEFP 2009:12).

⁴⁵ Como p.e. o rácio de autonomia financeira pré-projecto, de acordo definido em sede de legislação aplicável ou registe dívidas à entidade estatais (segurança social e/ou finanças).

analisado atendendo a outros indicadores demográficos, sociais e culturais, relacionados com o objectivo da operação.

- iii. Avaliar o aumento/acréscimo em termos de produtividade e proveitos e o retorno para o estado por via de impostos, resultado da candidatura.
- iv. Clarificar eventuais situações do “peso morto” conforme recomendado pelo Tribunal de Contas Europeu. Contudo importa referir que o atraso no arranque do PRODER, fez com que, nos dois primeiros avisos de abertura (2009 e 2010), se considerassem elegíveis as despesas pré-apresentação de candidaturas e realizadas após de 1 de Janeiro de 2007 (data de início do programa), desde que, a respectiva operação não estivesse concluída à data de aprovação do pedido de apoio⁴⁶.

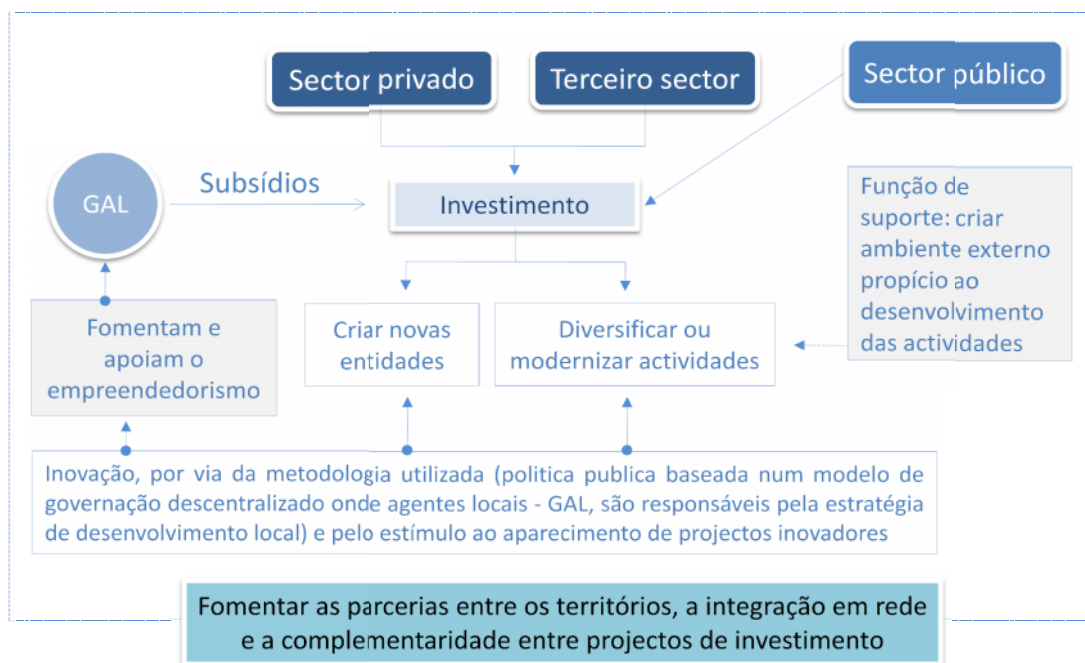
⁴⁶ Em virtude das alterações introduzidas pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto.

Conclusão

A problemática do desenvolvimento rural suscitou por parte dos poderes públicos um interesse crescente à medida que as assimetrias e desequilíbrios regionais se foram acentuando. As zonas rurais classificadas por territórios onde predomina um índice envelhecimento populacional elevado, fraca concentração demográfica, um tecido económico fragilizado, débil crescimento económico, reduzido poder de compra e rendimento *per capita* deparam-se com numerosas dificuldades de acesso a serviços especializados e de financiamento externo. O papel do estado e das políticas públicas assumem particular importância nestas áreas, com vista a mitigarem estes entraves ao desenvolvimento da região.

O Programa de Iniciativa Comunitária LEADER surge em 1991 como um instrumento da Política de Desenvolvimento Rural. Com base numa metodologia inovadora, com características opostas aos modelos clássicos, este programa estava desenhado para fomentar e apoiar o empreendedorismo, estimular a inovação e motivar a cooperação, por via do investimento, conforme ilustra a figura 11. Dirigido para tanto para o sector privado, sector público e o terceiro sector, sob a coordenação dos GAL, a iniciativa LEADER tinha uma abordagem multisectorial apoiando financeiramente pequenos projectos de investimento, localizados em zonas rurais e cujas actividades não estavam abrangidas por outros programas.

Figura 11 – O PIC LEADER instrumento de estímulo ao empreendedorismo, inovação e cooperação nas zonas rurais



Fonte: Elaboração própria a partir da apresentação da comunicação SANTOS, NETO e SERRANO (2012).

A avaliação das políticas de desenvolvimento rural e das políticas públicas no geral tem registado nas últimas décadas uma importância crescente por parte de diversas entidades e do cidadão comum. Apesar do contributo significativo da Comissão Europeia no domínio metodológico existem poucos estudos directamente vocacionados para avaliar os efeitos das políticas de

desenvolvimento rural que utilizem técnicas mais complexas como os modelos econométricos, que permitam fundamentar a evidência estatística de relações de causalidade entre um conjunto de factores potencialmente explicativos e a variável de interesse. Este tipo de análise torna-se ainda mais singular quando se pretende analisar um programa ou acção específica à escala nacional ou mesmo regional. Aliás, a análise efectuada aos relatórios de avaliação do PIC LEADER em Portugal permitiu evidenciar que estas assumiram um carácter essencialmente qualitativo, onde a metodologia de análise da informação é principalmente do tipo descritiva. Contudo, estes estudos revelam-se extremamente importantes, como ferramenta de aprendizagem pois segundo JACOB (2006:50) a avaliação de políticas públicas deve ser vista como “um processo incremental que se enriquece com as experiências passadas”. Por outro lado, não devemos negligenciar que é o resultado de um trabalho de investigação considerável, limitado por questões temporais, financeiras e documentais, que merece ser apreciado pelo seu contributo.

A análise realizada ao longo da presente dissertação surge como um complemento às avaliações e trabalhos de investigação realizados até à data, introduzindo contributos e recomendações com vista a melhorar estas apreciações. Ao longo dos vários capítulos foi efectuada uma análise quantitativa e qualitativa da execução financeira do PIC LEADER no Alentejo (NUTS II 1999), durante as três primeiras fases deste programa. Este estudo, apesar das suas limitações, permitiu apreciar relações de causalidade entre a variável de interesse, o investimento realizado por projecto ao abrigo do PIC LEADER no Alentejo, e as variáveis explicativas: comparticipação comunitária (subsídio), localização geográfica, tipologia do promotor, tipologia da actividade/objectivo do pedido de apoio e categoria do investimento, com recurso ao software STATA e um modelo exponencial estimado pelo método da quasi-máxima verossimilhança.

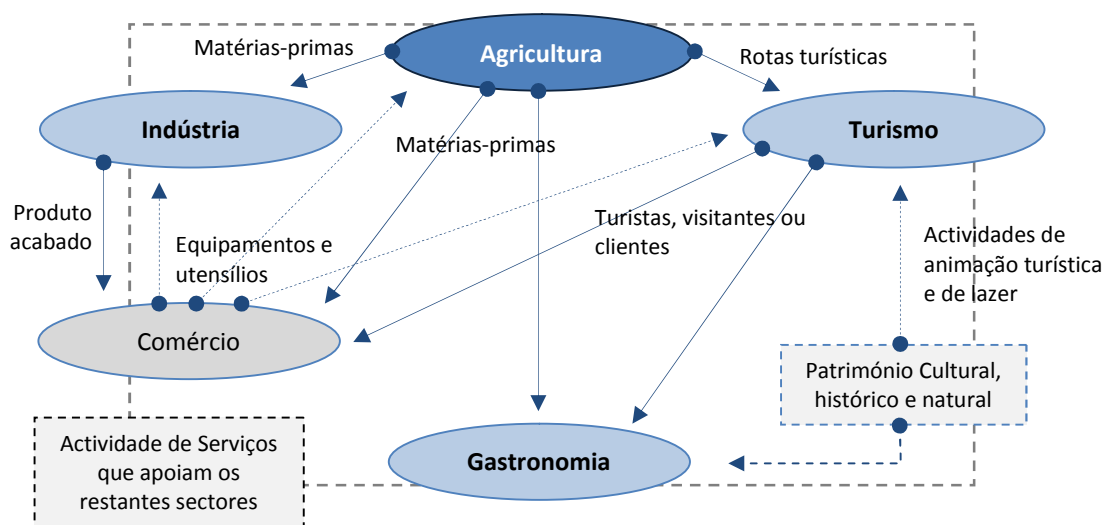
A interpretação do output do comando poisson permitiu retirar as seguintes principais conclusões:

1. O número de variáveis significativas aumenta ao longo das três iniciativas – LEADER I (11 variáveis), LEADER II (12 variáveis) e LEADER + (16 variáveis). Tendo em conta que a maioria dos regressores foram construídos com o intuito de reflectir os objectivos estabelecidos nas várias etapas do programa LEADER, esta tendência sugere que as entidades envolvidas procederam a uma redefinição mais adequada do programa com vista a maximizarem a concretização dos objectivos fixados.
2. A comparticipação CE (**LOG CE**) é significativa e ostenta um sinal positivo ao longo das três iniciativas LEADER, evidenciando que qualquer variação no pagamento CE provoca automaticamente um acréscimo do investimento realizado. Este comportamento permite deduzir que o PIC LEADER, por via do incentivo concedido, fomentou o empreendedorismo (criação de novas entidades, diversificação ou expansão de actividades), por via da realização de investimentos na região Alentejo.
3. Pese embora a iniciativa LEADER ser um programa vocacionado exclusivamente para territórios de baixa densidade populacional, nenhum dos três modelos evidenciou uma relação entre o investimento realizado e esta variável (**DENS POP**). Por outro lado, o coeficiente da variável índice de envelhecimento (**IND ENV**), significativo no LEADER I e LEADER II, permite concluir que quanto maior o valor deste indicador menor o valor do investimento realizado. Situação que evidencia que a despesa executada por projecto é tendencialmente realizada em concelhos com população menos envelhecida.
4. Apesar do investimento material (**MAT**) representar cerca de 63% do montante total realizado no LEADER + e o investimento imaterial (**KNOW**) apenas 18%, os coeficientes do modelo econométrico permitiram evidenciar que o impacto deste último, sobre a variável de interesse, é praticamente três vezes superior ao primeiro, enquanto que, no LEADER II as amplitudes destas duas variáveis eram praticamente idênticas. Esta interpretação sugere

uma alteração da finalidade do investimento realizado mais vocacionado para a aquisição de conhecimentos do que equipamentos.

5. As variáveis agro-indústria (**AGRO**), turismo (**TUR**) e gastronomia (**GASTRO**) são as únicas, na sua categoria, que se apresentam significativas nos 3 modelos. Apesar de registarem amplitudes diferentes os vários coeficientes possuem sempre um sinal positivo. Esta relação demonstra uma especialização do investimento em torno de três sectores de actividade, considerados como fileiras estratégicas para a região Alentejo. A complementaridade destes três sectores a jusante das actividades agrícolas, evidenciam a abordagem integrada e intersetorial do PIC LEADER, conforme ilustra a figura 12.
6. No LEADER II o sector privado, sector público e 3º sector concorrem simultaneamente para acréscimos do investimento realizado. Contudo, no LEADER + verifica-se uma alteração radical desta tendência, transparecendo que a variável de referência, o investimento realizado pelos GAL, passou a ser a única a influenciar positivamente as despesas realizadas. Tudo indica que os GAL, na relação de causalidade, passaram a assumir um papel mais relevante na execução do investimento e mesmo a substituírem outras entidades no domínio do empreendedorismo social.

Figura 12 - A actuação em rede intersetorial



Fonte: adaptado com base ENRD (2009b). *Les Perspectives Internationales de l'innovation et de la créativité rurales*, Revue rurale de l'UE n.º 2 – Créativité et innovation pour le développement rural, Luxembourg, pág. 62 e OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER (2001). *LEADER de uma Iniciativa a um Método – Guia Pedagógico da acção LEADER*, Capítulo 7 – Abordagem Integrada e Multisectorial, Bruxelas.

Para último, importa realçar que o presente estudo, para além de permitir a análise dos efeitos do PIC LEADER no Alentejo, entre 1991 e 2006, com recurso a modelos de regressão, possibilitou a construção de uma base de dados e a colecta de informação que poderá ser utilizada posteriormente para, por exemplo, calcular a probabilidade de sobrevivência de entidades privadas, financiadas por um programa comunitário, comparativamente à média regional.

Bibliografia

I. Livros, revistas e outras publicações

- ADER-AL (2008). *Avaliação do Programa LEADER +*, Portalegre.
- AEIDL (2004). *Évaluation à mi-parcours du programme LEADER+ en Wallonie pour la période 2001-2003 – Rapport Final*, Bruxelles.
- AEIDL (2008). *L'Europe rurale : définitions, enjeux et politiques, Panel de citoyens européen, Quels rôles pour les espaces ruraux dans les sociétés européennes ?*, Fondation pour les Générations Futures, Belgique.
- AMARAL, L. (2010). *Economia Portuguesa, as últimas décadas*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.
- ARNAUD S.; Boudeville N. (2004). *Evaluer des politiques et programmes publics*, Éditions de la Performance, France.
- ARROTEIA, J.C. (2005). “A mobilidade dos recursos humanos”, *Compêndio de Economia Regional*, 2ª Edição, APDR, Coimbra, p. 427 – 436.
- AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS (2005). *Plano Regional de Inovação do Alentejo*, CCDR – Alentejo, Portugal.
- AUTORIDADE DE GESTÃO DO PIC LEADER+ (2008). *Listagem dos projectos aprovados*, Lisboa.
- BACHTLER, J.; TAYLOR, S. (2003). *The Added Value of the Structural Funds : A regional Perspective, IQ-Net Report on the Reform of the Structural Funds*, University of Strathclyde, European Policies Research Center, United Kingdom.
- BARROCAS, C. A. S. C. (2008). *15 Anos do Programa LEADER no Alentejo: Avaliação de Impactos; Ideia Alentejo – Associação para a Inovação e Desenvolvimento Integrado do Alentejo*, Beja.
- BARROS, V. C. (2003). *Desenvolvimento Rural – Intervenção Pública, 1996 – 2002*, Terramar, Lisboa.
- BARTHELEMY, P. A.; VIDAL, C. - *Les ruralités de l'Union européenne*, in http://ec.europa.eu/agriculture/envir/report/fr/rur_fr/report_fr.htm (consulta 25 de Março de 2012).
- BAZILIO, F. J. N. e NETO, P. A. N. M. (2009). “Território e políticas públicas: o caso da avaliação económica intercalar da execução da medida agroambiental protecção integrada, aplicada ao sector vitivinícola na região Alentejo, em Portugal”, *Planejamento e políticas públicas n.º 33*, Julho/Dezembro.
- CARDOSO, H. J. A. (2011). *Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural: Descentralização e Harmonização do Território – a importância dos GAL e do seu papel para a uma Ruralidade Sustentável*, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais e Estudo Europeus, Universidade de Évora, Évora.
- CARVALHO, M.L.S., A.C. PINHEIRO, C. MARREIROS, M.C. NETO, J. SANTOS, (1997), “The new CAP policy of subsidies and the agricultural production systems of the Alentejo region of Portugal”, *Revista Portuguesa de Zootecnia*, IV (2), 61-72.
- CAVELIER, B. ET AL. (2007). *Guide de l'évaluation*, Direction Générale de la Coopération Internationale et du développement, Ministère des Affaires étrangères, Paris.
- CCRA (1986). *Programa de Desenvolvimento Regional (documento de trabalho)*, Ministério do Plano e da Administração do Território, Évora.
- CCDR – Comissão de Coordenação da Região Alentejo (1998). *Programa Operacional do Alentejo, QCA 1994-1999*, Évora.
- CCDR – Comissão de Coordenação da Região Alentejo (2011). *Observações das dinâmicas regionais – Políticas Públicas para os Territórios de Baixa Densidade*, Évora.
- CCDR – Comissão de Coordenação da Região Alentejo (2012). “Próximo Programa Regional: Valorização socioeconómica do espaço rural”, *Alentejo – Análise Regional, Desenvolvimento Rural*, Évora, p. 9-17.

- CIDEC (2004). *Estudo de avaliação Intercalar do Programa de Iniciativa Comunitária de Desenvolvimento Rural (LEADER +) – Relatório Final*, IDRHa – Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, Portugal.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1988). *O Futuro do Mundo Rural – Comunicação da Comissão*, COM (88) 501 Final, Bruxelas.
- COMISSÃO DE GESTÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS (2000). *Um olhar sobre o QCA II, Encerramento do Período de Programação 1994 – 1999*, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa.
- COMISSÃO EUROPEIA (1995). *Estudo de avaliação «ex-post» da iniciativa comunitária LEADER*, JO C 263 de 10.10.1995, p. 25–27.
- COMISSÃO EUROPEIA (2000). *No período de programação 2000-2006: documentos de trabalho metodológicos, Documento de trabalho n.º 3 – Indicadores de acompanhamento e avaliação: uma metodologia indicativa*, Política Regional e Coesão – Coordenação e avaliação das operações, Direcção-Geral XVI, Bruxelas.
- COMISSÃO EUROPEIA (2002). *Orientações para a avaliação dos Programas LEADER +*, Direcção-Geral da Agricultura, Bruxelas.
- COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES (2000). *La période de programmation 2000 – 2006: Documents de travail méthodologiques. Document de Travail n° 8 – L'évaluation à mi-parcours des interventions des Fonds Structurés*, Bruxelles.
- COMMISSION EUROPÉENNE (1999). *Évaluer les programmes socio-économiques*, Fonds structurels communautaires, Collections MEANS, Vol. 1 a 6, Luxembourg.
- COMMISSION EUROPÉENNE (2002a). *Valeur Ajoutée Communautaire dans le cadre des Politiques Structurelles – Définition et critères d'évaluation* (Document de travail), Direction Générale, Politique Régionale, Bruxelles.
- COMMISSION EUROPÉENNE (2002b). *Gouvernement Wallon, Rapport Final - Initiative Communautaire Leader II*, Zones Objectif 5b et Est Liégeois, Arrondissements de Marche, Bastogne, Neufchâteau, Dinant (Sud-Est) et Philippeville (sud-Est) et Est Liegeois, Bruxelles.
- COMMISSION EUROPEENNE (2006). *L'approche Leader – Guide de base*, Office des publications officielles des Communautés européennes, Luxembourg.
- DELGADO, A. P. (2005). "Serviços e desenvolvimento regional", *Compêndio de Economia Regional*, 2ª Edição, APDR, Coimbra, p. 393 – 425.
- DEMARTY, M. J. L. (2006). "L'innovation dans le cadre de Leader+", *Leader + Magazine n.º 5 – Dossier Spécial : L'innovation dans le cadre de Leader+*, Luxembourg, p.3.
- DGDR - Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural (2001). *Um Olhar do LEADER sobre o Mundo Rural – A Experiência LEADER II*, MADRP, Lisboa.
- DGDR - Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural (2005). *Portugal e a União Europeia – Indicadores Socio-Económicos*, Cadernos DGDR n.º2, Núcleo de Políticas Regionais, Lisboa.
- DGT – Direcção Geral do Turismo (2000). *O Turismo no Espaço Rural 1984 a 1999*, Direcção de Serviços Estratégia e Coordenação Turística, Divisão de Recolha de Informação Estatística, Lisboa.
- DGT – Direcção Geral do Turismo (2005). *O Turismo no Espaço Rural 2004*, Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos, Divisão de Recolha e Análise Estatística, Lisboa.
- DGT – Direcção Geral do Turismo (2006). *O Turismo no Espaço Rural 2005*, Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos, Divisão de Recolha e Análise Estatística, Lisboa.
- DGT – Direcção Geral do Turismo (2007). *O Turismo no Espaço Rural 2006*, Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos, Divisão de Recolha e Análise Estatística, Lisboa.
- DIAS, A. M; LOPES, E. (2004). *Impacto do PIDDAC executado em 1994-2002. Abordagem nas ópticas da oferta e da procura*, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, Lisboa.
- DIAS, A. M; LOPES, E. (2005). *Impacto Macroeconómico do QCA III Avaliação Intercalar (Actualização)*, Departamento de Prospectiva e Planeamento, Lisboa.

- DIAS, A. M ; LOPES, E. (2010). *O Modelo MODEM 6C e o Impacto Macroeconómico de Políticas Públicas – Avaliação por Tipos de Despesas*, Documento de Trabalho nº 2/2010, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, Lisboa.
- DINIZ, F.; GERRY, C. (2005). “A problemática do desenvolvimento rural”, *Compêndio de Economia Regional*, 2ª Edição, APDR, Coimbra, p. 529 – 561.
- DINIZ, F.; NOGUEIRA, F. (2002). *Promotores Públicos e Privados no LEADER II: O Caso das NUTS Douro e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores*, Gestão e Desenvolvimento n.º 11 (2002), pp 255-278.
- DORNBUSCH, R.; FISCHER, S. e STARTZ, R. (1998). *Macroeconomia*, McGraw Hill, Portugal.
- EDSIME (2009). *Relatório de Avaliação Final, PIC LEADER +*, Messejana.
- ENRD (2009a). “Généraliser l’approche Leader”, *Revue Rurale de l’UE* n.º 1, Octobre, Luxembourg, p. 34 – 39
- ENRD (2009b). “Les perspectives internationales de l’innovation et de la créativité rurales”, *Revue Rurale de l’UE* n.º 2, Décembre, Luxembourg, p. 60 – 63.
- ENRD (2011). “Agriculture européenne et biens publics”, *Revue Rurale de l’UE* n.º 7, Luxembourg, p. 6 – 13.
- ERNEST & YOUNG (2008). *La culture du résultat au cœur d’une nouvelle gouvernance publique?*, Baromètre 2008 de l’évaluation des politiques publiques en Europe, France.
- EUROPEAN COMMISSION (1999). *Ex-Post Evaluation of the LEADER I Community Initiative 1989-1993 – General Report*, co-ordinated by CEMAC and its partners, Brussels.
- EUROPEAN COMMISSION (2008). *Evalsed, the resource for the Evaluation of Socio-Economic Development - Guide*, Directorate-General for Regional Policy, Luxembourg.
- EUROPEAN COMMISSION (2009). “Making public support for innovation in the EU more effective”, *PRO INNO Europe*, Paper n.º 13, Luxembourg.
- FERRÃO, J.; MOURATO, J. (2010). A avaliação de políticas públicas como factor de aprendizagem, inovação institucional e cidadania – O caso da política de ordenamento do território em Portugal, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Volume 12, n.º 1, Brasil, Maio (pp 9 – 28).
- GERTLER, P. J. & al. (2011). *Impact Evaluation in Practice*, The World Bank, Washington, D.C.
- GOFF, Robert (2009). “Alto Alentejo, Unsung but Not for Long”, *The New York Times*, 4 Novembro 2009, disponível <http://travel.nytimes.com/2009/11/08/travel/08next.html?pagewanted=all>
- GOVERNEMENT WALLON (2001). *Document de Programmation: Initiative Communautaire LEADER + en Wallonie (2000 – 2006)*, Royaume de Belgique.
- GUERREIRO, G. D. L. S. (2009). “Diferenças regionais de rendimento em Portugal: Uma análise de convergência”, Dissertação de doutoramento em Economia, Universidade de Évora, Évora
- HAMILTON, L. C. (2009). *Statistics with STATA*, Brooks/Cole Cengage Learning, USA.
- HENRIQUES, P.D.; LUCAS, M.R.; CARVALHO, M.L.S. (2004). “O carácter multifuncional da agricultura e a sua valorização económica”. *Cadernos de Economia*, nº 68, Julho/Setembro
- HERVIEU B. (1994). *Les champs du Futur*, Editeur Bourin, Paris.
- HOUÉE, P. (1996). *Les politiques de développement rural - Des années de croissance au temps d’incertitude*, 2ème édition, Quae, INRA e Editions Économica, Paris.
- IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2008). *Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, versão resumida*, Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Portugal.
- IFEP – Instituto do Emprego e Formação Profissional (2009). *Manual de Procedimentos do Programa de Estímulo à Oferta de Emprego*, Portugal.
- INE (1973). *11º Recenseamento da população, Continente e Ilhas – 1970*, 1º volume, serviços centrais, Lisboa.
- INE (1984). *12º Recenseamento da população e habitação, total do país – 1981, resultados definitivos*, Lisboa.
- INE (1993). *Anuário Estatístico da Região Alentejo 1992*, Direcção Regional do Alentejo, Évora.
- INE (1994). *Anuário Estatístico da Região Alentejo 1993*, Direcção Regional do Alentejo, Évora.

- INE (1994). Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo 1993, Lisboa
- INE (1996). Censos 1991, Resultados definitivos, Portugal, 2ª edição, Lisboa.
- INE (1997). Anuário Estatístico da Região Alentejo 1996, Direcção Regional do Alentejo, Évora.
- INE (1997). Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo 1996, Lisboa.
- INE (2001). Estatísticas do Turismo 2000, Lisboa.
- INE (2002). *Censos 2001, Resultados definitivos: XIV recenseamento geral da população, IV recenseamento geral da habitação*, Lisboa (obra completa).
- INE (2003). Estatísticas do Turismo 2002, Lisboa.
- INE (2004). *Anuário Estatístico da Região Alentejo 2003*, Lisboa.
- INE (2004b). Estatísticas do Turismo 2003, Lisboa.
- INE (2008). Estatísticas do Turismo 2007, Lisboa.
- INE (2010). *Anuário Estatístico da Região Alentejo 2009*, Lisboa.
- IST – Instituto superior técnico (2007). *Avaliação Ex-Ante do Programa de Desenvolvimento Rural 2007 – 2013 do Continente, Relatório Final*, Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa, 27 de Junho 2007.
- IST, IESE & IPB (2010). *Avaliação Contínua do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013 (ProDer) – Relatório Final da Avaliação Intercalar*, IN+, Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento – Área Científica de Ambiente e Energia, DEM – Instituto Superior Técnico, Lisboa.
- JACOB, S. (2006). *Institutionnaliser l'évaluation des politiques publiques: étude comparée des dispositifs en Belgique, en France, en Suisse et aux Pays-Bas*, 2ème tirage, P.I.E. – Peter Lang, Bruxelles.
- JAYET, H. (1996). "Peut-on caractériser les zones rurales par l'abondance d'espace?", *Revue d'Economie Régionale et Urbaine n.º 2 – Espaces Ruraux*, ADICUEER, France , p. 201-210
- JEAN, B. (2000). "Une Nouvelle Gouvernance territoriale pour accompagner la restructuration rurale", *Gouvernance et territoires ruraux, Éléments d'un débat sur la responsabilité du développement*, élaboré sous la direction de Mario Carrier et Serge Côté, Presse de l'Université du Québec, Québec.
- JULIEN, P. A. (2005). *Entrepreneuriat Régional et économie de la connaissance : Une métaphore des romans policiers*, Presses de l'Université du Québec, Canada .
- KHANDKER, S. R.; KOOLWAL, G. B.; SAMAD, H. A. (2010). *Handbook on Impact Evaluation – Quantitative Methods and Practices*, The World Bank, Washington D.C.
- LAURENT, C. (2000). "L'Exploitation Agricole au cœur du développement local français et européen", *Revue d'Economie Régionale et Urbaine n.º 3 – Activités agricoles et agro-alimentaires et développement local*, ADICUEER, France , p. 427-442.
- LEADER EUROPEAN OBSERVATORY (1997). *Inovação e desenvolvimento Rural*, Série "Os Cadernos do Observatório" N.º 2, Bruxelas.
- LEADER EUROPEAN OBSERVATORY (1999). *Inovação em meio rural – Caderno nº 3, "Avaliar o valor acrescentado da abordagem LEADER"*, Junho, Bruxelas.
- LONGATTE, J.; VANHOVE, P. e VIPREY, C. (2002). *Économie Générale*, 3^{ème} édition, Dunod, Paris
- LOPES, A. S. (2006). "Globalização e desenvolvimento regional", *Território e Desenvolvimento Económico*, Instituto Piaget, Lisboa, p. 61-72.
- LOUREIRO, S. M. C. & GONZALÉZ, F. J. M. (2008). "Qualidade percebida do serviço em alojamentos no espaço rural em Portugal", *Contabilidade e Gestão n.º 5*, Junho, Lisboa, p. 37 – 72.
- LUCAS, M.R.V., C.A.F. MARQUES, M.B. MARTINS, R. FRAGOSO (2011), "Portuguese agriculture and its role in multifunctional rural development", *Abstract - Applied Studies in Agribusiness and Commerce*, 5(1-2), 39-46.
- MADRP - Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (1995). *Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II - Relatório de Execução Anual 94/95*, Comissão Nacional de Gestão, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, Lisboa.

- MADRP - Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (1996). *Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II - Relatório de Execução Anual 1996*, Volume VII, Comissão Nacional de Gestão, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, Lisboa.
- MADRP - Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (1997). *Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II - Relatório de Execução Anual 1997*, Volume VII, Comissão Nacional de Gestão, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, Lisboa.
- MADRP - Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (1998). *Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II - Relatório de Execução Anual 1998*, Volume VII, Comissão Nacional de Gestão, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, Lisboa.
- MADRP - Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (1999). *Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II - Relatório de Execução Anual 1999*, Volume VII, Comissão Nacional de Gestão, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, Lisboa.
- MADRP - Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2001). *Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II, Relatório de Execução Final*, Comissão Nacional de Gestão, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, Lisboa.
- MADRP – Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2007). *Programa de Desenvolvimento Rural – PRODER, Continente 2007 – 2013*, Lisboa.
- MADRP - Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2009). *Programa de Iniciativa Comunitária LEADER +, Relatório Final de Execução 2008 e 2009*, Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.
- MADRP - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2007). *Avaliação Ex-Ante do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente – Relatório Final*, Trabalho realizado pelo Instituto Superior Técnico no âmbito de um contrato com o MADRP, Lisboa.
- MAIRATE, A. (2007). “La Commission Européenne, acteur du développement de l'évaluation au niveau régional”, *L'Évaluation des politiques au Niveau régional*, sous la direction de Steve Jacob, Frédéric Varone et Jean-Louis Genard, P.I.E. – Peter Lang, Bruxelles.
- MAMAOT – Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (2012). *Programa de Desenvolvimento Rural Continente 2007 – 2013*, Revisão 09, Janeiro 2012, Lisboa.
- MANDL, U.; DIERX, A.; ILZKOVITZ, F. (2008). “The Effectiveness and Efficiency of Public Spending”, European Commission, European Economy. Economic Paper 301: February.
- MARQUES, A. (2010). "Da construção do espaço à construção do território", *Fluxos & Riscos, v.1 nº 1 (2010)*, pp.75-88.
- MARTINS, N. et al (2008). *PROVERE. Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos - Das ideias à acção: Visão e Parcerias*, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, Lisboa.
- MCDAVID, J. C. & HAWTHORN, L. R. L. (2006). *Program Evaluation and Performance Measurement: An Introduction to Practice*, Sage Publications, Inc., USA.
- METIS GMBH (2010). *Ex-post evaluation of LEADER +*, trabalho subcontratado a AEIDL & CEU, Austria.
- MILLOT, G. (2010). *L'évaluation des politiques publiques, aide au pilotage de l'action ministérielle*, Analyse n.º 19 – Mai 2010, Centre d'Études e de Prospective, Ministère de l'Alimentation, de l'Agriculture et de la Pêche, France.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (1994), *Programa de Iniciativa Comunitária LEADER – Estrutura Nacional*, Portugal.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (1995a), *Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, Listagem de projectos Financiados, Volume C e Volume C1*, Comissão Nacional de Gestão, Instituto de Estruturas Agrárias e de Desenvolvimento Rural, Lisboa.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (1995b). *20 Valores do Mundo Rural*, Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, Lisboa.

- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (1995c). *Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, Relatório Final, Volume III*, Comissão Nacional de Gestão, Instituto de Estruturas Agrárias e de Desenvolvimento Rural, Lisboa.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (1995d). *Programa de Iniciativa Comunitária LEADER - III Relatório Nacional de Execução, Volume I e II*, Comissão de Gestão, Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, Lisboa.
- MONTE – Desenvolvimento Alentejo Central, ACE (2007). *Avaliação dos Resultados do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER +*, no Alentejo Central, Arraiolos.
- MONTE (2009). *Programa Iniciativa Comunitária LEADER +, Relatório Final de Execução 2001-2008*, Arraiolos.
- MORENO, L. (2002). “Desenvolvimento Local em Meio Rural Caminhos e Caminhantes” Dissertação de doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- MORENO, L. (2003). “O LEADER em Portugal Continental: contexto e elementos de uma análise geográfica de conteúdos”, Actas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada, , Bragança 23 e 24 de Outubro de 2003.
- MORENO, L. e MORENO, M. R. (1999). “Orientações recentes de uma geografia social: o desenvolvimento local em questão”, III Congresso de Geografia Portuguesa, Porto, Setembro de 1997, Edições Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa, p. 141-152.
- NATÁRIO, M. and NETO, Paulo (2009) “The New Rural Paradigm and the Public Policies in France: Rural Excellence Poles”, in *Agricultural Economics and Rural Development Journal*, vol. 6, Issue 1, pp.125-144.
- NETO, P. & NATÁRIO, M. (2009). "O Novo Paradigma de Desenvolvimento Rural: Os Pólos de Excelência Rural", CEFAGE – UE Working Paper Series 2009/03, Évora.
- NEVES, A. O. (2000). *Programa de Iniciativa Comunitária LEADER +, Programa Nacional – Portugal, Avaliação Ex-ante*, Lisboa.
- NEVES, J. L. C. (1997). *Introdução à Economia*, 4ª Edição, Editorial Verbo, Lisboa – São Paulo
- NUNES, A. (2007). *Abandono do Espaço Agrícola na Beira Transmontana – Extensão, Causas e Efeitos Ambientais*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Doutoramento em Letras, área de Geografia, Coimbra.
- OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER (2001). *LEADER de uma Iniciativa a um Método – Guia Pedagógico da acção LEADER, Capítulo 7 – Abordagem Integrada e Multisectorial*, Bruxelas.
- OCDE (1988) *Formulation de la Politique Rurale – Nouvelles Tendances*, OECD Service des Publications, Paris.
- OCDE (2006a). *Réinventer la politique rurale*, Paris.
- OCDE (2006b) *The New Rural Paradigm. Policies and Governance*, OECD Rural Policy Reviews, OECD Publishing, Paris.
- OCDE (2009). *Méthodes de suivi et d'évaluation des incidences des politiques agricoles sur le développement rural*, Paris.
- OCDE (2010). *Politiques agricoles et développement rural - une synthèse des travaux récents de l'OCDE*, Paris.
- ÖIR – Managementdienste GmbH (2003). *Ex-post Evaluation of the Community Initiative LEADER II, Final Report - Volume 1: Main Report*, trabalho encomendado pela European Commission, DG Agriculture, Unit A.4, Austria.
- ÖIR – Managementdienste GmbH (2004). *Métodos e Resultados da Integração das Inovações e Abordagem LEADER nos Programas de Desenvolvimento Rural - Relatório Final, Resumo da Execução*, Encomendado pela Comissão Europeia, DG «Agricultura», Unidade G4, Austria.
- PARLAMENTO EUROPEU (2006). *Documento de trabalho sobre o Relatório especial n.º 10/2006 do Tribunal de Contas Europeu sobre as avaliações ex post dos programas relativos aos Objectivos nºs 1 e 3 para o período de 1994-1999 (Fundos Estruturais)*, Comissão do Controlo Orçamental, Bruxelas.

- PARLAMENTO EUROPEU (2010). *Documento de trabalho sobre o Relatório Especial n.º 5/2010 relativo à aplicação da abordagem Leader ao desenvolvimento rural*, Comissão do Controlo Orçamental, Bruxelas.
- PARLEMENT EUROPEEN (1993). *L'Efficacité de la Politique Régionale dans l'Union Européenne : Évaluation des effets directs et indirects des fonds structurels* (Document de Travail), Série Politique Régionale W – 7, Direction Générale des Études, Luxembourg.
- PEFFER, M. (2003). *Economie de Marché* (1^{ère} partie), ISC Saint Louis, Bruxelles.
- PINDER, C. et al.(2005). *Guidelines for Assessing the impact of Enabling environment programmes: an integrated impact assessment approach*, a Study Conducted for DFID by WISE Development Ltd, United Kingdom.
- PINHEIRO, A. C. A; GALEGO, M. A. (1999). *Econometria*, 2ª Edição, Manuais da Universidade de Évora, Área Departamental de Ciências Económicas e Empresariais, Évora.
- PORA - *Programa Operacional Regional do Alentejo 2007 – 2013* (2008), Observatório do QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional, Lisboa.
- PORTO, M. (2005). “A política regional da União Europeia”, *Compêndio de Economia Regional*, 2ª Edição, APDR, Coimbra, p. 615 – 638.
- RAMALHO, E. (2002). “Regression models for choice-based samples with misclassification in the response variable”, *Journal of Econometrics* n.º 106, p. 171-201.
- RAMALHO, J. J. S. (1996). *Modelos de Regressão para dados de contagem*, Mestrado em Matemática aplicada à economia e à gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão.
- RAMBOLL MANAGEMENT & DELOITTE (2008). *Évaluation ex-post de la mise en œuvre du Programme Wallon de Développement Rural (2000-2006), Rapport final*, Direction Générale de l'Agriculture, Région Wallonne, Belgique.
- RIBEIRO, J. J. & PROENÇA, M. (2007). *Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007 – 2013, Avaliação Ex-Ante*, Departamento de Prospectiva e Planeamento, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Núcleo de Informação e Comunicação, Lisboa.
- ROSADO, M. B. (1997). *Desenvolvimento Regional - Contribuição para o seu Estudo e Planeamento*, Comissão de Coordenação da Região Alentejo, Évora.
- SANDERS, J. R. (1994). *The Program Evaluation Standards: How to Assess Evaluations of Educational*, 2nd Edition, The Joint Committee on Standards for Educational Evaluation, USA
- SANTOS, A.; NETO, P.; SERRANO; M. (2012). “*Public Policies Supporting Local Based Networks for Entrepreneurship and Innovation – Contributions to the Effectiveness and Added Value Assessment*”, 15th Uddevalla Symposium 2012, June 14-16, University of Algarve, Faculty of Economics, Faro, Portugal.
- SARKAR, S. (2010). *Empreendedorismo e Inovação*, 2ª Edição, Escolar Editora, Lisboa.
- SHADISH, W. R; COOK, T. D. & LEVITON, L. (1991). *Foundations of Program Evaluation: Theories of Practice*, SAGE Publications Ltd., USA.
- SILVA, J. M. C. Santos & TENREYRO, Silvana (2006). *The Review of Economics and Statistics November 2006*, 88(4), The Log of Gravity, pp. 641-658.
- SIMARD, M. (1998). “Les théories de développement régional et la contribution des ressources dans le démarrage des petites localités en voie de dépeuplement : les cas du Bas Saint-Laurent”, *Revue Canadienne des sciences régionales*, Vol. 21 n.º 1, Spring/Printemps, Canada.
- SERRANO, Maria Manuel and NETO, Paulo (2011) “The Innovation Public Policies and the Firms’ adoption of Innovative Processes - A New Methodological Approach for Evaluation”, *CEFAGE-UE Working Paper Series 2011/17*.
- SERRANO, Maria Manuel and NETO, Paulo (2012) “The Innovation Public Policies and the Firms’ adoption of Innovative Processes. Some Notes about the Portuguese Case”, *Sociology Study*, vol 2, nº 2, February, pp.83-106.
- TCE - TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU (2010). *Relatório Especial n.º 5/2010 - Aplicação da abordagem Leader ao desenvolvimento rural*, Luxemburgo.

- TERRAS DENTRO (2009). Relatório Final de Execução. Programa Iniciativa Comunitária LEADER +, Alcaçovas.
- THIRION, S.; CAVACO, C. (2003). *O Desenvolvimento Local em Meio Rural face ao Desafio da Sustentabilidade. Os ensinamentos de 10 anos de Iniciativa Comunitária LEADER em Portugal através de 16 cadernos temáticos*, Produzidos no quadro das actividades da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II, Portugal.
- THR – Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A (2006a). *10 Produtos Estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Gastronomia e Vinhos*, Turismo de Portugal, Lisboa.
- THR – Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A (2006b). *10 Produtos Estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Touring Cultural e paisagístico*, Turismo de Portugal, Lisboa.
- THR – Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A (2006c). *10 Produtos Estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Turismo de Natureza*, Turismo de Portugal, Lisboa.
- TP – Turismo de Portugal (2012). Anuário das Estatísticas do Turismo 2010, Outros Meios de Alojamento Turístico: Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural 2002 – 2010. Informação disponibilizada pela Divisão de Recolha e Análise Estatística.
- Trevisan, A. P. e Bellen, H. M. V. (2008). “Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção”, *Revista de Administração Pública - RAP* n.º 42 (3), Maio/Junho, Rio de Janeiro, p. 529-550.
- TROSA, Sylvie (2003). *L'évaluation des Politiques Publiques – Les Notes de Benchmarking Internacional*, Institut de l'entreprise, France.
- TURISMO DO ALENTEJO (2009). *Plano Operacional de Turismo do Alentejo, Relatório Final*, Beja
- UNION EUROPEENNE (2010). "Évaluation: quelles méthodes employer?", *Panorama, Inforegio* n.º 33 - *Évaluer la politique régionale: analyse et résultats*, Printemps 2010, UE, p. 18-19.
- UNITED NATIONS (1987). “Our Common Future”, Report of the World Commission on Environment and Development, Oslo.
- UNIVERSIDADE DE ÉVORA (2007). *Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013, Avaliação Ex-Ante, Relatório Final*, Évora.
- VEDUNG, E. (2009). *Public Policy and Program Evaluation*, 4th Edition, Transactions Publishers, New Jersey.
- VERBEEK, M. (2008). *A Guide to Modern Econometrics*, 3rd Edition, John Wiley & Sons, Ltd, England.
- VOLLET, D. e Hadjab F. (2008). *Manuel de l'évaluation des politiques publiques*, Editions Quae, France.
- WINKELMANN, R. (2008). *Econometric Analysis of Count Data*, 5th Edition, Springer, Switzerland
- WHOLEY, J. S.; HATRY, H. P. & NEWCOMER, K. E. (2010). *Handbook of Practical Program Evaluation*, 3th Edition, John Wiley & Sons, San Francisco.

II. Legislação

- Regulamento (CEE) n.º 2052/88 do Conselho de 24 de Junho de 1988, Jornal Oficial das Comunidades Europeias de 15.7.1988, p. 9 – 20.
- Resolução sobre o futuro do mundo rural, JO n.º C 158 de 26.06.1989, p. 373-377.
- Parecer sobre o futuro do mundo rural (89/C 298/10), JO n.º C 298 de 27.11.1989, p. 32-40.
- Parecer sobre o projecto de comunicação da Comissão aos Estados-Membros (91/C 31/14) que estabelece as orientações para as subvenções globais integradas para as quais os Estados-Membros são convidados a apresentar propostas no âmbito de uma iniciativa comunitária relativa ao desenvolvimento rural «LEADER» (Ligação entre acções de desenvolvimento da economia rural), JO n.º C 31 de 06.02.1991, p. 42-43.
- Comunicação aos Estados-Membros (91/C 73/14) que estabelece as orientações para as subvenções globais integradas para as quais os Estados-membros são convidados a apresentar

propostas no âmbito de uma iniciativa comunitária relativa ao desenvolvimento rural, JO n.º C 73 de 19.03.1991, p. 33-37.

Regulamento (CEE) n.º 2081/93 do Conselho de 20 de Julho de 1993, Jornal Oficial das Comunidades Europeias de 31.07.93, p. 5 – 19.

Comunicação aos Estados-membros (94/C 180/12), que fixa as orientações sobre subvenções globais ou programas operacionais integrados em relação aos quais Estados-membros são convidados a apresentar pedidos de contribuição no âmbito de uma iniciativa comunitária respeitante ao desenvolvimento rural (LEADER II) JO n.º C 180/48, p. 48-59.

Comunicação da Comissão aos Estados-membros (2000/C 139/05) de 14 de Abril de 2000, que estabelece as orientações relativas à iniciativa comunitária de desenvolvimento rural (Leader+), JO n.º C 139, de 18.05.2000, p. 5 – 13.

Resposta dada por Franz Fischler em nome da Comissão, à pergunta escrita apresentada por Johanna Boogerd-Quaak (ELDR) sobre o Apoio ao desenvolvimento rural, JO n.º C 33 E de 06.02.2004, p. 229.

Decreto-Lei n.º 256/86 de 27 de Agosto, Diário da República, I série N.º 196 de 27 de Agosto de 1986, p. 2220 – 2222.

Decreto-Lei 46/89 de 15 de Fevereiro, Diário da República, 1ª série N.º 38 de 15 de Fevereiro de 1989, p. 590 - 594.

Decreto-lei n.º 317/99 de 11 de Agosto, Diário da República, I Série A, N.º 186 de 11 de Agosto de 1999, p. 5238 – 5239.

Decreto-lei n.º 244/2002 de 5 de Novembro, Diário da República, I Série A, N.º 255 de 5 de Novembro de 2002, p. 7101 – 7103.

Decreto-Lei n.º 54/2002 de 11 de Março, Diário da República, I série A N.º 59 de 11 de Março de 2002, p. 2068 – 2083.

Portaria n.º 520/2009 de 14 de Maio, Diário da República, 1.ª série N.º 93 de 14 de Maio de 2009, p. 2978 – 2987.

Portaria n.º 521/2009 de 14 de Maio, Diário da República, 1ª série N.º 93 de 14 de Maio de 2009, p. 2987 – 2994.

Portaria n.º 905/2009 de 14 de Agosto, Diário da República, 1ª série N.º 157 de 14 de Agosto de 2009, p. 5309 – 5311.

Portaria n.º 906/2009 de 14 de Agosto, Diário da República, 1ª série N.º 157 de 14 de Agosto de 2009, p. 5311 – 5312.

Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto, Diário da República, 1ª série N.º 167 de 27 de Agosto de 2010, p. 3711 – 3759.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 03 - 3.1.1. – 2012 (ADER-AL), aprovado pelo Gestor do PRODER em 18.04.2012.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 03 - 3.1.2. – 2012 (ADER-AL), aprovado pelo Gestor do PRODER em 18.04.2012.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 03 – 3.1.3. – 2012 (ADER-AL), aprovado pelo Gestor do PRODER em 18.04.2012.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 03 – 3.2.1. – 2012 (ADER-AL), aprovado pelo Gestor do PRODER em 18.04.2012.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 03 – 3.2.2. – 2012 (ADER-AL), aprovado pelo Gestor do PRODER em 18.04.2012.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 1 / Acção 3.1.1. /2011 (ADL), aprovado pelo Gestor do PRODER em 23.03.2011.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 1 / Acção 3.1.2. /2011 (ADL), aprovado pelo Gestor do PRODER em 23.03.2011.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 1 / Acção 3.1.3. /2011 (ADL), aprovado pelo Gestor do PRODER em 23.03.2011.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 1 / Acção 3.2.1. /2011 (ADL), aprovado pelo Gestor do PRODER em 23.03.2011.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 1 / Acção 3.2.2. /2011 (ADL), aprovado pelo Gestor do PRODER em 23.03.2011.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 1 / Acção 3.1.1. /2011 (ALENTEJO XXI), aprovado pelo Gestor do PRODER em 19.08.2011.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 1 / Acção 3.1.2. /2011 (ALENTEJO XXI), aprovado pelo Gestor do PRODER em 19.08.2011.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 1 / Acção 3.1.3. /2011 (ALENTEJO XXI), aprovado pelo Gestor do PRODER em 19.08.2011.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 1 / Acção 3.2.1. /2011 (ALENTEJO XXI), aprovado pelo Gestor do PRODER em 19.08.2011.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 1 / Acção 3.2.2. /2011 (ALENTEJO XXI), aprovado pelo Gestor do PRODER em 19.08.2011.

Anúncio de período de apresentação de pedidos de apoio em contínuo n.º 1 / Acção 3.1.1. / 2012 (ESDIME), aprovado pelo Gestor do PRODER em 03.08.2012.

Anúncio de período de apresentação de pedidos de apoio em contínuo n.º 1 / Acção 3.1.2. / 2012 (ESDIME), aprovado pelo Gestor do PRODER em 17.02.2012.

Anúncio de período de apresentação de pedidos de apoio em contínuo n.º 1 / Acção 3.1.3. / 2012 (ESDIME), aprovado pelo Gestor do PRODER em 03.08.2012.

Anúncio de período de apresentação de pedidos de apoio em contínuo n.º 1 / Acção 3.2.1. / 2012 (ESDIME), aprovado pelo Gestor do PRODER em 03.08.2012.

Aviso para a apresentação de pedidos de apoio n.º 1 / 322 / 2009 (ESDIME), aprovado pelo Gestor do PRODER em 22.10.2009.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 3 / Acção 3.1.1. / 2012 (LEADERSOR), aprovado pelo Gestor do PRODER em 27.02.2012.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 3 / Acção 3.1.2. / 2012 (LEADERSOR), aprovado pelo Gestor do PRODER em 27.02.2012.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 3 / Acção 3.1.3. / 2012 (LEADERSOR), aprovado pelo Gestor do PRODER em 27.02.2012.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 3 / Acção 3.2.1. / 2012 (LEADERSOR), aprovado pelo Gestor do PRODER em 27.02.2012.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 3 / Acção 3.2.2. / 2012 (LEADERSOR), aprovado pelo Gestor do PRODER em 27.02.2012.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 1011 (MONTE), aprovado pelo Gestor do PRODER em 20.12.2011.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 2011 (MONTE), aprovado pelo Gestor do PRODER em 20.12.2011.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 3011 (MONTE), aprovado pelo Gestor do PRODER em 20.12.2011.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 4011 (MONTE), aprovado pelo Gestor do PRODER em 20.12.2011.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 5011 (MONTE), aprovado pelo Gestor do PRODER em 20.12.2011.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 1/3.1.1./2012 (ROTA DO GUADIANO), aprovado pelo Gestor do PRODER em 23.07.2012.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 1/3.1.2./2012 (ROTA DO GUADIANO), aprovado pelo Gestor do PRODER em 23.07.2012.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 1/3.1.3./2012 (ROTA DO GUADIANO), aprovado pelo Gestor do PRODER em 23.07.2012.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 1/321/2011 (ROTA DO GUADIANO), aprovado pelo Gestor do PRODER em 14.06.2011.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 1/322./2011 (ROTA DO GUADIANO), aprovado pelo Gestor do PRODER em 14.06.2011.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 1/3.1.1./2009 (TERRAS DENTRO), aprovado pelo Gestor do PRODER em 09.09.2009.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 1/3.1.2./2009 (TERRAS DENTRO), aprovado pelo Gestor do PRODER em 03.09.2009.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 1/3.1.3./2009 (TERRAS DENTRO), aprovado pelo Gestor do PRODER em 03.09.2009.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 1/3.2.1./2009 (TERRAS DENTRO), aprovado pelo Gestor do PRODER em 03.09.2009.

Aviso para apresentação de pedidos de apoio n.º 1/3.2.2./2009 (TERRAS DENTRO), aprovado pelo Gestor do PRODER em 03.09.2009.

III. Webgrafia

<http://ader-al.pt>

<http://dre.pt>

<http://enrd.ec.europa.eu>

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

<http://eur-lex.europa.eu>

<http://ec.europa.eu>

<http://publications.europa.eu>

<http://www.adl.litoralalentejano.pt>

<http://www.aeidl.eu>

<http://www.alentejoxxi.pt>

<http://www.bportugal.pt>

<http://www.ccdr-a.gov.pt>

<http://www.dgadr.pt>

<http://www.dpp.pt>

<http://www.elard.eu>

<http://www.esdime.pt>

<http://www.eureval.fr>

<http://www.gpp.pt>

<http://www.ifap.min-agricultura.pt>

<http://www.ifdr.pt>

<http://www.ine.pt>

<http://www.leadensor.pt>

<http://www.leader.pt>

<http://www.minhaterra.pt>

<http://www.monte-ace.pt>

<http://www.observatorioturismoalentejo.pt>

<http://www.oecd.org>

<http://www.pofc.qren.pt>

<http://www.pordata.pt>

<http://www.portaldaempresa.pt>

<http://www.portaldasfinancas.gov.pt>

<http://www.proder.pt>

<http://www.qca.pt>

<http://www.qren.pt>

<http://www.rederural.pt>

<http://www.rotaguadiana.org>

<http://www.terrasdentro.pt>

<http://www.turismodeportugal.pt>

ANEXOS

Anexo 1 – PIB *per capita* a preços correntes, em milhares de euros, na UE 27, UE 25, EU 15, Portugal e Alentejo (NUTS III - 1999), 1995 – 2010

	UE 27 [1]	UE 25 [1]	UE 15 [1]	Portugal	Alentejo NUTS II - 1999	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo
1995	14.7	15.6	18.1	8.76	8.26	10.93	7.42	7.34	8.29
1996	15.4	16.4	19	9.27	8.71	11.87	7.99	7.93	8.12
1997	16.3	17.3	19.9	10.02	9.31	13.19	8.16	8.60	8.50
1998	17	18.1	20.8	10.90	9.86	13.80	8.93	9.29	8.58
1999	17.8	18.9	21.8	11.67	10.22	13.60	9.55	9.69	9.05
2000	19	20.2	23.2	12.45	11.60	15.48	10.06	12.08	9.60
2001	19.8	21	23.9	13.06	12.04	15.64	10.47	12.64	10.08
2002	20.5	21.6	24.6	13.56	12.26	16.16	11.05	12.07	10.74
2003	20.7	21.9	24.9	13.74	12.77	17.54	11.74	12.30	10.79
2004	21.7	22.9	26	14.22	13.25	17.50	12.29	12.60	11.82
2005	22.5	23.7	26.8	14.62	13.90	20.15	12.29	12.73	12.27
2006	23.7	24.9	28	15.20	14.84	21.94	12.32	12.94	14.39
2007	25	26.2	29.3	15.96	15.38	22.73	12.83	13.28	15.01
2008	25	26.2	29	16.19	15.35	23.22	12.84	13.59	14.08
2009	23.5	24.6	27.4	15.85	14.73	19.45	12.99	13.12	14.93
2010P	24.4	25.6	28.4	16.22	15.20	19.52	13.50	13.58	15.67

Fonte: INE (2011). Contas Nacionais, 1995 – 2010, Anual, informação retirada de www.ine.pt em 04.08.2012
[1] Eurostat – consulta efectuada em 04.08.2012.

	Portugal			Alentejo NUTS II - 1999		
	Disparidade face à média			Disparidade face à média		
	UE 27	UE 25	UE 15	UE 27	UE 25	UE 15
1995	59.6	56.1	48.4	56.2	52.9	45.6
1996	60.2	56.5	48.8	56.6	53.1	45.9
1997	61.5	57.9	50.4	57.1	53.8	46.8
1998	64.1	60.2	52.4	58.0	54.5	47.4
1999	65.5	61.7	53.5	57.4	54.1	46.9
2000	65.5	61.6	53.7	61.1	57.4	50.0
2001	66.0	62.2	54.7	60.8	57.3	50.4
2002	66.1	62.8	55.1	59.8	56.8	49.8
2003	66.4	62.7	55.2	61.7	58.3	51.3
2004	65.5	62.1	54.7	61.1	57.9	51.0
2005	65.0	61.7	54.6	61.8	58.7	51.9
2006	64.1	61.0	54.3	62.6	59.6	53.0
2007	63.8	60.9	54.5	61.5	58.7	52.5
2008	64.8	61.8	55.8	61.4	58.6	52.9
2009	67.4	64.4	57.8	62.7	59.9	53.8
2010P	66.5	63.4	57.1	62.3	59.4	53.5

Fonte: Cálculos efectuados com base nos dados do quadro anterior.

Anexo 2 – População Residente por concelho, Alentejo NUTS II (1999), 1970 -2011

Local de residência	1970	1981	Tx cresc (1971/1981)	1991	Tx cresc (1981/1991)	2001	Tx cresc (1991/2001)	2011	Tx cresc (2001/2011)	Tx cresc (1970/2011)
Portugal	8.663.252	9.833.014	13,5%	9.867.147	0,3%	10.356.117	5,0%	10.561.614	2,0%	21,9%
Alentejo	595.075	585.285	-1,6%	549.362	-6,1%	535.753	-2,5%	509.741	-4,9%	-14,3%
Alentejo Litoral	99.850	103.141	3,3%	98.519	-4,5%	99.976	1,5%	97.895	-2,1%	-2,0%
Alcácer do Sal	17.265	16.370	-5,2%	14.512	-11,4%	14.287	-1,6%	13.046	-8,7%	-24,4%
Grândola	15.525	16.042	3,3%	13.767	-14,2%	14.901	8,2%	14.826	-0,5%	-4,5%
Odemira	33.235	29.463	-11,3%	26.418	-10,3%	26.106	-1,2%	26.036	-0,3%	-21,7%
Santiago do Cacém	26.275	29.191	11,1%	31.475	7,8%	31.105	-1,2%	29.749	-4,4%	13,2%
Sines	7.550	12.075	59,9%	12.347	2,3%	13.577	10,0%	14.238	4,9%	88,6%
Alto Alentejo	145.510	142.702	-1,9%	134.607	-5,7%	127.026	-5,6%	118.352	-6,8%	-18,7%
Alter do Chão	5.695	4.963	-12,9%	4.441	-10,5%	3.938	-11,3%	3.562	-9,5%	-37,5%
Arronches	4.935	4.307	-12,7%	3.677	-14,6%	3.389	-7,8%	3.119	-8,0%	-36,8%
Avis	6.290	5.890	-6,4%	5.686	-3,5%	5.197	-8,6%	4.559	-12,3%	-27,5%
Campo Maior	8.060	8.549	6,1%	8.535	-0,2%	8.387	-1,7%	8.456	0,8%	4,9%
Castelo de Vide	4.940	4.187	-15,2%	4.145	-1,0%	3.872	-6,6%	3.407	-12,0%	-31,0%
Crato	6.505	5.642	-13,3%	5.064	-10,2%	4.348	-14,1%	3.708	-14,7%	-43,0%
Elvas	22.230	24.981	12,4%	24.474	-2,0%	23.361	-4,5%	23.078	-1,2%	3,8%
Fronteira	4.585	4.452	-2,9%	4.122	-7,4%	3.732	-9,5%	3.410	-8,6%	-25,6%
Gavião	7.730	6.850	-11,4%	5.920	-13,6%	4.887	-17,4%	4.132	-15,4%	-46,5%
Marvão	5.430	5.418	-0,2%	4.419	-18,4%	4.029	-8,8%	3.512	-12,8%	-35,3%
Monforte	4.720	4.281	-9,3%	3.759	-12,2%	3.393	-9,7%	3.329	-1,9%	-29,5%
Mora	7.455	7.056	-5,4%	6.588	-6,6%	5.788	-12,1%	4.978	-14,0%	-33,2%
Nisa	13.815	10.734	-22,3%	9.864	-8,1%	8.585	-13,0%	7.450	-13,2%	-46,1%
Ponte de Sor	17.320	18.079	4,4%	17.802	-1,5%	18.140	1,9%	16.722	-7,8%	-3,5%
Portalegre	25.800	27.313	5,9%	26.111	-4,4%	25.980	-0,5%	24.930	-4,0%	-3,4%
Alentejo Central	178.510	180.480	1,1%	173.216	-4,0%	173.646	0,2%	166.802	-3,9%	-6,6%
Alandroal	9.300	8.124	-12,6%	7.347	-9,6%	6.585	-10,4%	5.843	-11,3%	-37,2%
Arraiolos	9.810	8.883	-9,4%	8.207	-7,6%	7.616	-7,2%	7.363	-3,3%	-24,9%
Borba	9.065	8.813	-2,8%	8.254	-6,3%	7.782	-5,7%	7.333	-5,8%	-19,1%
Estremoz	19.050	18.073	-5,1%	15.461	-14,5%	15.672	1,4%	14.298	-8,8%	-24,9%
Évora	46.900	51.572	10,0%	53.754	4,2%	56.519	5,1%	56.596	0,1%	20,7%
Montemor-o-Novo	18.365	20.210	10,0%	18.632	-7,8%	18.578	-0,3%	17.437	-6,1%	-5,1%
Mourão	4.480	3.487	-22,2%	3.273	-6,1%	3.230	-1,3%	2.663	-17,6%	-40,6%
Portel	9.210	8.306	-9,8%	7.525	-9,4%	7.109	-5,5%	6.428	-9,6%	-30,2%
Redondo	9.345	8.444	-9,6%	7.948	-5,9%	7.288	-8,3%	7.031	-3,5%	-24,8%
Reguengos de Monsaraz	11.475	11.642	1,5%	11.401	-2,1%	11.382	-0,2%	10.828	-4,9%	-5,6%
Sousel	7.490	7.259	-3,1%	6.150	-15,3%	5.780	-6,0%	5.074	-12,2%	-32,3%
Vendas Novas	8.790	10.933	24,4%	10.476	-4,2%	11.619	10,9%	11.846	2,0%	34,8%
Viana do Alentejo	6.170	6.188	0,3%	5.720	-7,6%	5.615	-1,8%	5.743	2,3%	-6,9%
Vila Viçosa	9.060	8.546	-5,7%	9.068	6,1%	8.871	-2,2%	8.319	-6,2%	-8,2%
Baixo Alentejo	171.205	158.962	-7,2%	143.020	-10,0%	135.105	-5,5%	126.692	-6,2%	-26,0%
Aljustrel	13.705	12.870	-6,1%	11.990	-6,8%	10.567	-11,9%	9.257	-12,4%	-32,5%
Almodôvar	12.390	10.637	-14,1%	8.999	-15,4%	8.145	-9,5%	7.449	-8,5%	-39,9%
Alvito	3.465	2.968	-14,3%	2.650	-10,7%	2.688	1,4%	2.504	-6,8%	-27,7%
Barrancos	2.610	2.157	-17,4%	2.052	-4,9%	1.924	-6,2%	1.834	-4,7%	-29,7%
Beja	34.910	38.246	9,6%	35.827	-6,3%	35.762	-0,2%	35.854	0,3%	2,7%
Castro Verde	9.095	7.472	-17,8%	7.762	3,9%	7.603	-2,0%	7.276	-4,3%	-20,0%
Cuba	5.900	5.740	-2,7%	5.494	-4,3%	4.994	-9,1%	4.878	-2,3%	-17,3%
Ferreira do Alentejo	11.225	11.249	0,2%	10.075	-10,4%	9.010	-10,6%	8.255	-8,4%	-26,5%
Mértola	14.385	11.693	-18,7%	9.805	-16,1%	8.712	-11,1%	7.274	-16,5%	-49,4%
Moura	22.215	19.772	-11,0%	17.549	-11,2%	16.590	-5,5%	15.167	-8,6%	-31,7%
Ourique	9.125	7.969	-12,7%	6.597	-17,2%	6.199	-6,0%	5.389	-13,1%	-40,9%
Serpa	23.950	20.784	-13,2%	17.915	-13,8%	16.723	-6,7%	15.623	-6,6%	-34,8%
Vidigueira	8.230	7.405	-10,0%	6.305	-14,9%	6.188	-1,9%	5.932	-4,1%	-27,9%

Fonte: INE (1973). *11.º Recenseamento da população, Continente e Ilhas – 1970*, 1.º volume, serviços centrais, Lisboa; INE (1984). *12.º Recenseamento da população e habitação, total do país – 1981, resultados definitivos*, Lisboa; INE (1996). *Censos 1991, Resultados definitivos, Portugal*, 2.ª edição, Lisboa; INE (2002). *Censos 2001, Resultados definitivos: XIV recenseamento geral da população, IV recenseamento geral da habitação*, Lisboa (obra completa); Censos 2011, dados provisórios, extraídos em 23 de Junho de 2012, www.ine.pt.

Anexo 3 – Densidade populacional (DENS POP), Índice de Envelhecimento (IND ENV) e Concentração Empresarial na Zona de Intervenção (COMC EMP) dos concelhos abrangidos pelo LEADER I na região Alentejo, por GAL, 1992

	DENS POP [1]	IND ENV [2]	CONC EMP [3]
LEADERSOR			
Alter do Chão	11,68	221,20	0,09
Avis	9,03	168,40	0,12
Gavião (*)	19,93	304,55	0,15
Mora	14,23	147,17	0,16
Ponte de Sôr	20,61	116,97	0,49
Média ZI LEADERSOR	15,39	191,66	0,20
TERRAS DENTRO			
Alvito	9,91	150,47	0,10
Cuba	30,82	140,07	0,20
Portel	12,15	127,58	0,24
Viana do Alentejo	14,16	137,67	0,21
Vidigueira	19,42	141,06	0,25
Serpa	15,66	130,51	0,15
Média ZI TERRAS DENTRO	15,51	137,89	0,19

Fonte: INE (1994). *Anuário Estatístico da Região Alentejo 1993*, Direcção Regional do Alentejo, Évora;
 (*) INE (1994). *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo 1993*, Lisboa.

Notas explicativas:

[1] Densidade populacional (**DENS POP**): Hab/km².

[2] Índice de envelhecimento da população (**IND ENV**) = (População com 65 e mais anos ÷ População com idade entre 0 - 14 anos) × 100 ▪ cálculos efectuados com base nos valores disponibilizados pelo INE.

[3] Concentração empresarial na Zona de Intervenção (**CONC EMP**) = Total nº de empresas sediadas num concelho ÷ Total nº empresas sediadas na Zona de Intervenção ▪ cálculos efectuados com base nos valores disponibilizados pelo INE.

Anexo 4 – Densidade populacional (**DENS POP**), Índice de Envelhecimento (**IND ENV**) e Concentração Empresarial na Zona de Intervenção (**COMC EMP**) dos concelhos abrangidos pelo LEADER II na região Alentejo, por GAL, 1995

	DENS POP [1]	IND ENV [2]	CONC EMP [3]
ADER-AL			
Nisa	16,00	350,56	0,12
Crato	12,20	259,26	0,05
Castelo de Vide	15,40	208,62	0,04
Marvão	26,00	239,22	0,04
Portalegre	56,20	122,22	0,24
Arronches	10,80	226,19	0,03
Monforte	8,30	178,00	0,03
Sousel	20,30	190,54	0,09
Élvas	38,00	102,14	0,28
Campo Maior	34,00	109,52	0,08
Média ZI ADER-AL	23,72	198,63	0,10
ESDIME			
Ferreira do Alentejo	14,80	139,31	0,07
Aljustrel	25,90	132,95	0,06
Beja	29,50	115,53	0,21
Ourique	9,00	208,11	0,04
Castro Verde	14,20	136,72	0,04
Odemira	14,50	157,14	0,22
Almodôvar	11,20	147,20	0,06
Grândola	15,80	140,43	0,11
Santiago do Cacém	29,50	111,06	0,20
Média ZI ESDIME	18,27	143,16	0,11
LEADERSOR			
Alter do Chão	11,60	240,74	0,08
Avis	9,10	196,00	0,12
Fronteira	15,80	168,52	0,08
Mora	14,00	176,40	0,14
Ponte de Sôr	20,70	131,64	0,44
Gavião (*)	18,40	343,86	0,13
Média ZI LEADERSOR	14,93	209,53	0,17
MONTE			
Alandroal	12,70	177,32	0,04
Arraiolos	11,80	165,81	0,05
Borba	55,30	135,34	0,06
Estremoz	28,60	161,95	0,11
Évora	41,20	104,68	0,35
Montemor-o-Novo	14,60	162,35	0,13
Redondo	20,70	150,86	0,07
Reguengos de Monsaraz	24,60	139,31	0,08
Vendas Novas	45,90	134,07	0,07
Vila Viçosa	46,40	106,71	0,05
Média ZI MONTE ACE	30,18	143,84	0,10

(continua...)

	DENS POP [1]	IND ENV [2]	CONC EMP [3]
ROTA DO GUADIANA			
Mourão	11,50	118,03	0,07
Moura	14,00	125,44	0,34
Serpa	15,30	134,73	0,37
Mértola	7,20	212,20	0,19
Barrancos	11,30	151,72	0,03
Média ZI ROTA DO GUADIANA	11,86	148,43	0,20
TERRAS DENTRO			
Alcacer do Sal	9,20	118,31	0,17
Viana do Alentejo	13,80	152,87	0,06
Alvito	9,00	152,78	0,03
Cuba	30,90	144,71	0,05
Vidigueira	18,90	150,00	0,07
Portel	12,00	140,71	0,06
Beja	29,50	115,53	0,36
Montemor-o-Novo	14,60	162,35	0,20
Média ZI TERRAS DENTRO	17,24	142,16	0,13

Fonte: INE (1997). Anuário Estatístico da Região Alentejo 1996, Direcção Regional do Alentejo, Évora;
 (*) INE (1997). Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo 1996, Lisboa.

Notas explicativas:

[1] Densidade populacional (**DENS POP**): Hab/km².

[2] Índice de envelhecimento da população (**IND ENV**) = (População com 65 e mais anos ÷ População com idade entre 0 - 14 anos) × 100 ▪ cálculos efectuados com base nos valores disponibilizados pelo INE.

[3] Concentração empresarial na Zona de Intervenção (**CONC EMP**) = Total nº de empresas sediadas num concelho ÷ Total nº empresas sediadas na Zona de Intervenção ▪ cálculos efectuados com base nos valores disponibilizados pelo INE.

Anexo 5 – Densidade populacional (**DENS POP**), Índice de Envelhecimento (**IND ENV**) e Concentração Empresarial na Zona de Intervenção (**COMC EMP**) dos concelhos abrangidos pelo LEADER + na região Alentejo, por GAL, 2002

	DENS POP [1]	IND ENV [2]	CONC EMP [3]
ADL			
Grândola	18,13	202,38	0,17
Sines	66,44	102,76	0,15
Santiago do Cacém	28,65	172,24	0,34
Odemira	14,95	211,88	0,34
Média ZI ADL	32,04	172,31	0,25
ADER-AL			
Arronches	10,53	277,07	0,03
Campo Maior	33,61	134,30	0,08
Castelo de Vide	14,33	228,46	0,04
Crato	10,71	324,82	0,05
Elvas	36,15	131,64	0,29
Marvão	24,92	306,31	0,04
Monforte	7,84	220,62	0,03
Nisa	14,41	381,72	0,10
Portalegre	56,38	167,29	0,25
Sousel	20,04	232,87	0,08
Média ZI ADER-AL	22,89	240,51	0,10
ALENTEJO XXI			
Beja	30,77	141,44	0,53
Mértola	6,47	309,22	0,12
Vidigueira	19,19	189,60	0,09
Aljustrel	22,30	180,38	0,16
Castro Verde	13,36	177,54	0,10
Média ZI ALENTEJO XXI	17,91	198,05	0,19
ESDIME			
Santiago do Cacém	28,65	172,24	0,30
Aljustrel	22,30	180,38	0,09
Almodôvar	10,12	228,41	0,09
Castro Verde	13,36	177,54	0,06
Ferreira do Alentejo	13,42	194,86	0,10
Ourique	9,03	283,80	0,06
Odemira	14,95	211,88	0,31
Média ZI ESDIME	15,98	207,01	0,14
LEADERSOR			
Alter do Chão	10,41	292,84	0,09
Avis	8,38	238,56	0,13
Fronteira	14,45	223,67	0,09
Gavião	15,69	446,77	0,12
Mora	12,59	277,12	0,14
Ponte de Sôr	21,14	174,46	0,44
Média ZI LEADERSOR	13,78	275,57	0,17

(continua...)

	DENS POP [1]	IND ENV [2]	CONC EMP [3]
MONTE			
Alandroal	11,79	245,11	0,04
Arraiolos	10,84	211,44	0,05
Borba	52,30	191,95	0,06
Estremoz	29,64	207,25	0,11
Évora	42,50	129,60	0,36
Redondo	19,12	185,52	0,06
Reguengos de Monsaraz	24,13	173,82	0,08
Vendas Novas	52,09	164,80	0,07
Vila Viçosa	44,96	147,20	0,05
Montemor-o-Novo	14,95	220,42	0,13
Média ZI MONTE	30,23	187,71	0,10
ROTA DO GUADIANA			
Barrancos	11,06	208,82	0,03
Mértola	6,47	309,22	0,19
Moura	17,11	147,15	0,33
Mourão	11,68	139,68	0,06
Serpa	14,77	172,00	0,38
Média ZI ROTA DO GUADIANA	12,22	195,37	0,20
TERRAS DENTRO			
Montemor-o-Novo	14,95	220,42	0,33
Alcácer do Sal	9,51	177,13	0,27
Alvito	10,04	208,64	0,04
Cuba	28,26	178,28	0,08
Portel	11,65	178,24	0,09
Viana do Alentejo	14,16	178,51	0,10
Vidigueira	19,19	189,60	0,10
Média ZI TERRAS DENTRO	15,39	190,12	0,14

Fonte: INE (2004). Anuário Estatístico da Região Alentejo 2003, Lisboa.

Notas explicativas:

[1] Densidade populacional (**DENS POP**): Hab/km².

[2] Índice de envelhecimento da população (**IND ENV**) = (População com 65 e mais anos ÷ População com idade entre 0 - 14 anos) × 100 ▪ cálculos efectuados com base nos valores disponibilizados pelo INE.

[3] Concentração empresarial na Zona de Intervenção (**CONC EMP**) = Total nº de empresas sediadas num concelho ÷ Total nº empresas sediadas na Zona de Intervenção ▪ cálculos efectuados com base nos valores disponibilizados pelo INE.

Anexo 6 – Índice de preços (IP) e Taxa de inflação, 1992 – 2008, Portugal

Ano	IP	Taxa de Inflação* (variação do IP)
1992	65,46	9,40%
1993	71,62	6,70%
1994	76,41	5,40%
1995	80,54	4,20%
1996	83,92	3,00%
1997	86,44	2,40%
1998	88,51	2,80%
1999	90,99	2,30%
2000	93,09	2,90%
2001	95,79	4,40%
2002	100,0	3,60%
2003	103,3	3,30%
2004	105,8	2,40%
2005	108,2	2,30%
2006	111,6	3,10%
2007	114,4	2,50%
2008	117,3	2,60%

Fonte: * Dados obtidos de www.pordata.pt em 2012-05-13.

Anexo 7 – Evolução câmbio anual XEU/PTE (média anual do período) - Banco de Portugal

Ano	Taxa de câmbio anual ⁴⁷
31-12-1998	202.070
31-12-1997	197.959
31-12-1996	193.144
31-12-1995	193.910
31-12-1994	196.368
31-12-1993	187.903
31-12-1992	174.449
31-12-1991	178.774

Fonte: Banco de Portugal, dados obtidos de www.bportugal.pt em 2012-04-16.

⁴⁷ Câmbio anual: 1 ECU = X unidades de Escudo (média anual) - estabelecido pelo Banco de Portugal.

Anexo 8 – Investimento realizado a preços constantes e % por tipologia de actividade e categoria de investimento

ACTIVIDADE								
	LEADER I		LEADER II		LEADER +		CONJUNTO	
AGRO	2.716.167,93 €	13%	3.201.725,61 €	11%	6.281.319,65 €	14%	12.199.213,18 €	12%
COM	269.115,38 €	1%	278.337,45 €	1%	1.622.944,88 €	4%	2.170.397,71 €	2%
FORM	823.328,06 €	4%	2.458.693,78 €	8%	3.163.333,13 €	7%	6.445.354,97 €	6%
GASTRO	800.468,05 €	4%	1.187.107,71 €	4%	1.565.775,57 €	3%	3.553.351,34 €	3%
PATRIM	1.112.660,10 €	5%	2.535.566,87 €	9%	2.970.000,95 €	7%	6.618.227,92 €	6%
PROMO	2.437.794,86 €	11%	2.856.497,05 €	10%	4.285.064,23 €	10%	9.579.356,14 €	9%
SERV	2.093.319,99 €	10%	8.171.340,59 €	28%	9.253.483,05 €	21%	19.518.143,64 €	19%
TRANSF	961.932,12 €	5%	1.418.055,58 €	5%	996.037,09 €	2%	3.376.024,78 €	3%
TUR	9.071.900,75 €	42%	5.046.881,53 €	17%	6.595.260,94 €	15%	20.714.043,22 €	20%
OUTRO	1.082.501,48 €	5%	2.389.554,61 €	8%	8.143.834,63 €	18%	11.615.890,72 €	11%
ASSOC	560.659,72 €	3%	1.477.155,75 €	5%	5.123.621,71 €	11%	7.161.437,17 €	7%
SOCIAL	0,00 €	0%	330.090,82 €	1%	2.070.661,70 €	5%	2.400.752,52 €	2%
TOTAL	21.369.188,72 €		29.543.760,77 €		44.877.054,12 €		105.352.193,31 €	

INVESTIMENTO								
	LEADER I		LEADER II		LEADER +		CONJUNTO	
KNOW	2.253.459,75 €	11%	6.426.194,54 €	22%	8.132.981,79 €	18%	16.812.636,41 €	18%
MAT	15.778.874,53 €	74%	16.512.871,24 €	56%	28.075.493,99 €	63%	60.367.241,06 €	63%
MKT	2.381.850,51 €	11%	2.936.234,66 €	10%	4.796.184,06 €	11%	10.114.269,44 €	11%
OUTRO	955.003,93 €	4%	3.668.460,33 €	12%	3.872.394,29 €	9%	8.495.858,71 €	9%
TOTAL	21.369.188,72 €		29.543.760,77 €		44.877.054,12 €		95.790.005,62 €	

Fonte: Cálculos elaborados com base em informações fornecidas pelo Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas, pela Autoridade de Gestão do LEADER e GAL do Alentejo.

Anexo 9 – Investimento realizado pelo Sector Privado a preços constantes e % por tipologia de actividade e categoria de investimento

ACTIVIDADE								
	LEADER I		LEADER II		LEADER +		CONJUNTO	
AGRO	2.716.167,93 €	19%	2.845.402,34 €	23%	5.515.906,04 €	30%	11.077.476,72 €	25%
ASSOC	0,00 €	0%	0,00 €	0%	0,00 €	0%	0,00 €	0%
COM	269.115,38 €	2%	278.337,45 €	2%	1.440.378,76 €	8%	1.987.831,63 €	4%
FORM	25.671,91 €	0%	134.928,17 €	1%	149.185,39 €	1%	309.785,48 €	1%
GASTRO	777.439,05 €	5%	1.172.620,84 €	10%	1.565.775,57 €	9%	3.515.835,61 €	8%
OUTRO	0,00 €	0%	213.316,92 €	2%	126.673,09 €	1%	339.990,03 €	1%
PATRIM	373.162,08 €	3%	4.193,19 €	0%	115.747,61 €	1%	493.102,89 €	1%
PROMO	186.891,06 €	1%	264.185,56 €	2%	234.574,98 €	1%	685.651,64 €	2%
SERV	235.139,57 €	2%	1.264.152,30 €	10%	1.590.700,62 €	9%	3.089.992,61 €	7%
SOCIAL	0,00 €	0%	0,00 €	0%	8.403,60 €	0%	8.403,60 €	0%
TRANSF	961.932,12 €	7%	1.267.168,66 €	10%	967.822,43 €	5%	3.196.923,38 €	7%
TUR	8.622.980,81 €	61%	4.702.367,71 €	39%	6.428.071,26 €	35%	19.753.420,78 €	44%
TOTAL	14.168.499,88 €		12.146.673,14 €		18.143.239,36 €		44.458.414,38 €	

INVESTIMENTO								
	LEADER I		LEADER II		LEADER +		CONJUNTO	
KNOW	75.976,34 €	1%	148.213,22 €	1%	193.465,28 €	1%	417.654,87 €	1%
MAT	13.804.464,33 €	97%	11.632.069,39 €	96%	17.342.226,47 €	96%	42.778.762,12 €	96%
MKT	228.664,87 €	2%	220.090,69 €	2%	360.736,58 €	2%	809.492,18 €	2%
OUTRO	59.394,34 €	0%	146.299,84 €	1%	246.811,02 €	1%	452.505,21 €	1%
TOTAL	14.168.499,88 €		12.146.673,14 €		18.143.239,36 €		44.458.414,38 €	

Fonte: Cálculos elaborados com base em informações fornecidas pelo Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas, pela Autoridade de Gestão do LEADER e GAL do Alentejo.

Anexo 10 – Investimento realizado pelo Sector Público a preços constantes e % por tipologia de actividade e categoria de investimento

ACTIVIDADE								
	LEADER I		LEADER II		LEADER +		CONJUNTO	
AGRO	0,00 €	0%	0,00 €	0%	0,00 €	0%	0,00 €	0%
ASSOC	0,00 €	0%	56.995,50 €	2%	292.816,47 €	5%	349.811,98 €	4%
COM	0,00 €	0%	0,00 €	0%	0,00 €	0%	0,00 €	0%
FORM	0,00 €	0%	561.271,37 €	15%	674.774,10 €	12%	1.236.045,62 €	12%
GASTRO	23.029,00 €	4%	14.486,87 €	0%	0,00 €	0%	37.515,92 €	0%
OUTRO	0,00 €	0%	167.413,00 €	4%	572.060,60 €	10%	739.473,64 €	7%
PATRIM	312.236,73 €	48%	1.682.837,96 €	45%	1.338.591,39 €	24%	3.333.667,01 €	33%
PROMO	320.099,38 €	49%	793.857,17 €	21%	1.777.607,43 €	32%	2.891.564,68 €	29%
SERV	0,00 €	0%	142.568,80 €	4%	162.568,38 €	3%	305.137,22 €	3%
SOCIAL	0,00 €	0%	98.929,60 €	3%	584.961,67 €	11%	683.891,30 €	7%
TRANSF	0,00 €	0%	52.322,40 €	1%	0,00 €	0%	52.322,42 €	1%
TUR	0,00 €	0%	191.765,90 €	5%	133.624,97 €	2%	325.390,92 €	3%
TOTAL	655.365,11 €		3.762.448,59 €		5.537.005,01 €		9.954.820,71 €	

INVESTIMENTO								
	LEADER I		LEADER II		LEADER +		CONJUNTO	
KNOW	0,00 €	0%	412.439,45 €	11%	365.650,15 €	7%	778.089,71 €	8%
MAT	422.708,63 €	64%	2.513.971,46 €	67%	2.996.528,51 €	54%	5.933.209,91 €	60%
MKT	232.656,48 €	36%	653.282,87 €	17%	1.761.115,24 €	32%	2.647.055,11 €	27%
OUTRO	0,00 €	0%	182.754,82 €	5%	413.711,11 €	7%	596.465,98 €	6%
TOTAL	655.365,11 €		3.762.448,59 €		5.537.005,01 €		9.954.820,71 €	

Fonte: Cálculos elaborados com base em informações fornecidas pelo Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas, pela Autoridade de Gestão do LEADER e GAL do Alentejo.

Anexo 11 – Investimento realizado pelo 3º sector (OUTRO) a preços constantes e % por tipologia de actividade e categoria de investimento

ACTIVIDADE								
	LEADER I		LEADER II		LEADER +		CONJUNTO	
AGRO	0,00 €	0%	356.323,27 €	7%	765.413,61 €	8%	1.121.736,95 €	7%
ASSOC	560.659,72 €	33%	1.352.222,33 €	27%	4.215.331,76 €	42%	6.128.214,41 €	36%
COM	0,00 €	0%	0,00 €	0%	182.566,12 €	2%	182.566,12 €	1%
FORM	76.744,46 €	5%	588.725,28 €	12%	953.099,85 €	9%	1.618.569,76 €	10%
GASTRO	0,00 €	0%	0,00 €	0%	0,00 €	0%	0,00 €	0%
OUTRO	113.336,29 €	7%	155.658,26 €	3%	178.449,50 €	2%	447.444,15 €	3%
PATRIM	240.632,71 €	14%	811.994,38 €	16%	1.330.393,52 €	13%	2.383.020,91 €	14%
PROMO	223.561,18 €	13%	682.970,95 €	14%	724.752,25 €	7%	1.631.284,65 €	10%
SERV	19.465,52 €	1%	629.406,66 €	13%	263.355,74 €	3%	912.228,06 €	5%
SOCIAL	0,00 €	0%	195.466,54 €	4%	1.445.651,59 €	14%	1.641.118,18 €	10%
TRANSF	0,00 €	0%	98.564,51 €	2%	28.214,66 €	0%	126.779,19 €	1%
TUR	448.919,95 €	27%	124.611,64 €	2%	33.564,70 €	0%	607.096,59 €	4%
TOTAL	1.683.319,84 €		4.995.943,83 €		10.120.793,30 €		16.800.058,97 €	

INVESTIMENTO								
	LEADER I		LEADER II		LEADER +		CONJUNTO	
KNOW	407.241,18 €	24%	1.158.619,85 €	23%	1.679.838,79 €	17%	3.245.700,29 €	19%
MAT	967.227,18 €	57%	1.921.938,89 €	38%	6.092.033,21 €	60%	8.981.200,24 €	53%
MKT	308.851,48 €	18%	834.894,43 €	17%	1.026.135,21 €	10%	2.169.881,47 €	13%
OUTRO	0,00 €	0%	1.080.490,65 €	22%	1.322.786,09 €	13%	2.403.276,97 €	14%
TOTAL	1.683.319,84 €		4.995.943,83 €		10.120.793,30 €		16.800.058,97 €	

Fonte: Cálculos elaborados com base em informações fornecidas pelo Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas, pela Autoridade de Gestão do LEADER e GAL do Alentejo.

Anexo 12 – Investimento realizado pelos GAL a preços constantes e % por tipologia de actividade e categoria de investimento

ACTIVIDADE								
	LEADER I		LEADER II		LEADER +		CONJUNTO	
AGRO	0,00 €	0%	0,00 €	0%	0,00 €	0%	0,00 €	0%
COM	0,00 €	0%	0,00 €	0%	0,00 €	0%	0,00 €	0%
FORM	720.911,69 €	15%	1.173.768,96 €	14%	1.386.273,79 €	13%	3.280.954,72 €	13%
GASTRO	0,00 €	0%	0,00 €	0%	0,00 €	0%	0,00 €	0%
PATRIM	186.628,58 €	4%	36.541,35 €	0%	185.268,43 €	2%	408.438,41 €	2%
PROMO	1.707.243,25 €	35%	1.115.483,36 €	13%	1.548.129,57 €	14%	4.370.856,66 €	18%
SERV	1.838.714,90 €	38%	6.135.212,83 €	71%	7.236.858,31 €	65%	15.210.787,13 €	62%
TRANSF	0,00 €	0%	0,00 €	0%	0,00 €	0%	0,00 €	0%
TUR	0,00 €	0%	28.136,27 €	0%	0,00 €	0%	28.136,28 €	0%
OUTRO	408.505,48 €	8%	149.552,44 €	2%	719.486,35 €	6%	1.277.544,37 €	5%
ASSOC	0,00 €	0%	67.937,91 €	1%	615.473,49 €	6%	683.411,41 €	3%
SOCIAL	0,00 €	0%	35.694,68 €	0%	31.644,83 €	0%	67.339,51 €	0%
TOTAL	4.862.003,90 €		8.638.695,22 €		11.076.016,46 €		24.576.717,57 €	

INVESTIMENTO								
	LEADER I		LEADER II		LEADER +		CONJUNTO	
KNOW	1.770.242,23 €	36%	4.706.922,02 €	54%	5.894.027,57 €	53%	12.371.192,73 €	50%
MAT	584.474,40 €	12%	444.891,50 €	5%	1.644.705,80 €	15%	2.674.071,87 €	11%
MKT	1.611.677,68 €	33%	1.227.966,68 €	14%	1.648.197,03 €	15%	4.487.841,86 €	18%
OUTRO	895.609,59 €	18%	2.258.915,02 €	26%	1.889.086,06 €	17%	5.043.611,11 €	21%
TOTAL	4.862.003,90 €		8.638.695,22 €		11.076.016,46 €		24.576.717,57 €	

Fonte: Cálculos elaborados com base em informações fornecidas pelo Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas, pela Autoridade de Gestão do LEADER e GAL do Alentejo.

Anexo 13 – Pontuação atribuída aos concelhos com sede social dos GAL, na região Alentejo, no âmbito do LEADER I, LEADER II e LEADER +

	LEADER I			LEADER II			LEADER +		
	DENS POP	IND ENV	CONC EMP	DENS POP	IND ENV	CONC EMP	DENS POP	IND ENV	CONC EMP
	1992			1995			2002		
Concelho Santiago do Cacém ⁱ⁾	-	-	-	-	-	-	28,7	172,2	0,34
Média ZI ADL ⁱ⁾	-	-	-	-	-	-	32,0	172,3	0,25
Classificação ⁱⁱ⁾	-	-	-	-	-	-	1	2	3
Pontuação ADL ⁱⁱⁱ⁾	-	-	-	-	-	-	2		
Concelho Portalegre ⁱ⁾	-	-	-	56,2	122,2	0,24	56,4	167,3	0,25
Média ZI ADER-AL ⁱ⁾	-	-	-	23,7	198,6	0,10	22,9	240,5	0,10
Classificação ⁱⁱ⁾	-	-	-	3	3	3	3	3	3
Pontuação ADER-AL ⁱⁱⁱ⁾	-	-	-	3			3		
Concelho Odemira ⁱ⁾	-	-	-	14,5	157,1	0,22	14,9	211,9	0,31
Média AL-SUD ZI ESDIME ⁱ⁾	-	-	-	18,3	143,2	0,11	16,0	207,0	0,14
Classificação ⁱⁱ⁾	-	-	-	1	1	3	2	2	3
Pontuação AL-SUD ESDIME ⁱⁱⁱ⁾	-	-	-	1,7			2,3		
Concelho Beja ⁱ⁾	-	-	-	-	-	-	30,8	141,4	0,53
Média ZI ALENTEJO XXI ⁱ⁾	-	-	-	-	-	-	17,9	198,0	0,19
Classificação ⁱⁱ⁾	-	-	-	-	-	-	3	3	3
Pontuação ALENTEJO XXI ⁱⁱⁱ⁾	-	-	-	-	-	-	3		
Concelho Ponte de Sôr ⁱ⁾	20,6	117,0	0,49	20,7	131,6	0,44	21,1	174,5	0,44
Média ZI LEADERSOR ⁱ⁾	15,4	191,7	0,20	14,9	209,5	0,17	13,8	275,6	0,17
Classificação ⁱⁱ⁾	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Pontuação LEADERSOR ⁱⁱⁱ⁾	3			3			3		
Concelho Serpa ⁱ⁾	-	-	-	15,3	134,7	0,37	14,8	172,0	0,38
Média ZI ROTA DO GUADIANA ⁱ⁾	-	-	-	11,9	148,4	0,20	12,2	195,4	0,20
Classificação ⁱⁱ⁾	-	-	-	3	3	3	3	3	3
Pontuação ROTA DO GUADIANA ⁱⁱⁱ⁾	-	-	-	3			3		
Concelho Arraiolos ⁱ⁾	-	-	-	11,8	165,8	0,05	10,8	211,4	0,05
Média ZI MONTE ⁱ⁾	-	-	-	30,2	143,8	0,10	30,2	187,7	0,10
Classificação ⁱⁱ⁾	-	-	-	1	1	1	1	1	1
Pontuação MONTE ⁱⁱⁱ⁾	-	-	-	1			1		
Concelho Viana do Alentejo ⁱ⁾	14,2	137,7	0,21	13,8	152,9	0,06	14,2	178,5	0,10
Média ZI TERRAS DENTRO ⁱ⁾	15,5	137,9	0,19	17,2	142,2	0,13	15,4	190,1	0,14
Classificação ⁱⁱ⁾	1	2	3	1	1	1	1	3	1
Pontuação TERRAS DENTRO ⁱⁱⁱ⁾	2			1			1,7		

Fonte: ⁱ⁾ Dados retirados dos Anexos 3, 4 e 5.

ⁱⁱ⁾ Foi atribuída uma classificação com base na seguinte escala: 3 – concelhos com valores acima da média da zona de intervenção para a concentração empresarial e densidade populacional ou abaixo da média para o índice de envelhecimento ▪ 2 – concelhos com valores próximos da média da zona de intervenção, com um intervalo de 5% ▪ 1 – concelhos com valores abaixo da média da zona de intervenção para a concentração empresarial e densidade populacional ou acima da média para o índice de envelhecimento.

ⁱⁱⁱ⁾ $\frac{1}{3}$ Classificação DENS POP + $\frac{1}{3}$ Classificação IND ENV + $\frac{1}{3}$ Classificação CONC EMP.

Anexo 14 – Média, Mínimo e Máximo: variável dependente e variáveis explicativas

	Média			Min			Max		
	LEADER I	LEADER II	LEADER +	LEADER I	LEADER II	LEADER +	LEADER I	LEADER II	LEADER +
INV REAL	105.788,10	29.514,25	29.838,47	249,42	91,80	260,29	1.532.813,00	968.769,00	686.303,40
PAG CE	53.634,57	18.183,45	15.790,53	162,12	68,85	217,80	405.515,80	726.576,80	514.727,60
DENS POP	14,95	21,07	21,49	9,03	7,20	6,47	30,82	56,20	66,44
IND ENV	150,76	149,99	201,43	103,56	102,14	102,76	304,55	350,56	446,77
CONC EMP	0,17	0,15	0,20	0,09	0,03	0,03	0,49	0,44	0,53
SEDE GAL	0,28	0,28	0,25	0	0	0	1	1	1
OUTRO	0,20	0,30	0,36	0	0	0	1	1	1
PRIVADO	0,46	0,27	0,24	0	0	0	1	1	1
PUBLICO	0,09	0,22	0,19	0	0	0	1	1	1
AGRO	0,12	0,06	0,06	0	0	0	1	1	1
COM	0,02	0,01	0,03	0	0	0	1	1	1
FORM	0,08	0,16	0,12	0	0	0	1	1	1
GASTRO	0,05	0,03	0,01	0	0	0	1	1	1
PATRIM	0,10	0,13	0,09	0	0	0	1	1	1
PROMO	0,17	0,22	0,22	0	0	0	1	1	1
SERV	0,10	0,13	0,10	0	0	0	1	1	1
TRANSF	0,03	0,04	0,02	0	0	0	1	1	1
TUR	0,18	0,07	0,07	0	0	0	1	1	1
KNOW	0,20	0,23	0,16	0	0	0	1	1	1
MAT	0,62	0,45	0,72	0	0	0	1	1	1
MKT	0,15	0,26	0,00	0	0	0	1	1	1

Fonte: Output STATA do comando summarize.

Anexo 15 – Oferta e Procura do Turismo do Espaço Rural, em Portugal e no Alentejo, entre 1984 e 2010

	Portugal				Alentejo			
	N.º de estabelecimentos	N.º Camas	Estimativas de dormidas (N.º)	Taxa de ocupação	N.º de estabelecimentos	N.º Camas	Estimativas de dormidas (N.º)	Taxa de ocupação
1984	103	763	31.916	n.d.	13	113	10.900	n.d.
1985	120	934	47.339	n.d.	16	156	11.786	n.d.
1986	154	1.154	53.126	15,30%	n.d.	n.d.	14.553	20,00%
1987	182	1.478	83.925	16,00%	n.d.	n.d.	14.236	18,30%
1988	180	1.403	56.950	14,40%	31	268	15.536	18,20%
1989	434	1.587	59.172	12,80%	n.d.	n.d.	14.867	16,60%
1990	223	1.811	60.979	11,00%	33	325	16.857	15,70%
1991	240	1.957	71.708	12,10%	37	363	20.801	18,00%
1992	358	2.984	86.412	9,00%	59	505	24.371	15,90%
1993	417	3.795	96.670	10,70%	68	647	15.958	13,90%
1994	429	3.989	97.313	9,80%	67	631	17.599	10,40%
1995	484	4.417	118.413	10,20%	84	787	22.700	11,90%
1996	493	4.711	142.640	10,80%	86	889	28.475	12,80%
1997	534	4.984	143.125	10,90%	105	1.019	27.183	11,80%
1998	569	5.375	162.420	11,60%	102	1.009	27.995	12,60%
1999	606	5.776	361.689	19,00%	84	844	42.326	17,90%
2000	668	6.293	398.843	17,40%	84	831	46.364	15,30%
2001	685	6.476	424.627	18,00%	90	904	52.167	15,80%
2002	866	8.533	497.504	16,00%	111	1.239	102.000	20,00%
2003	936	9.337	453.166	13,30%	141	1.576	96.100	16,80%
2004	965	9.815	389.321	12,20%	145	1.649	75.989	14,50%
2005	1.053	10.792	452.488	13,60%	166	1.880	90.004	15,30%
2006	1.012	10.866	499.303	14,30%	161	1.986	115.500	20,90%
2007	1.023	11.327	664.500	17,80%	162	2.102	190.400	31,70%
2008	1.047	11.692	523.459	14,80%	166	2.201	124.554	19,70%
2009	1.186	13.241	767.800	17,60%	203	2.691	221.000	27,80%
2010	1.188	13.356	781.900	17,60%	204	2.701	233.400	29,20%

Fonte: Adaptado com base na informação retirada de DGT (2000). O Turismo no Espaço Rural 1984 a 1999, Direcção de Serviços Estratégia e Coordenação Turística, Divisão de Recolha de Informação Estatística, Lisboa; INE (2001). Estatísticas do Turismo 2000, Lisboa; INE (2003). Estatísticas do Turismo 2002, Lisboa; INE (2004b). Estatísticas do Turismo 2003, Lisboa; INE (2008). Estatísticas do Turismo 2007, Lisboa; DGT (2005). *O Turismo no Espaço Rural 2004*, Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos, Divisão de Recolha e Análise Estatística, Lisboa; DGT (2006). *O Turismo no Espaço Rural 2005*, Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos, Divisão de Recolha e Análise Estatística, Lisboa; DGT (2007). *O Turismo no Espaço Rural 2006*, Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos, Divisão de Recolha e Análise Estatística, Lisboa; TP (2012). Anuário das Estatísticas do Turismo 2010, Outros Meios de Alojamento Turístico: Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural 2002 – 2010. Informação disponibilizada pela Divisão de Recolha e Análise Estatística.

Nota Explicativa:

- Os valores registados entre 1984 e 1998, na região Alentejo incluem também o distrito de Santarém, uma vez que engloba as estatísticas referentes à ex-região turística "Planícies" (distrito de Santarém, Portalegre, Évora e Beja).
- O período de 2002 a 2010 engloba a região Alentejo NUTS II, incluindo a área de Lezíria e Vale do Tejo, enquanto que, entre 1999 e 2001, os dados não contemplam essa zona. Em virtude da inexistência de dados ao nível dos NUTS III ou concelhia, não foi possível uniformizar os indicadores ao mesmo âmbito geográfico.